

**UNIVERSIDADE DO QUÉBEC EM CHICOUTIMI  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO CAMPUS VII**

**TRABALHO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL  
NA AREA DO SISAL**

**DISSERTAÇÃO  
APRESENTADA COMO REQUISITO PARCIAL À  
OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM EDUCAÇÃO E  
PESQUISA, CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO E  
PESQUISA, UNIVERSIDADE DO QUEBEC EM CHICOUTIMI,  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA-UNEB**

**ORIENTADORES:  
PROF<sup>a</sup> MARTA ELISA ANADON PH.D  
PRO<sup>o</sup> PAULO BATISTA MACHADO PH.D**

**POR  
OZELITO SOUZA CRUZ**

**SENHOR DO BONFIM  
SETEMBRO DE 2002**



### Mise en garde/Advice

Afin de rendre accessible au plus grand nombre le résultat des travaux de recherche menés par ses étudiants gradués et dans l'esprit des règles qui régissent le dépôt et la diffusion des mémoires et thèses produits dans cette Institution, **l'Université du Québec à Chicoutimi (UQAC)** est fière de rendre accessible une version complète et gratuite de cette œuvre.

Motivated by a desire to make the results of its graduate students' research accessible to all, and in accordance with the rules governing the acceptance and diffusion of dissertations and theses in this Institution, the **Université du Québec à Chicoutimi (UQAC)** is proud to make a complete version of this work available at no cost to the reader.

L'auteur conserve néanmoins la propriété du droit d'auteur qui protège ce mémoire ou cette thèse. Ni le mémoire ou la thèse ni des extraits substantiels de ceux-ci ne peuvent être imprimés ou autrement reproduits sans son autorisation.

The author retains ownership of the copyright of this dissertation or thesis. Neither the dissertation or thesis, nor substantial extracts from it, may be printed or otherwise reproduced without the author's permission.

## LISTA DAS FIGURAS

FIGURA 4.1 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS TRABALHADORES DO SISAL SEGUNDO A IDADE.....	139
FIGURA 4.2 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SEGUNDO O ESTADO CIVIL.....	139
FIGURA 4.3 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SEGUNDO O SEXO.....	140
FIGURA 4.4 - DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE FILHOS, SEGUNDO AS FAMÍLIAS.....	140
FIGURA 4.5 - DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE FILHOS MENORES DE 14 ANOS.....	141
FIGURA 4.6 - TEMPO DE RESIDÊNCIA NA COMUNIDADE.....	141
FIGURA 4.7 - DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES POR TEMPO DE TRABALHO NO SISAL.....	142
FIGURA 4.8 – INTERFERÊNCIA DO TRABALHO INFANTIL NA VIDA ESCOLAR DOS FILHOS.....	142
FIGURA 4.9 - A NECESSIDADE OU NÃO DO TRABALHO DO FILHO MENOR.....	143
FIGURA 4.10 – OS PROFESSORES SEGUNDO O GÊNERO.....	144
FIGURA 4.11 - OS PROFESSORES SEGUNDO O ESTADO CIVIL.....	144
FIGURA 4.12 – OS PROFESSORES SEGUNDO O NÍVEL DE FORMAÇÃO.....	145
FIGURA 4.13 - DISTRIBUIÇÃO DOS PROFESSORES SEGUNDO A SITUAÇÃO FUNCIONAL.....	145
FIGURA 4.14 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SEGUNDO O TEMPO DE TRABALHO COMO PROFESSOR(A).....	146
FIGURA 4.15 - OS PROFESSORES SEGUNDO O TEMPO DE TRABALHO NA ZONA RURAL.....	146

FIGURA 4.16 - OS PROFESSORES SEGUNDO O TEMPO DE TRABALHO NA ESCOLA EM QUE SE ENCONTRA ATUALMENTE..	147
FIGURA 4.17 - OS MOTIVOS QUE LEVAM O PROFESSOR(A) À TRABALHAR EM ESCOLA DA ZONA RURAL.....	147
FIGURA 4.18 - A PERSPECTIVA DE CONTINUAR TRABALHANDO EM ESCOLA DA ZONA RURAL.....	148
FIGURA 4.19 - O LOCAL ONDE RESIDEM.....	148
FIGURA 4.20 - DISTÂNCIA MÉDIA PERCORRIDA PELOS PROFESSORES PARA CHEGAR À ESCOLA.....	149
FIGURA 4.21 - MÉDIA DE TEMPO GASTO PELOS PROFESSORES COM O DESLOCAMENTO DE SUAS CASAS AO LOCAL DE TRABALHO.....	149
FIGURA 4.22 - DISTRIBUIÇÃO DO TEMPO QUANTO AO EXERCÍCIO DE OUTRAS ATIVIDADES.....	150
FIGURA 4.23 - DISTRIBUIÇÃO DOS PROFESSORES SEGUNDO A PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES DE FORMAÇÃO.....	150
FIGURA 4.24 - DISTRIBUIÇÃO DOS PROFESSORES SEGUNDO A PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES DE ATUALIZAÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS.....	151
FIGURA 4.25 - REGULARIDADE NO CONTATO COM OS PAIS DOS ALUNOS.....	151
FIGURA 4.26 - DISTRIBUIÇÃO DA FREQUÊNCIA COM QUE ACONTECEM OS CONTATOS ENTRE PROFESSORES E PAIS.....	152
FIGURA 4.27 - PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELOS PROFESSORES NA ELABORAÇÃO DO PLANO DE AULA.....	152
FIGURA 4.28 - INCIDÊNCIA QUANTO AO MATERIAL DIDÁTICO UTILIZADO.....	153
FIGURA 4.29 - CONCEPÇÃO DOS PROFESSORES EM RELAÇÃO AO MATERIAL DIDÁTICO.....	153

FIGURA 4.30 - PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES QUANTO AO RENDIMENTO DO ALUNO QUE TRABALHA.....	154
FIGURA 4.31 - PERCEPÇÕES QUANTO AO TRABALHO DA CRIANÇA E FREQUÊNCIA ESCOLAR.....	154
FIGURA 4.32 - PERCEPÇÕES QUANTO A NECESSIDADE DO TRABALHO DAS CRIANÇAS.....	155
FIGURA 4.33 - AS CRIANÇAS SEGUNDO A IDADE.....	156
FIGURA 4.34 – AS CRIANÇAS SEGUNDO O SEXO.....	156
FIGURA 4.35 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL QUANTO A IDADE DE INCORPORAÇÃO AO TRABALHO.....	157
FIGURA 4.36 - AS CAUSAS QUE LEVAM A INGRESSAR NO TRABALHO.....	157
FIGURA 4.37- AS ATIVIDADES DESEMPENHADAS PELAS CRIANÇAS NO SISAL.....	158
FIGURA 4.38 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL QUANTO AO TEMPO DE DEDICAÇÃO AO TRABALHO.....	158
FIGURA 4.39 - HORÁRIO DE TRABALHO.....	159
FIGURA 4.40 - REMUNERAÇÃO SEMANAL.....	159
FIGURA 4.41- DISTÂNCIAS MÉDIAS ENTRE AS RESIDÊNCIAS E A ESCOLA.....	160
FIGURA 4.42 - À FREQUÊNCIA A ESCOLA.....	160
FIGURA 4.43 - NÍVEL DE REPETÊNCIA.....	161
FIGURA 4.44 - TEMPO GASTO PARA CHEGAR ATÉ A ESCOLA.....	161

## LISTA DE SIGLAS

CBAI - Ciclo Básico de Aprendizagem Inicial  
CBAS - Ciclo Básico de Aprendizagem Sequencial  
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho  
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
CPT - Comissão Pastoral da Terra  
CRI - Criança  
CUT - Central Única dos Trabalhadores  
FEBEM - Fundação Estadual do Bem Estar Social  
FUNABEM - Fundação Nacional do Bem Estar Social  
FUNDEF - Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
MOC - Movimento de Organização Comunitária  
MTB - Ministério do Trabalho  
OIT - Organização Internacional do Trabalho  
ONG - Organização Não Governamental  
PA - País (Trabalhadores do Sisal)  
PEA - População Economicamente Ativa  
PETI - Programa de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil  
PIB - Produto Interno Bruto  
PRO - Professores(as)  
SETRAS - Secretaria do Trabalho e Ação Social  
UNICEF - Fundo das Nações Unidas Para a Infância

A Jeorgete, Gabriel e Gustavo

## **AGRADECIMENTOS**

A meus pais Lindolfo e Aberlina (falecida), que desde muito cedo, apesar da difícil tarefa de manter uma escola na zona rural, sempre tiveram muita preocupação com os estudos dos filhos e, com recursos próprios, criaram uma escola para nos ensinar as primeiras letras e operações matemáticas.

A Jeorgete, Gabriel e Gustavo, esposa e filhos, pela paciência que sempre tiveram comigo, nos muitos momentos de minha ausência.

Aos professores(as), crianças e trabalhadores(as) da área do sisal, sujeitos da pesquisa, pela acolhida amiga e pela atenção, que com suas informações forneceram a matéria-prima para a elaboração deste estudo .

A professora Norma Leite, Diretora do Campus VII, da UNEB, pela dedicação e apoio institucional.

As professoras Lorrane Savoie e Marta Elisa Anadon, da Universidade do Quebec - Canadá e ao professor Paulo Batista Machado - UNEB, Campus VII, mestres, amigos e orientadores, pelas valiosas críticas e contribuições para a realização deste estudo.



## RÉSUMÉ

Cette étude a pour souci les enfants qui travaillent dans la culture agricole du sisal (agave) ainsi que son rapport avec l'enseignement fondamental. La recherche s'est déroulée dans la période 1998-2002 ayant pour but la critique des processus de transformation de la société brésilienne. Cela prend en compte l'engagement de l'enfant et du jeune dans le monde du travail. À notre avis il s'agit-là de la continuité d'une modernisation qui prend ses racines dans la Révolution Industrielle. Pour cela il faut donner la parole aux acteurs sociaux dans le but de tenir les discours et les perceptions e rapport avec le travail des enfants et son influence dans le processus d'enseignement mis en place dans la zone rurale de la municipalité de Campo Formoso, au nord-est du Brésil. On constate que le travail des enfants se présente, dans ce contexte, une retombée du processus de formation de la société brésilienne et la subordination du travail au capital. On s'aperçoit, néanmoins, que cette subordination du travail au capital résulte des rapports de production et de commercialisation dans un contexte de reproduction économique et sociale de la catégorie sociale étudiée. Par conséquence on voit la perpetuation de l'analphabétisme et plusieurs difficultés dans le processus d'apprentissage des enfants qui sont soumis à cette exploitation.

## RESUMO

Trata este estudo do Trabalho Infantil na cultura do sisal e sua relação com o Ensino Fundamental. No período de 1998 a 2002, sob o enfoque crítico dos processos de transformação da sociedade e da inserção da criança e do jovem ao trabalho, como resultante do processo de modernização em curso, iniciado com a revolução industrial. Discorre sobre a contribuição de diferentes atores e formas de percepção do Trabalho Infantil e sua relação com o Ensino Fundamental, enfatizando como pressupostos os processos de produção na cultura do sisal. Considera-se que o Trabalho Infantil emerge, neste contexto, como resultante do processo de formação da sociedade brasileira contemporânea e da subordinação do trabalho ao capital. Observa-se, contudo, esta subordinação ao capital, através das relações de produção e comercialização e pelo comprometimento de sua própria reprodução enquanto categoria econômica e social. Apóia-s em dados quantitativos e qualitativos, para a análise e construção de um referencial teórico e metodológico, que conduz a constatação de que o Trabalho Infantil, nas condições em que se desenvolve na cultura do sisal, contribui, significativamente, para a perpetuação do analfabetismo e situação de exploração a que estão submetidas às crianças que trabalham nessa cultura.

## SUMÁRIO

LISTA DAS FIGURAS.....	II
LISTA DE SIGLAS.....	V
AGRADECIMENTOS.....	VII
RESUMO.....	VIII
RÉSUMÉ.....	IX
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I	
AS CRIANÇAS TRABALHADORAS E O ENSINO FUNDAMENTAL.....	4
1.1 - Trabalho e Trabalho Infantil: Abordagem Histórica .....	4
1.2 - A Contemporaneidade do Trabalho Infantil.....	7
1.3 - O Trabalho Infantil no Brasil.....	8
1.4 - O Trabalho Infantil na Cultura do Sisal.....	12
1.5 - A Criança Trabalhadora no Sisal e a Escola.....	14
1.6 - Vida Escolar e Trabalho Infantil: Uma Questão Polêmica.....	16
1.7 - Preocupação de Pesquisa.....	17
1.8 - O Espaço da Pesquisa.....	18
1.9 - Pertinência da Pesquisa.....	23
CAPÍTULO II	
FUNDAMENTAÇÃO CONCEITUAL .....	25
2.1- A Formação da Sociedade Agrícola Brasileira.....	25
2.1.1 - A Modernização Excludente.....	29
2.2 - A Cultura do Sisal.....	35
2.2.1 - A Agave (sisal): Características Gerais.....	37
2.2.2 - O Sisal em Campo Formoso.....	38
2.2.3 - A Força de Trabalho na Produção Sisaleira.....	42
2.2.4 - As Relações de Produção na Cultura do Sisal.....	49
2.3 - O Trabalho Infantil.....	57
2.4 - A Escola Rural .....	62
CAPÍTULO III	
METODOLOGIA.....	68
3.1 - Universo da Pesquisa e Amostra.....	70
3.2 - Instrumentos de Pesquisa.....	71
3.2.1 - O Questionário.....	72
3.2.2 - Entrevista Semi-Estruturada.....	72

3.3- Resumo dos Procedimentos Técnicos e Procedimentos de Análise.....	75
CAPÍTULO IV	
ANÁLISE DOS DADOS E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS.....	77
4.1 - Escola e Trabalho Infantil na Perspectiva dos Pais, Trabalhadores do Sisal.	77
4.1.1 - O Perfil dos Pais.....	78
4.1.2 - O Discurso dos Pais.....	80
4.1.3 - Síntese dos Pais e Interpretação dos Resultados.....	86
4.2 - Escola e Trabalho Infantil na Perspectiva dos Professores.....	91
4.2.1 - O Perfil dos(as) Professores(as).....	92
4.2.2 - Discurso dos Professores.....	96
4.2.3 - Síntese dos Professores e Interpretação dos Resultados.....	103
4.3 - Escola e Trabalho Infantil na Perspectiva das Crianças.....	107
4.3.1 - Perfil das Crianças .....	107
4.3.2 - Discurso das Crianças .....	110
4.3.3 - Síntese das Crianças e Interpretação dos Resultados.....	114
4.4 - Síntese Geral.....	116
CAPÍTULO V	
INTEGRAÇÃO ENTRE OS ARGUMENTOS DA PESQUISA E OS RESULTADOS.....	121
CONCLUSÃO.....	126
ANEXO I	
Questionário Para Traçar o Perfil da Criança.....	131
ANEXO II	
Questionário Para Traçar o Perfil dos Professores(as).....	132
ANEXO III	
Questionário Para Traçar o Perfil dos Pais .....	135
ANEXO IV	
Entrevista Com Crianças.....	136
ANEXO V	
Entrevista Com os Pais .....	137
ANEXO VI	
Entrevista Com os Professores.....	138
ANEXO VII	
Dados em Relação aos Pais.....	139

ANEXO VIII	
Dados em Relação aos(as) Professores(as).....	144
ANEXO IX	
Dados em Relação as Crianças.....	156
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	162

## INTRODUÇÃO

O estudo de que trata o presente texto, Educação e Trabalho Infantil, procura dar continuidade, de forma sistemática à pesquisa que vinha sendo realizada por nós no Curso de Mestrado de Educação em Pesquisa pela Universidade do Quebec em Chicoutimi e Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Campus VII, em Senhor do Bonfim - Ba, que teve início em 1998.

A escolha do tema e a delimitação da amostra, as comunidades rurais na área do sisal, do município de Campo Formoso surgiram da necessidade de aprofundar e dar continuidade a uma preocupação que sempre nos perseguia, que era entender como se dá o processo educacional das crianças trabalhadoras do sisal e refletir sobre as suas limitações.

Assim, este texto procura discutir as relações que permeiam o processo educacional e a questão do trabalho infantil, na cultura do sisal, fundamentando-se na análise do processo de incorporação da criança como força de trabalho e na concepção dos principais atores, direto e indiretamente envolvidos, acerca desta problemática.

Num primeiro momento deste estudo que abrange o Capítulo I procurou-se contextualizar o cenário em que se insere o trabalho infantil enquanto atividade voltada à geração de renda e sua relação como o processo escolar. Procedeu-se, inicialmente, a nível teórico e de forma ampla, um estudo das relações que se estabelecem no processo de incorporação da população e em especial das crianças no mundo do trabalho, o que nos pareceu de fundamental importância, nesta análise, para a compreensão da problemática que nos propomos a investigar. Assim no primeiro capítulo procurou-se de forma resumida, caracterizar o cenário constitutivo que origina o Trabalho Infantil, sua contemporaneidade e restrições ao processo educacional, especialmente, das crianças trabalhadoras do sisal.

No Capítulo II, reservado a Fundamentação Teórica, discute-se o processo de Formação Política e Social da Sociedade Brasileira, implementado pelas transformações decorrentes do processo de industrialização e da "modernização" da agricultura brasileira, registradas nas três últimas décadas.

Pareceu significativo nesta abordagem, rever o processo de formação da sociedade agrícola brasileira que, desde sua fase inicial e, sobretudo, nas últimas décadas, revela contradições que poderiam ser examinadas para uma melhor compreensão da inserção do trabalho infantil na cultura do sisal. Para tanto, procurou-se contextualizar, através de um enfoque da realidade sócio-econômica brasileira registrada neste período, as contradições inerentes ao seu desenvolvimento, entre elas o acesso à escola, que da mesma forma permearam a estrutura e o pensamento da sociedade brasileira. É a partir deste contexto, no qual emerge a cultura do sisal no município de Campo Formoso, como monocultura voltada para exportação, que se insere também a discussão sobre o trabalho infantil e a escola rural.

No Capítulo III, da metodologia, procurou-se definir os procedimentos e instrumentos metodológicos a serem utilizados, além de caracterizar a área e a população objeto deste estudo. A investigação inicial construída a partir da aproximação e conhecimento prévio que se tinha da realidade, possibilitou a seleção das comunidades que constituíram a amostra, bem como a abordagem metodológica a ser assumida.

No capítulo IV - utilizando-se dos dados coletados e de sua análise, refletimos sobre o trabalho infantil e sua relação com o processo educacional, na área em estudo. Essa reflexão se dá a partir de uma sistematização dos dados coletados, levando-se em conta as concepções dos trabalhadores do sisal, dos professores e das próprias crianças, sobre trabalho infantil e sua relação com a frequência e desenvolvimento escolar das crianças do sisal.

Finalmente, no Capítulo V – com base nas análises dos questionários e dos discursos dos trabalhadores, dos professores e das crianças, fazemos uma integração entre os objetivos da pesquisa e os resultados das principais abordagens dos capítulos anteriores e tecemos, a título de conclusão, algumas considerações, através das quais se evidenciam como o trabalho infantil na cultura do sisal, implementado pela situação de pobreza, interferem no deficitário processo educativo das crianças trabalhadoras do sisal.



## **CAPÍTULO I**

### **AS CRIANÇAS TRABALHADORAS E O ENSINO FUNDAMENTAL**

#### **1.1 - Trabalho e Trabalho Infantil: Abordagem Histórica**

A história do trabalho começa quando o homem busca os meios de satisfazer suas necessidades – a produção da vida material, (Oliveira, 1995).

Em cada época manifestam-se distintas relações entre os homens, no que diz respeito à transformação da natureza e ao uso de instrumentos, objetos e produtos de trabalho. A estrutura social primitiva, em que o homem se alimenta da caça, da pesca e da agricultura o trabalho é dividido entre os integrantes da família dos clãs.

Com o crescimento da população e das suas necessidades ampliam-se as relações externas da família, iniciando-se assim o sistema de trocas, a ampliação do mercado e o desenvolvimento das forças produtivas. Verifica-se que outras fontes de riquezas - que já não são diretamente vinculadas à renda da terra, embora resultem do consumo do excedente agrícola - vão aparecendo, com a introdução da moeda e de novas formas de produção. Em diversas partes do mundo vão surgindo consumidores que passam a usufruir desse excedente proporcionado pelo caráter que o poder econômico foi assumindo. O trabalho expressava uma aptidão concreta para se obter valores de uso específico, mesmo

que fossem trocados nos mercados. Existia assim uma relação sensível do produtor com o fruto do seu trabalho. Com o surgimento do capitalismo emerge uma nova sociedade, voltada para a produção de valores de troca, privando o trabalho de sua concretude. O trabalho como atividade humana emerge nesta relação como elemento subjetivo do processo de produção. Inicialmente realizado no restrito círculo familiar e para seu consumo, evolui para a produção destinada ao mercado. Ao refletir sobre este processo, SINGER (1979), observa que: “a reprodução da força de trabalho tem sofrido alterações ponderáveis ao longo da evolução do modo de produção capitalista” (p. 120). Assim a primeira etapa desta evolução se caracteriza pelo predomínio da indústria doméstica, onde os capitalistas empregavam famílias camponesas que, sem se desligar da terra se empenhavam na produção de mercadorias em troca de salários. Verifica-se através deste breve enfoque histórico que o homem foi, paulatinamente, sendo alienado na sua atividade de trabalho.

Embora não se possa deixar de considerar outros aspectos, evidencia-se com o processo de acumulação proporcionado pelo capital e o desenvolvimento industrial, mudanças significativas nas relações de trabalho exigindo, inclusive, o ingresso de todos os membros da família no processo de produção. Essa evidência nos leva a inferir que desde os seus primeiros dias, a sociedade dividida em classes, onde poucos privilegiados vivem do produto do trabalho da maioria da população, acentuou-se o ingresso prematuro da criança e do adolescente no mercado de trabalho.

O trabalho infantil, trabalho da criança e do adolescente, não é recente na história da humanidade e constitui uma força presente, em diversas sociedades. No período da acumulação primitiva, assim como para os povos indígenas, por exemplo, o trabalho era tido como ajuda e não como trabalho, uma vez que o adulto fazia com sua família todo tipo de atividade em sua pequena propriedade.

O trabalho tinha um significado profundo no processo cultural de socialização para a vida. Nas relações cotidianas, especialmente no trabalho, as crianças e adolescentes aprendiam os conhecimentos, habilidades e destrezas necessárias para tornarem-se parte da sociedade em que viviam. A Família adquiria, dessa forma, grande importância no processo de transmissão de conhecimento dos filhos. Fundamentalmente era no ato de trabalhar que se dava a socialização das crianças. A criança não está ausente, como relata DIAKOV (1885), do trabalho coletivo da terra em comunidades primitivas e, ou não industrializada: “Os Papúas na Nova Guiné, relata Diakov, começaram por arar o solo com varas pontiagudas. Atrás da fileira de homens, encarregados dessa tarefa, vinham às mulheres, munidas de pás primitivas, depois as crianças, que esmagavam os torrões entre as mãos e retiravam as pedras”. (p. 50)

No apogeu da organização dos Clã, segundo DIAKOV (1985), predominaram a produção e a economia coletivas, mas à medida que se desenvolveram as forças produtivas, a produção industrializa-se o que acarreta um certo isolamento das famílias. (p. 53)

Com o aparecimento do comércio e da indústria, estabeleceu-se uma nova divisão de trabalho, simplificando tarefas, criando hierarquias, modificando funções, reservando espaços cada vez mais limitados para aqueles que não tinham formação. A divisão do trabalho, baseada na distribuição dos sexos, cuja origem data do paleolítico, é cada vez mais consolidada pelo desenvolvimento das novas formas de economia. A caça e a criação de gado, que dela derivam, são tarefas do homem enquanto que a mulher se consagra à coleta, à cultura do solo e aos trabalhos domésticos.

As relações de troca estabelecidas entre os primitivos foram se modificando, gerando excedentes que passaram a ser retidos por aqueles que iam concentrando maior área territorial. Aliado a isso, a introdução de novas

técnicas na agricultura, tais como as decorrentes da domesticação e do uso dos animais, proporcionou maior produtividade e acentuou as desigualdades entre os donos das terras e dos meios de produção. Assim vai se constituindo, pouco a pouco, uma separação entre aqueles que trabalhavam e os donos da terra, dos animais e dos instrumentos facilitadores da produção. Isto dá origem à exploração, à possibilidade para um homem se apropriar, sistematicamente, dos excedentes do seu próprio consumo e do produzido por outros homens. Nesse processo, a criança também passou a ser incorporada na lida da terra, com uma jornada diária intensa e contínua.

## **1. 2. A Contemporaneidade do Trabalho Infantil**

Contemporaneamente, o Trabalho Infantil afigura-se como fenômeno genérico, alcançando cerca de 400 milhões em todo o mundo, sendo que, especialmente nos países pobres, ele assume uma proporção mais grave. Dados recentes, divulgados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), revelam que somente na faixa etária entre cinco e quatorze anos, há 250 milhões de crianças que trabalham em todo o mundo, sendo que, 120 milhões em período integral (OIT, 1993).

Embora o grande número de crianças trabalhadoras encontre-se na Ásia, África e América Latina, os países desenvolvidos recorrem ao trabalho destas o que se evidencia, sobretudo, a partir da Revolução Industrial. Na Inglaterra, por exemplo, revela THOMPSON (1988), no período de 1780 a 1840, houve intensa exploração do trabalho de crianças e adolescentes, no que diz respeito às atividades realizadas, às condições de trabalho e aos maltratos físicos. (p. 199) As evidências sugerem que essa espécie de trabalho infantil se expandiu durante as primeiras décadas do século passado na maioria das indústrias de trabalho externo, nas indústrias de trançados de palha e rendas. A própria divisão do

trabalho, as tarefas simplificadas e depois automatizadas (taylorismo e fordismo)<sup>1</sup>, acabaram propiciando a utilização dessa força de trabalho.

A descrição que FLEURY (1999) apresenta das alterações na organização do trabalho de base taylorista–fordista, sentida desde os anos quarenta, refere-se a parcelarização das tarefas por parte de algumas empresas. Tais alterações ocorridas nas últimas décadas, nos pressupostos técnicos da automação têm resultado em modificações significativas nos processos de trabalho.(p. 200)

Fato é, que o uso da mão-de-obra infantil é assunto que requer ainda, estudo e pesquisas, pela sua complexidade e presença ao longo da história e, sobretudo contemporaneamente. Alguns estudos já realizados pela OIT (Organização Internacional do Trabalho), Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e CUT (Central Única dos Trabalhadores), que tratam desse problema, apontam as implicações desta exploração e, destacam o trabalho espoliador da criança, que por vezes é tratada até mesmo de forma desumana.

### **1. 3. O Trabalho Infantil no Brasil**

Quanto à realidade brasileira, desde fins da década de 1960, o avanço do capitalismo e do trabalho infantil é espelhado por não poucos indicadores.

---

<sup>1</sup> Entenda-se por Fordismo, conjunto de princípios desenvolvido pelo empresário norte-americano Henry Ford (1847-1931), em sua fábrica de automóveis com o objetivo de racionalizar e aumentar a produção. Em 1909, Ford introduz a linha de montagem – uma inovação tecnológica revolucionária.. Os veículos são colocados numa esteira e passam de um operário para outro, para que cada um faça uma etapa do trabalho. A expressão Fordismo passa a significar produção em série. O Taylorismo, da mesma forma é definido como sistema de exploração industrial devido a Frederick W. Taylor, engenheiro e economista norte-americano (1856-1915), que baseado nos princípios da psicotécnica e da organização nacional do trabalho, e com o qual se procura alcançar o máximo de rendimento com o mínimo de tempo e atividade.

Manifesta-se no crescimento do PIB, sob a liderança do setor manufatureiro, no desempenho da indústria de transformação, em seus mais diferentes ramos e na produção de bens de capital; na importância adquirida pelas exportações como fonte privilegiada de indução ao crescimento econômico; nas substantivas mudanças operadas no perfil da população economicamente ativa; e, sobretudo, na agricultura, na indústria e nos serviços.

Segundo ADORNO (1991), “o processo de modernização requerido como suporte para o aprofundamento e expansão da sociedade capitalista, no Brasil avançou sobre as mais diversas atividades, entre as quais a construção civil, as telecomunicações, os transportes, a agricultura, para citar algumas” (p. 186). A intensidade com que essas mudanças se verificaram. O certo é que elas não distribuíram seus benefícios para o conjunto da população. Confirma-se que o desenvolvimento do capitalismo caminhou par a par à ampliação das disparidades sociais. A população pobre, de baixa renda, habitante dos campos e das cidades, pagou o ônus do crescimento e do dinamismo econômico. Como têm sugerido pesquisas e estudos recentes do Unicef (1994) e da CUT(1996),o agravamento da desigualdade social pesou duramente sobre a população jovem, mais propriamente sobre as crianças, na faixa etária de 0 a 9 anos.

Vê-se que, por um lado o crescimento do setor de serviços e de produção de trabalho precarizados, de mão-de-obra infantil, como muitos preferem chamar, facilitou em toda parte a entrada de crianças no mercado de trabalho. Por outro a situação de pobreza, a estrutura do mercado de trabalho, a diferente oferta de bens e serviços sociais (Educação, saúde, saneamento básico .....), verificada nos últimos anos, aliados a outros aspectos de natureza sociocultural, como por exemplo, a reprodução ideológica de que o trabalho é “formativo”, que “é melhor a criança trabalhar do que nada fazer”, ou ainda que “o trabalho prepara a criança para a vida”, têm, contribuído, definitivamente para o agravamento do problema.

No que toca à situação de pobreza, o índice de crianças e adolescentes que trabalham, segundo dados do IBGE (1993) é muito maior nas faixas de rendas mais pobres da população, principalmente no grupo etário de 10 a 14 anos, dada a necessidade e pressão dos pais junto aos filhos no sentido de colaborarem para a manutenção do grupo familiar. As famílias mais pobres, com até um salário mínimo per capita mensal, fornecem 75% do total da força de trabalho infanto-juvenil, nas áreas urbanas. Mas este índice sofre altas variações de acordo com as regiões brasileiras.

Há regiões, como São Paulo e Sergipe, por exemplo, em que o trabalho do menor é utilizado apenas como reserva de mão-de-obra, arregimentada exclusivamente nos períodos de maior intensificação de trabalho, principalmente na agricultura, nas épocas de colheita enquanto em outras, esse recurso, do uso do trabalho do menor, acontece o ano inteiro, como na cultura do sisal, na Bahia, preocupação do nosso estudo.

A situação da infância no Brasil não é, sob qualquer hipótese, animadora. As políticas econômico-sociais implementadas nas últimas décadas muito pouco têm contribuído para amenizar a subnutrição, a mortalidade infantil, notadamente nas regiões mais pobres do país, onde a exploração do trabalho infantil e a baixa escolaridade estão muito presentes. Ao contrário os problemas acumularam-se em uma espiral crescente, inviabilizando soluções de curto e médio prazo e tornando inócuos os programas e diretrizes, formuladas e implementadas. A situação de pauperização crescente, que induz um maior número de crianças e jovens em direção ao mercado de trabalho, paradoxalmente não melhora os baixos níveis de vida da população.

Em relação ao mercado de trabalho são muitos os fatores que interferem na oferta do Trabalho Infantil e na forma como este é desenvolvido. Pesquisa realizada pela Central Única dos Trabalhadores - CUT (1996) revela que quanto

menor o nível de escolaridade da família , mais os seus filhos participam do trabalho; quanto maior o grau de informalidade nas relações de trabalho dos adultos e o tipo de atividade (agrícola, extrativismo, assalariado informal), maior é a incorporação do trabalho da criança junto ao grupo familiar; e quanto maior o número de famílias chefiadas por mulheres, maior é o envolvimento das crianças no trabalho.

De fato, instaura-se uma espécie de “curto-circuito perverso” na medida em que pressões sociais, decorrentes da imperiosa necessidade de assegurar a sobrevivência de si e da família, se intensificam, maior é o contingente de crianças e jovens que ingressam no mercado de trabalho em condições muito desfavoráveis. Essa situação, segundo MARTINS (1991), “diminui a possibilidade de obtenção de escolarização formal e de profissionalização, o que empurra esse contingente para as posições ocupacionais mais desfavoráveis, onde os níveis de remuneração são os mais baixos e a intermitência e insegurança acusam taxas elevadas”. (p. 88 )

No Brasil, pois, são muitas as atividades onde um grande contingente destas crianças, impelidas pelo estado de pobreza , por tradições e pelas próprias necessidades de reprodução do sistema, são encontradas, trabalhando em condições perigosas, principalmente na indústria e em plantações agrícolas. Pesquisas apontam a existência de uma população de 7,5 milhões de crianças e adolescentes entre 0 e 17 anos que trabalham, (IBGE 1990).

Em 1996, segundo dados da UNICEF, o número de crianças trabalhadoras elevou-se para 9,6 milhões (Folha de São Paulo, 12/12/96, p. 03) . O engajamento precoce do menor no mundo do trabalho varia segundo regiões e interesses. A cartilha “Serafina e a Criança que Trabalha” (AZEVEDO, PORTO E HUZAK, 1996), aponta com propriedade algumas destas atividades e regiões : em São Paulo , destacam-se “Os Meninos da Laranja”, encontradas em Tabatinga



e cidades do interior paulista. Elas saem de casa às 5:30 hs da manhã e só voltam às 8:30 hs da noite; no Mato Grosso do Sul, “Os Filhos do Carvão”, crianças que a partir de sete anos de idade acompanham seus pais na tarefa de fazer a transformação do eucalipto em carvão, transportando lenha, queimando e retirando o carvão do forno; em Pernambuco, “Os Meninos da Cana” que, são encontrados na Zona da Mata, onde além de cortar cana, que é um trabalho árduo e perigoso para crianças, viajam longas distâncias diariamente, em caminhões, até chegar ao canavial; em São Paulo e outras grandes cidades, “Os Vendedores de Chocolate”, encontrados nos vagões dos trens, e nos ônibus, que se tornam verdadeiros mercados, onde se vende de tudo: água e sorvetes nos dias de calor, chocolate, amendoim e biscoitos, nos dias frios; na Bahia “As Crianças do Sisal” (agave), planta muito cultivada no sertão, região de clima seco. (p. 14-20) Na roça as crianças ajudam a cuidar da lavoura a semana inteira, cortando as folhas, transportando, sevando ou estendendo fibras, em jornadas diárias de até 12 horas, para ganhar em média, o equivalente a 10% do salário mínimo.

Quer em números absolutos ou relativos, o trabalho da criança e do adolescente no Brasil, assume proporções tão gigantescas quanto desumanas. As taxas de ocupação da mão-de-obra infantil no Brasil são das mais altas do mundo, quando comparada com as de outros países. Segundo a Organização Internacional do Trabalho, OIT na década de 1980 situou-se em torno de 18%, enquanto na Indonésia o índice foi de 11,1%, em Marrocos 14,35%, República Dominicana 15,5% , Portugal 16,8%. Índices maiores que o brasileiro foram encontrados somente no Haiti e Paraguai, com 24% (OIT 1993).

#### **1. 4. O Trabalho Infantil na Cultura do Sisal**

Nossa preocupação volta-se especialmente ao trabalho infantil na cultura do sisal, especificamente, na região sisaleira do município de Campo Formoso, que se constitui no nosso campo e objeto de estudo. As condições estruturais do

município, marcada por precárias condições de ensino, elevado índice de analfabetismo, mão de obra em abundância, e a inexistência de fiscalização das leis que proíbem o trabalho do menor, aliado a outros fatores sócio-políticos e econômicos, vêm contribuindo, decisivamente, para o agravamento do problema.

Devido à abundância de mão-de-obra infantil, é possível encontrar naquela região lugares onde apenas uma equipe de menores realiza quase todo o processo de desfibramento do sisal, ficando fora deste, apenas as atividades de cevador e resideiro, por serem atividades que exigem habilidade e força física. Embora as demais atividades do processo de produção não sejam menos pesadas que as de cevador<sup>2</sup> e resideiro<sup>3</sup>, observa-se que na roça as principais atividades executadas pelas crianças são o corte da folha, o transporte desta até a máquina desfibradeira, e o transporte das fibras até ao jirau<sup>4</sup>, nos campo de secagem. Não há na cultura do sisal discriminação de sexo e idade para a realização de tarefas no processo de produção da mesma. Tanto mulheres como crianças são largamente empregadas principalmente nos períodos de crises do produto, registradas em função da seca e, principalmente, das constantes quedas de cotação do produto no mercado, fazendo com que todos os membros da família sejam mobilizados para garantir o mínimo necessário à sobrevivência do núcleo familiar.

Vê-se que não há qualquer preocupação dos pais em relação ao envolvimento dos filhos no trabalho, bem como há um total descaso, por parte

---

<sup>2</sup> Cevador é o operário que comanda todo o processo de desfibramento da Agave, de onde é extraída a fibra. Esse processo é realizado através de um motor simples, itinerante, com um cevador acoplado, instalado sobre uma carroça, para facilitar a sua constante locomoção dentro do campo de sisal. É a atividade onde ocorre o maior índice de acidentes, com a perda de dedos, mãos e às vezes até do braço, deixando o trabalhador mutilado.

<sup>3</sup> O resideiro é um auxiliar do cevador, encarregado de retirar o bagaço que vai se acumulando ao redor do motor e também faz a pesagem da fibra produzida, ainda verde, molhada.

<sup>4</sup> Espécie de varau improvisado, construído de madeira e arame para a secagem da fibra do sisal.

dos poderes público, no que se refere à assistência médica, à educação, à saúde e, principalmente, em relação ao trabalho do menor. Mesmo estando assegurado na Constituição Federal, Art.207, que: “É dever da família, da sociedade e do Estado, assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, a alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, a cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão”, existe uma distância vergonhosa entre o que reza a lei e a sua efetivação. A necessidade do trabalho das crianças para ajudar no orçamento doméstico; as condições precárias das famílias; o fato de serem pobres, ou de serem obrigadas a trabalhar para ajudar os pais, evidenciam-se como as causas mais prováveis do elevado contingente de crianças trabalhando na cultura do sisal em Campo Formoso.

Apesar do sisal não ser a única atividade que emprega mão de obra infantil nessa região, constata-se que nas áreas onde este é mais cultivado 80% das crianças da comunidade trabalham nessa cultura e são responsáveis por considerável parcela da produção.

Crianças de até 5 anos são levadas pelos pais para desenvolver as mais variadas funções numa roça de sisal, como: cortar palha, carregar, estender, tanger jegue ou residar (limpar o motor) em jornadas de trabalho que variam entre oito a doze horas por dia.

### **1.5. A Criança Trabalhadora no Sisal e a Escola**

Há no município de Campo Formoso, um elevado índice de crianças eliminadas prematuramente da escola, provenientes, sobretudo, de famílias pobres de camponeses. As péssimas condições de vida dessa população trabalhadora do sisal, que para garantir sua sobrevivência recorre ao trabalho dos

filhos, constitui-se em fator significativo para a inconstância permanente da criança na escola e o abandono dos estudos.

Outro fator também significativo é o precário serviço educacional oferecido a essa população. O atendimento escolar, apesar dos esforços empreendidos, ainda deixa muito a desejar. Os recursos destinados à educação reduzidos e insuficientes são gastos em grande parte na sustentação da máquina burocrática, no pagamento de transporte e na construção de prédios, muitas vezes para atender à interesses políticos.

Embora a Constituição de 1988 estabeleça o ensino obrigatório dos 7 aos 14 anos (Art. 208 e Incisos) e seja assegurado ao menor a frequência à escola, “de modo a garantir a formação em nível básico”, o que se tem observado na região sisaleira é que face às condições de extrema pobreza em que vivem as famílias, os menores, em muitas situações, deixam de ir a escola, em detrimento do trabalho para ajudar no orçamento doméstico.

Entre as crianças que freqüentam a escola na região sisaleira, é evidente o fenômeno da evasão escolar. Há em todas as comunidades desta região um decréscimo constante do número de matrículas nas escolas de ensino fundamental, sobretudo, nas épocas mais difíceis (seca, entre-safra), quando todos os membros da família são arregimentados para o trabalho, a fim de garantir a sobrevivência do núcleo familiar. Ou quando matriculados, tendem a abandonar os estudos.

Funcionando na Bahia desde 1997, esse programa chegou em Campo Formoso, após o seu terceiro ano de funcionamento, no ano de 2000, aonde vem funcionando de forma precária, sobretudo pelo constante atraso do pagamento da bolsa, no valor de 25,00 destinados às crianças beneficiárias.

## **1. 6. Vida Escolar e Trabalho Infantil: Uma Questão Polêmica**

Embora o trabalho infantil na região sisaleira de Campo Formoso seja acompanhado de dificuldades em relação à vida escolar, há divergências de entendimento quanto à propriedade ou não do trabalho infantil.

Diante deste quadro, vem sendo travado um debate nos últimos anos no Brasil. Para um primeiro grupo, articulado no Tribunal Nacional contra o Trabalho Infantil, Fórum Nacional composto de entidades da sociedade civil e de organismos governamentais, criado em Brasília (outubro 1994), a tendência é a de condenar e denunciar a utilização de qualquer atividade laborativa para os menores de 16 anos. Sob o argumento de que “lugar de criança é na escola” e de que “um jovem ocupado tira o emprego de seu pai ou mãe”.

Em posição antagônica defendida pelo Tribunal, há uma série de argumentos que justificam o trabalho do adolescente, entre eles o de um Juiz de Direito da Cidade de Pitangueiras, São Paulo – resumidos em artigo da revista “Veja” intitulado “A Força Infantil” - que já concedeu mais de cem alvarás autorizando a utilização de mão-de-obra de menores no corte de cana, fundamentando suas decisões em depoimentos de menores, como o de Sival da Silva, 17 anos, a um ano de posse do referido alvará, que explica que se não trabalhasse não ia ter o que comer (Revista Veja 23/10/1996).

O conceito que se tinha em relação ao trabalho infantil no final dos anos 70 e durante toda a década de 80, quando muito se falava em “geração de renda”, “cooperativismo”, “trabalho autônomo”, a tendência foi de priorizar o trabalho do menor como forma de “ressocializar” “reintegrar” ou “reeducar”. Eram discursos produzidos a partir de uma visão meramente econômica para justificar a participação do jovem no mercado de trabalho, que se respaldava,

sobretudo, no sistema de ensino vigente que tinha como princípio “Educação para o Trabalho”. Tanto organismos vinculados ao sistema de atendimento à criança – FUNABEM - Fundação Nacional do Bem Estar Social e FEBEM - Fundação Estadual do Bem Estar Social, quanto às entidades da sociedade civil, Igrejas, escolas, entre outras, passaram a orientar suas ações intermediadas por esse discurso. Segundo essa compreensão, a manutenção do trabalho infantil é respaldada pela própria mentalidade que o concebe, nunca como um problema, mas como solução. Embora seja essa a visão que se firmou até o início dos anos 90, quando ainda se concebia o trabalho infantil como um trabalho necessário, tendência ainda hoje defendida por alguns setores da sociedade, a posição do Fórum como vimos, é a de condenar todo e qualquer trabalho para menores de quatorze anos.

## **1. 7. Preocupação de Pesquisa**

Essa pesquisa tem o interesse de conhecer como os atores infantis envolvidos no trabalho do sisal relacionam-se com a escola. Em que medidas as crianças da região estão inseridas no trabalho do sisal e qual a relação desse trabalho com o rendimento escolar do aluno. Se o fato de trabalhar no sisal reflete em seu rendimento escolar e de que forma. É dentro deste debate, com as crianças, pais e professores, que se situa o nosso estudo.

Podemos resumir esses questionamentos em duas questões que nortearão o nosso estudo, como objetivos de pesquisa:

- 1) Analisar em que medida as condições de vida e de trabalho da criança do sisal interferem no seu desempenho escolar;
- 2) Analisar de que forma as crianças, pais e professores percebem a relação trabalho e desempenho escolar das crianças da região sisaleira.

Nosso estudo será realizado através da escuta, prioritariamente, das crianças trabalhadoras. Daremos também a palavra aos professores e aos pais dessas crianças, que tem como função complementar o olhar daqueles que cuidam deles, em especial na família e na escola.

## **1. 8. O Espaço da Pesquisa**

A área de estudo localiza-se no município de Campo Formoso, que foi nos seus primórdios um aldeamento indígena das tribos Payayás, Sapóias, Secaquerinhos, Tocós e Quirirís.

O município de Campo Formoso, segundo a divisão geográfica e de planejamento do Estado, está situado na região denominada Piemonte da Chapada Diamantina e ocupa uma área de aproximadamente 7.208 km<sup>2</sup>.

Com uma população de 62.104 habitantes, segundo o Censo do IBGE (1991), Campo Formoso é um município predominantemente rural, com um percentual de 26,46% de sua população residente no meio urbano e 73,34% no meio rural, cuja densidade demográfica é de 8,62 hab/km<sup>2</sup>.

Sendo parte integrante da macro região semi-árida do Estado da Bahia, Campo Formoso caracteriza-se como município de grande sensibilidade às variações climáticas. Apresenta grandes deficiências hídricas, especialmente na zona rural, com um clima predominantemente quente, estação chuvosa irregular, de outubro a abril, principalmente nas áreas de caatinga e agreste. A temperatura do município é elevada, variando entre 23.C a 26.C em média, com pluviosidade anual média 1035 e mínima 302.

A vegetação da região pode ser identificada por 3 tipos : caatinga, agreste e mata, sendo que a de maior predominância é a da caatinga, onde prevalece a seca durante o ano todo, principalmente nas épocas de maior estiagem. Nesta zona, caracterizada como de caatinga, por conta do clima quente, desenvolve-se a pecuária de ovinos e caprinos de tipo intensiva e extensiva e uma agricultura de baixo rendimento, com forte predominância para a cultura do sisal, que se destaca como o principal produto da extração vegetal.

O município de Campo Formoso, como muitos outros da região, é marcado pela escassez de recursos naturais, na zona rural, trazendo prejuízos à economia e a população destas áreas.

Tendo como base produtiva a mineração e atividades produtivas afins, concentrada na periferia da sede do município, ao lado da agropecuária extensiva, a economia do município desfruta de uma situação privilegiada em relação a outras economias da região do semi-árido, pois dispõe de um potencial mineral e industrial de grande influência na formação da economia, sobretudo na geração de empregos.

Quanto à População Economicamente Ativa – PEA, segundo diagnóstico realizado pelo SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, Senhor do Bonfim (1998) a maioria estava distribuída em atividades primárias e secundárias, destacando-se a agropecuária como principal absorvedora de mão-de-obra. Em 1970, 81,70% estava empregada no setor primário contra 74,24% em 1980. Já em relação ao setor secundário a proporção da PEA era de 8,65% em 1970, subindo para 13% em 1980.

Apesar do potencial mineral e industrial, além das possibilidades agropecuárias existentes, os níveis de remuneração em 1980 eram baixíssimos, sem falar no contingente populacional sem rendimento mensal. Praticamente,



56,03% da PEA não recebia remuneração, e 24,76% tinha rendimento mensal de até 1 Salário Mínimo. As faixas salariais acima de 5 Salários Mínimos concentravam menos de 1% da PEA. (p. 12)

Conforme o Diagnóstico, é grande o desemprego no município e o número de trabalhadores subempregados que vivem em condições de pobreza absoluta, em moradias precárias predominantemente improvisadas, sem serviço de água e esgotos. O mesmo quadro se apresenta em relação à saúde e à educação, configurando-se um cenário de enormes carências e qualidade de vida insatisfatória. Na zona rural, a estrutura é inexistente e, devido às grandes distâncias, a população das localidades não recebe atendimento médico, tendo que se deslocar até à sede do município quando necessita de algum tratamento.

Já em relação à educação em que pese o número de escolas hoje existentes no município, alguns aspectos relevantes são ressaltados. Encontra-se a estrutura física dos estabelecimentos em estado de precariedade, com algumas escolas abandonadas, falta de material didático e merenda escolar, dificuldade de transporte para os alunos e expressiva taxa de analfabetismo. Por outro lado, os baixos salários pagos aos professores e a inexistência de programas de formação e capacitação docente agravam ainda mais a situação da educação no município.

Tomando como amostra dessa realidade o exemplo que nos fornece o Anuário Estatístico da Educação na Bahia, somente no ano de 1999 na micro-região de Senhor do Bonfim, no Ensino Fundamental, houve em média um índice de 10,41% de reprovação, e 14,91% de alunos que abandonaram as escolas (Anuário Estatístico/SEI,2001)

Reprovação e Abandono do Ensino fundamental na Micro-Região  
de Senhor do Bonfim/Ano 1999

<b>MUNICÍPIO</b>	<b>REPROVAÇÃO</b>	<b>ABANDONO</b>
Antonio Gonçalves	7,33	9,68
Campo Formoso	8,92	17,16
Filadélfia	9,64	11,82
Itiúba	18,79	14,31
Jaguarari	10,36	16,40
Ponto Novo	8,55	15,51
Senhor do Bonfim	9,33	17,50
<b>MÉDIA</b>	10,41	14,91

Os dados acima citados nos levam a supor que entre os fatores do fracasso escolar na referida micro-região, o fator sócio-econômico é um dado evidente, que aliado aos problemas anteriormente apontados, contribuem para os elevados índices de repetência e abandono.

Outros dados estatísticos mais recentes sobre a educação na Bahia, com relação à defasagem, grau de formação dos professores, reprovação e abandono no Ensino Fundamental, apresentados no Anuário Estatístico da Educação na Bahia - 2000, contribuem para a compreensão deste quadro que, mesmo com a atenção que vem sendo dispensada à educação, nos últimos anos, pelo governo Federal, Estadual e Municipal, os indicadores destes problemas, em relação ao Ensino Fundamental, ainda são bastante elevados (Anuário Estatístico da Bahia 2000).

Interessa-nos neste estudo o município de Campo Formoso, onde se evidencia que, no que se refere ao número de alunos com dois anos ou mais de defasagem idade-série, constata-se que de um total de 15.051 alunos com idade

defasada, em relação à série no Ensino Fundamental, 2.238 eram da rede estadual e 12.734 eram da rede municipal. (p. 138)

Com relação aos professores, os indicadores apontaram que, o número de docentes do Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série no município de Campo Formoso, segundo o grau de formação é a seguinte: (p. 228).

Número de docentes em exercício no Ensino Fundamental - 1ª a 4ª série  
por grau de formação em Campo Formoso (2000)

Grau de Formação

Localização	Educação Fundamental			Ensino Médio		Superior	
	Total	Incomp.	Compl.	Magistério Completo	Outro Completo	Licenciatura	
						Comp.	Incomp.
Rural	378	1	48	324	5	-	-
Urbano	115	-	-	147	6	1	-

Fonte: Anuário Estatístico da Educação – 2000 Sec. da Educação/SEI

Quanto ao índice de reprovados no Ensino Fundamental, na área rural do município de Campo Formoso, referente ao ano de 1999, de um total de 1.160 alunos, 134 foram da rede estadual, enquanto 1.026 foram da rede municipal.

Quanto ao abandono, foram os seguintes os números apontados em relação ao Ensino Fundamental no município de Campo Formoso no ano de 1999.

Abandono no Ensino Fundamental em Campo Formoso – 1999

<b>Localização</b>	<b>Total</b>	<b>Estadual</b>	<b>Municipal</b>	<b>Particular</b>
Rural	2.645	86	2.559	-
Urbano	915	354	554	16

Em relação a outros aspectos infra-estruturais, como o sistema de abastecimento de água, não atende satisfatoriamente á população, sobretudo na zona rural, onde o abastecimento é feito com água de barreiros, de poços e através de carros pipa, sem nenhum tratamento prévio.

Aliado a todos estes fatores, que impede à maioria da população o acesso aos serviços básicos e aos meios de produção, a falta de oportunidades tem contribuído sobremaneira para o agravamento do quadro social que hoje persiste no município, contribuindo para o aumento do analfabetismo, que ultrapassa o índice de 50% da população, o que aliado ao trabalho infantil na área do sisal e outras formas de exclusão social, que impede o direito à cidadania, de significativa parcela da população do município..

### **1.9 Pertinência da Pesquisa**

A realização de pesquisas sobre o assunto são ainda insuficientes. Os estudos até então realizados procuram por outro lado discutir o trabalho infantil em outras culturas e sobretudo, tomando como centro de abordagem, aspectos que não respondem às preocupações que nos propomos a discutir com essa pesquisa.

Apesar da importância deste tema, haja visto o destaque que está sendo dado ao trabalho infantil pela imprensa falada e escrita, nos últimos anos, não há, ainda, pesquisas sobre o trabalho infantil e, em especial, sobre a sua relação com a escola da região sisaleira.

O trabalho no sisal, pela complexidade de relações que estabelece em seu processo de produção/extração, impõe aos trabalhadores desta cultura, em especial as crianças, limites sócio-culturais, como o acesso à escola, a saúde, ao lazer e ao próprio exercício da cidadania.

Este estudo permitia que se veja com mais clareza a relação trabalho/escola neste contexto e suas múltiplas influências e limitações quanto ao processo educativo das crianças trabalhadoras do sisal.

Não existe na região indicadores sobre as concepções dos principais atores envolvidos nesta cultura, trabalhadores, professores e crianças, quanto à forma como percebem e interpretam o problema do trabalho infantil e a sua relação com a escola.

Espera-se através desta pesquisa possibilitar um conhecimento maior de como estes atores sociais, direto e indiretamente percebem a interferência do trabalho no sisal na permanência e continuidade da criança na escola.

Há hoje, como resultado das denúncias e campanhas promovidas pelas ONGS e setores da sociedade civil organizada, assim como de alguns setores do governo, a nível Federal, Estadual e Municipal, uma certa preocupação quanto à questão do combate ao trabalho infantil. Esta pesquisa consistirá na oferta de subsídios em vista de uma compreensão mais ampla do problema.

## **CAPITULO II**

### **FUNDAMENTAÇÃO CONCEITUAL**

**A formação da Sociedade Agrícola Brasileira; A cultura do sisal; O trabalho Infantil; e a Escola Rural; são os conceitos chaves que serão trabalhados nesta abordagem, permitindo-se um embasamento teórico do problema em questão.**

#### **2.1. A Formação da Sociedade Agrícola Brasileira**

Uma primeira abordagem que julgamos necessária, para compreender o Trabalho Rural no Nordeste, é a contextualização histórico-estrutural da formação política da sociedade agrícola brasileira.

A história política do trabalhador agrícola brasileiro, segundo IANNI (1965), pode ser dividida em três períodos principais: no primeiro, predominou o escravismo; no segundo, o lavrador; e no terceiro o proletário. Os antagonismos, crises e lutas havidas na sociedade agrária brasileira, desde a Lei do Ventre Livre, de 1871, até ao Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963, assinalaram as condições em que se desenvolve o longo processo de transformação do escravo em trabalhador livre. A lei de 1871 declara livres os filhos de mães escravas nascidos desde então. E a lei de 1963 regulamenta as condições de contrato de trabalho e sindicalização no setor agrário. (p. 148)

Ao longo dessas décadas, houve principalmente escravos (indígenas, negros, mestiços), agregados, colonos, parceiros, assalariados, volantes e outros. A transformação do escravo em proletário, originário das outras categorias acima referidas - que será o objeto central da nossa reflexão - não foi um processo rápido, harmônico e generalizado.

A transformação do lavrador em proletário não ocorre de uma só vez, de modo rápido, igual e generalizado por toda a sociedade agrária. Esse é um processo às vezes lento e repleto de contradições.

No âmbito das contradições econômicas, a gênese do proletariado rural depende da efetiva transformação do lavrador em trabalhador livre assalariado, isto é, em vendedor da força de trabalho. Em outros termos no âmbito das condições econômicas, a gênese do proletariado rural depende da efetiva separação entre o produtor (o lavrador) e a propriedade dos meios de produção. Talvez se possa dizer que a ocasião em que o proletariado aparece de fato (como categoria econômica, social e política) é aquela em que ele já não possui, nem de fato nem imaginariamente, os meios de produção. A gênese do proletariado rural, portanto, não se dá, apenas, em decorrência de transformações nas condições econômicas. É verdade que o desenvolvimento das forças produtivas (capital, tecnologia, força de trabalho, divisão social do trabalho) fundamentam a metamorfose do lavrador em proletário.

Como bem salienta OLIVEIRA (1994), identifica-se nesse processo de transformações, ocorridas no Brasil, especialmente no desenvolvimento do setor industrial o surgimento e o desenvolvimento de novas categorias e classes sociais. As de origem burguesa - ou seja, comerciantes, banqueiros, industriais, latifundiários e do seu oposto, o proletariado urbano e rural, formado por operários destes setores acima referidos. (p. 38) Do ponto de vista

social e político, Segundo VITA (1989), a peculiaridade da industrialização brasileira constituiu, portanto, na acomodação dos interesses dos setores “tradicionais” (as oligarquias agrárias) das classes dominantes com seus setores “modernos” (a burguesia financeira e industrial). (p. 151) Isso não exclui eventuais escaramuças entre esses dois setores das classes dominantes, como as que ocorreram durante a República Velha (1889–1930) em torno de determinadas medidas de política econômica, como a taxaço de produtos manufaturados ou a liberaço da importaço de matérias-primas utilizadas pela industria.

Em que pesem as divergências momentâneas, a marca da modernizaço brasileira foi a conciliaço entre a burguesia urbana e as oligarquias agrárias. “As condições de vida e de trabalho dos primeiros operários brasileiros eram difíceis. A jornada de trabalho em muitos casos chegavam a 12, 14 e até 15 horas por dia e os trabalhadores não tinham direito ao descanso semanal remunerado, a domingos e feriados ou a férias anuais”. (p. 152)

Apesar de todas as mudanças ocorridas neste período, da aboliço da escravatura até a criaço do Estatuto do Trabalhador Rural, quando surgiram novas relações de trabalho, tal situaço não mudou muito.

Segundo BENJAMIN (1998), “nunca superamos de todo essa dupla herança colonial-escravista”, - em referência a forma de pensar da elite brasileira. Ao longo da nossa história, essa massa popular marginalizada tem sido reiteradamente remetida à mera luta pela sobrevivência, sendo encarada pelas elites, - ontem como hoje- como uma imensa reserva de força de trabalho à disposiço de projetos totalmente estranhos a ela. A perspectiva assumida neste estudo é portanto, tentar pontear, de forma



sucinta, a questão de classe que se observou permear a dinâmica do processo de modernização conservadora que provocou a exclusão massiva da classe trabalhadora. (p.75)

No dizer de MARX (1978), “a população é uma abstração, se desprezarmos, por exemplo, as classes que a compõem”. (p. 116) Não devemos perder de vista as contradições que surgem pela forma como vão se estabelecendo as relações nas formações sociais. É fundamental entender as mais diversas práticas sociais a que estão condicionados os homens em sua existência e que determinam as diferentes classes sociais das quais fazem parte. Requer-se para um estudo de classes, de onde certamente afluirão relações esclarecedoras acerca dessas condições, com as quais os homens se envolvem independente da sua vontade, a análise de suas especificidades históricas. Para isto parece relevante considerar o movimento que se deu em sociedades centrais industrializadas em relação à nossa formação populacional.

Segundo WEFFORT (1979):

“no processo de formação das sociedades capitalistas européias, observa-se uma coerência fundamental entre a ideologia liberal que postula um Estado dos homens livres e as relações que mantêm estes nas demais esferas da estrutura social. Poder-se-ia dizer que se observa um acordo básico, pelo menos em termos de tendência, entre as formas de legitimidade política em geral e o quadro das relações econômicas, entre os princípios que regem a participação nos assuntos do Estado e aqueles que tem vigência na produção" (p.151).

Ainda segundo WEFFORT (1979):

“a ampliação da cidadania- política, isto é, da democracia - na Europa foi resultado da forma como lá ocorreu a industrialização. O

O processo de industrialização européia criou ele próprio, na medida do seu próprio desenvolvimento, a mão-de-obra de que necessitava, e nas condições em que necessitava. Desse modo, a incorporação das massas de trabalhadores ao processo político se associa em ampla medida à sua participação de homens livres na produção e esta condição de produtor livre é, em última instância, suporte de sua liberdade política.” (p. 152)

A vinculação entre a dinâmica populacional e o processo de industrialização, no Brasil, teve características diferenciadas de outros países, como citamos inicialmente.

Uma das características marcantes da agricultura brasileira, sobretudo a partir dos anos 70, especialmente no Nordeste, é a significativa expansão do trabalho assalariado. Ao contrário do que ocorreu na Inglaterra e na França, a expansão da ordem social capitalista no Brasil não implicou na conquista da cidadania política pelas massas trabalhadoras. Como veremos a seguir, o desenvolvimento capitalista tem se limitado a uma modernização econômica, excluindo, porém, o que há de propriamente moderno na política: a possibilidade de as massas populares participarem, sem restrições, da vida política e de tentarem influir na organização, nos assuntos e na orientação do Estado.

### **2.1.1. A Modernização Excludente**

Para compreensão das condições em que vive significativa parcela da população brasileira, considera-se pertinente abordar as características mais marcantes da atual situação sócio-econômica que contribuíram para o processo de formação desta população.

Diversos indicadores levam, pela sua evidência, a flagrar um quadro extremamente complexo e dicotômico. De um lado, uma pequena parte que usufrui de condições privilegiadas e, de outro lado, a maior parte da população que apenas sobrevive miseravelmente, destituída dos suprimentos básicos exigidos para a satisfação das necessidades primárias. Isso nos permite inferir que os modelos de crescimento adotados não têm considerado a população como um todo, mas pelo contrário, vem marginalizando sua maior fração, num estado de extrema pobreza.

Na década de 1960, já sob os efeitos do “milagre brasileiro”, a nossa agricultura atingiu um importante processo de modernização quanto às técnicas de produção. O uso de trator, insumos, agrotóxicos, sementes selecionadas e medicamentos veterinários passou a ser mais acentuado. Como diz GRAZIANO NETO (1985) “É a transformação capitalista da agricultura, sua industrialização, sua modernização”.(p. 26) Mas essa modernização, segundo ele, não é apenas a substituição do burro pelo trator, do estreme pelo adubo químico, da enxada pelo arado, a modernização significa muito mais que isso. Ao mesmo tempo que vai ocorrendo aquele progresso técnico na agricultura, vai se modificando também a organização da produção, que diz respeito às relações sociais e não técnicas de produção. A composição e a utilização do trabalho modificam-se, intensificando-se o uso do “bóia fria” ou trabalhador volante; a forma de pagamento da mão de obra é cada vez mais a assalariada; os pequenos produtores sejam proprietários, parceiros ou posseiros vão sendo expropriados, dando lugar, em certas regiões, à organização da produção em moldes empresariais.

O trabalho assalariado segundo MARTINS (1991), é o que mais cresceu no período recente, mas isso não representou melhoria para as condições de vida das massas no campo. Pelo contrário, esse aumento

significou crescimento do sub-emprego, na forma numerosíssima de trabalhadores volantes, (forma de trabalho clandestino não atingida pela regulamentação legal do trabalho agrícola). A legislação brasileira, ou mais precisamente o Estatuto da Terra, não considera a relação de trabalho em regime de empreitada (eventual, temporário, volante etc.) Assim, o trabalho organizado nessa forma subdivide-se numa grande quantidade de turmas, composta por número variável de trabalhadores, sem nenhuma qualificação especial e totalmente desprovidos de direitos.

No entender de SEGATTO (1987), que é também o nosso - “Os baixos salários insuficientes para sustentar a família operária forçaram a entrada de mulheres e crianças no mercado de trabalho, onde passaram a representar uma parte significativa na força de trabalho”. (p. 25)

Assim, grande parte da população brasileira, ente eles os trabalhadores no sisal, não puderam tornar-se comensais do banquete da modernização produtiva e econômica. E pode ainda continuar a ser configurada como braços em disponibilidade, criando empreendimentos prósperos, mas não para o seu próprio benefício.

O trabalho no sisal será abordado, de forma mais ampla, em capítulo posterior, no entanto podemos já identificar que as classes oprimidas no passado brasileiro subsistem ainda nas classes populares de hoje, alienadas, muitas vezes até do acesso aos direitos mais elementares como, trabalho, alimentação, moradia, educação, saúde, entre outros.

OLIVEIRA (1994) ao citar ABRANCHES (1987), nos permite entender melhor esta relação, quando diz que, “ser pobre significa em termos muito simples consumir todas as energias disponíveis exclusivamente na luta contra

a morte, não poder cuidar senão da mínima persistência física material”.  
(p. 14)

Percebe-se que a pobreza material que encontramos acintosamente presente na cultura do sisal decorre, sobretudo do baixo nível de renda, da precária condição de trabalho e conseqüentemente da carência de saúde, educação e moradia. Resulta, ainda comumente, em outro tipo de pobreza que está ligada à dificuldade do exercício da cidadania, da luta pelos direitos básicos concernentes ao ser humano.

No entender de DEMO (1988), não existe dicotomia entre pobreza material e pobreza política:

“na pobreza não encontramos somente o traço da destituição material, mas igualmente a marca da segregação, que torna a pobreza produto típico da sociedade, variando seu contexto na história, mas se reproduzindo na característica de repressão do acesso às vantagens sociais. Por isso pobreza é sempre também humilhação, degradação, subserviência, e não só fome” (p. 10-11)

Pode-se observar que até mesmo as atividades de lazer do pobre têm sofrido manipulação pelo capital, com a finalidade de concentrar a energia do trabalhador para o processo de trabalho, procurando controlar tais atividades, sistematizando-as e organizando-as.

Como bem salienta PESSOA (1998), citando um estudo de Iraíde Marques Barreiro, sobre a Campanha Nacional de Educação Rural, efetivada em todo o Brasil, de 1954 ao início da década de 1960, em cujo diagnóstico, o homem do campo foi julgado muito “atrasado” para as exigências produtivas da modernização, era necessário “desenvolver virtudes racionalizadoras” nos camponeses. (p. 51)

O lazer da população rural, que, segundo a campanha, reduzia-se às missas, festas de padroeiros com baile e algum casamento, era “inadequado e fonte geradora de doença”.

Deveria ser substituído, pelos técnicos, por um “lazer formativo e organizado” que, segundo BARREIRO (1989),

“foi usado como instrumento de inculcação de normas e valores nos camponeses, tais como a obediência, a ordem, a submissão, normas estas condizentes com o processo de trabalho racional requerido pela modernização agrária dos anos 50. O lazer formativo era também disciplinador, na medida em que o corpo transformava-se para a Campanha Nacional em um objeto de investimento, especialmente, por exemplo, no lazer com jogos”. (p. 184).

A maneira como o sistema capitalista conduz a nossa economia, embora produzindo riqueza, gerou, em contrapartida “uma dinâmica marcada por desequilíbrios e descompassos que determinaram surtos decorrentes de destituição. Além disso, grandes heterogeneidades e assincronias no processo de desenvolvimento tendem a cristalizar focos persistentes de miséria. Diversos estudiosos da situação sócio-econômica brasileira, comumente atribuem o quadro de miséria em que se encontra a maior parcela da população brasileira historicamente, a dois fatores: a escravidão que durou até o fim do século XIX, e cuja abolição foi considerada somente sobre a perspectiva da legislação e não para as necessidades que os ex-escravos iriam ter em termos de assistência educacional, de saúde, dos elementos imprescindíveis para que pudessem ser absorvidos pelo sistema produtivo e, conseqüentemente, tivessem acesso à participação e ao uso dos direitos a que passaram a fazer jus como cidadãos livres.

O outro aspecto diz respeito à forma retardatária como se deu a industrialização brasileira, com rápida absorção tecnológica e empréstimos de capital. Conforme JAGUARIBE (1989),

“Os países que se industrializaram no século XIX puderam incorporar grandes contingentes de sua população rural a seu setor secundário. Os retardatários da industrialização como o Brasil não lograram fazê-lo porque nas condições mais recentes é cada vez menor a parcela relativa da população absorvida pelo setor industrial.” Essas condições acabaram por favorecer a incorporação de crianças e adolescentes nos piores setores de produção que hoje absorvem grande parcela dessa população. A inserção da criança e do adolescente no mercado de trabalho deve ser entendida no contexto das transformações das relações sociais de produção na agricultura, desencadeadas a partir dos anos 60, quando o Estado tornou-se o grande promotor do processo de “modernização.” (p. 19)

Na compreensão de MARINI (1999), “Essa política modernizante acentuou as contradições do desenvolvimento capitalista, na medida em que agravou a concentração da posse da terra, aumentou o cultivo de monoculturas, de mamona, soja, feijão, sisal e de pastagens, em detrimento dos cultivos para o consumo da população”. (p. 59)

Este padrão de modernização da agricultura resultou num intenso êxodo rural, transformando o pequeno produtor familiar em assalariado urbano ou rural e aumentando, ainda mais, a desigualdade da distribuição de renda.

Um dado que a esse respeito se pode destacar é relativo à população jovem. Segundo ABRANCHES (1986), em 1975, 58% da população de idade inferior a 18 anos poderiam ser caracterizados como subnutridos, em diferentes estágios de gravidade. Essa deficiência alimentar estaria associada ao

nível de renda, pois se verifica que quem tem menor poder aquisitivo tem menor possibilidade de suprir as exigências de uma boa alimentação. (p. 42)

A partir da evidência de que a exclusão econômica é, sem dúvida, determinante da destituição, podemos destacar o grande contingente de brasileiros que estão excluídos dos seus direitos como cidadãos. No que se relaciona ao meio rural, a maior pobreza é explicada pela expulsão do homem de suas terras, onde poderia manter uma cultura de subsistência. É, portanto, em meio a essa emergente situação que surge o assalariamento como forma predominante nas relações de trabalho.

Retomamos a seguir essa discussão, inserindo-a no quadro reflexivo em torno do nosso conceito-chave, o conceito de cultura do sisal.

## **2.2. A Cultura do Sisal**

É nesta conjuntura, pois, marcada pela generalização do emprego de trabalho assalariado no campo, em atividades por empreitadas, de curta duração e, do ponto de vista da relação empregatícia, clandestina, que se insere no trabalho, na cultura do sisal, uma grande parcela da população rural do município de Campo Formoso.

Por ser o sisal uma planta que se adapta com facilidades às terras secas e de estiagens periódicas, de solos silico-argilosos, com um subsolo permeável e de boa composição química, não foi difícil a sua adaptação no município de Campo Formoso, onde encontrou todas essas condições, constituindo-se em pouco tempo numa das culturas de maior destaque da região, pelo seu fator sócio-econômico.



A cultura do sisal, ao mesmo tempo que possui uma importância qualitativa no município de Campo Formoso, por constituir a maioria dos estabelecimentos agrícolas situados na região de caatinga ou semi-árida, tem adquirido importante significado qualitativo, pelo papel que desempenha na ocupação da mão de obra local. A região aqui denominada de caatinga ou semi-árida, pelas suas características edafoclimáticas, é considerada inadequada ao cultivo de lavouras alimentares em virtude de apresentar baixa produtividade, além de estar sujeita às crises de secas periódicas que reduzem as possibilidades de produção. A cultura do sisal, dado ao alto grau de resistência, às intempéries da natureza e também à adaptabilidade às condições climáticas locais, aparece como atividade predominante e base de vida econômica de parcela significativa da população do município.

Indiscutivelmente, a cultura do sisal no início de sua produção no município (1950 a 1960), foi uma atividade que contribuiu decisivamente para a fixação do homem no campo e melhoria de suas condições de vida, constantemente ameaçada pela secas, que ainda hoje perduram como se fosse algo insuperável.

Ao sisal se deve a recuperação de um vasto território, no polígono das secas, como única alternativa do pequeno e médio produtor para resistir às constantes secas e poder se manter em suas terras. Assim sendo não houve empecilho a sua rápida e sua rápida ascensão como alternativa ao cultivo do milho, do feijão, da mandioca e de outras culturas, menos resistentes à seca. Ela é hoje uma das culturas predominantes e um dos principais produtos de exportação do município, superando a renda da produção de mamona e da pecuária, que eram consideradas as principais fontes de divisa do município, depois da mineração. Da sua chegada para cá, algumas mudanças têm sido observadas, principalmente, no que tange à propriedade da terra e às condições de vida dos trabalhadores nas regiões onde esta foi implantada. Buscando dar

uma melhor compreensão desta realidade é que nos propomos, com a elaboração do presente estudo discutir o trabalho na cultura do sisal na região de Campo Formoso, a partir das relações de produção que aí se estabelecem, como resultantes da inserção do capitalismo no campo.

Porém, para melhor compreensão, da problemática nos propomos a caracterizar a cultura do sisal e situar o contexto em que esta se desenvolve no município.

### **2.2.1. A Agave (sisal): Características Gerais**

A Agave Sisalana, plantada no Brasil, como define relatório do Banco do Nordeste (BRASIL), é uma planta suculenta que se propaga assexualmente pelos seus bulbilhos (algumas espécies e formas de “agave”, em vez dos frutos com sementes, após a caída das flores, formam-se os bulbilhos) e rebentos (filhotes). Os bulbilhos geralmente plantados em viveiros são transplantados definitivamente quando alcançam uma altura de 30 a 40 cm. Esse processo demora de 06 a 24 meses, dependendo dos tratos culturais, condições do solo e umidade.

Depois de transplantadas, em definitivo, as plantas esperarão 3, 4 e até 5 anos, para sofrer o seu primeiro corte, variando sempre de acordo com os fatores acima mencionados, bem como o tamanho das mudas usadas no plantio. Em sua morfologia, as agaves apresentam-se como uma roseta de folhas em espiral, variando a densidade das folhas de uma espécie para outra. No caso especial da “agave sisalana”, espécie mais comum em nossa região, desenvolve-se, por ano, conforme os tratos culturais e condições locais, de 10 a 40 folhas, com uma média em torno de 25. Durante o ciclo de vida da planta o número de folhas que se corta é quase constante para cada espécie de agave,

chegando em alguns casos a atingir um nível de aproveitamento de 160 a 180 folhas. Cortam-se, em média, 30 folhas da sisalana por ano, em cada pé. Cada planta produz mais ou menos 30 kg de folhas secas durante o seu ciclo de vida. Em média, consegue-se apenas 3,3% de aproveitamento da fibra seca por peso de folha verde.

A morte da planta ocorre, geralmente, entre o 10º e o 15º ano de vida, dependendo dessa variação das condições ecológicas, dos tratos culturais e da intensificação dos cortes que são feitos.

O processo da despulpagem, comumente chamado de desfibramento, pode ser feito de maneira relativamente simples pela raspagem longitudinal da folha, feito em cevador apropriado, sem exigência de maiores conhecimentos ou formação técnica.

### **2.2.2. O Sisal em Campo Formoso**

MARQUES, (1978), em pesquisas já realizadas sobre essa cultura na Bahia, nos dá conta de que

“as primeiras mudas espalhadas por todas as partes do Estado, chegavam em alguns lugares não com objetivo econômico, pois eram admiradas apenas pela sua beleza vegetal, como plantas ornamentais. (.....) a partir dos anos 50, com a ascensão da fibra no mercado europeu, pela descoberta do seu valor econômico, em substituição ao petróleo, na fabricação de alguns produtos sintéticos, inicia-se a procura por grandes áreas de terras de boa qualidade disponíveis ao seu cultivo”. (p. 15)

E já no final dos anos 50, a Companhia Regis, iniciava a primeira plantação de sisal no município de Campo Formoso, no antigo povoado de Buraco D'água, hoje Tiquara.

Pela grande disponibilidade de terras, bem como pela falta de alternativas aos seus proprietários, diante das constantes secas, o sisal tornou-se a esperança, para uma grande parcela de produtores de milho, feijão, mandioca, etc., que viam no sisal uma saída para a sua permanência na terra, bem como sua ocupação com a “nova cultura”.

Vale ressaltar, no entanto, que a utilização das terras com a cultura do sisal, mesmo nas pequenas propriedades, não se deu de forma total. Por menor que seja a posse, seu proprietário nunca utiliza toda a área com o plantio de sisal, deixa sempre uma parte para o cultivo de outros produtos ou para a criação de animais. A ocupação da terra com a cultura do sisal se deu no início não só, mas principalmente nas terras “devolutas”<sup>5</sup>, de pouca utilidade ou ainda inexploradas.

Em 1967, com os incentivos concedidos pelo Governo que financiava desde o desmatamento a comercialização do produto, a cultura do sisal alcançou um relativo crescimento, inclusive pelo surgimento de novos produtores.

O sisal tornou-se assim, em pouco tempo, uma das principais culturas do município e base de sustentação da região, sendo responsável direto pela

---

<sup>5</sup> Terras Devolutas – Conforme define o Decreto Lei nº 9.760/46, "Terras Devolutas" são aquelas terras que embora antes, tenham sido dadas em sesmarias ou ocupadas, não se encontravam cultivadas e aplicadas para nenhum uso público, sendo incorporados ao domínio do Estado (Art. 5º). Essas terras foram posteriormente ocupadas por pequenos, médios e, especialmente, por grandes posseiros que passaram a cultivar com culturas de subsistência e, alguns posteriormente com a monocultura do sisal.

subsistência de 50 a 60% da população de alguns povoados. No dizer de alguns produtores mais antigos, hoje, “o sisal era a esperança do povo sofrido e castigado pelas secas.... todos plantavam sisal do pequeno ao grande”.

As máquinas antigas e superadas constituíam as principais dificuldades encontradas pelos produtores, causando sempre acidentes e deixando os trabalhadores com seqüelas, sendo as mais comuns a perda da mão e às vezes até do ante-braço. Hoje, no entanto, apesar da existência de máquinas desfibradeiras elétricas, mais modernas, os problemas de acidente continuam, por falta de infra-estrutura adequada para a utilização destas, como rede de energia elétrica, em grande parte da área produtora, e recursos aos pequenos e médios produtores, para a aquisição de novos equipamentos. Uma das características da produção de sisal hoje, em Campo Formoso, é a de ser feita por pequenos e médios produtores que, individualmente ou com a ajuda de terceiros, cultivam de 10 a 30 hectares, o que dá à referida cultura uma conotação acentuadamente doméstica. Porém é um quadro que gradativamente vem sendo modificado com a perda da capacidade produtiva por parte destes pequenos produtores e a ascensão dos grandes latifúndios. Se por um lado, se constata a evidente conotação social da cultura do sisal, pela presença de pequenos e médios produtores, por outro lado o setor produtivo sofre limitações no processo de produção da fibra. Por não dispor de meios para o desfibramento, o pequeno proprietário torna-se dependente dos donos da máquina desfibradeira, pagando por isso preços relativamente altos, no período da extração da fibra. Essa relação de dependência não se manifesta apenas no que se refere ao processo de produção, mas principalmente na comercialização do produto e pela área de terras por estes ocupadas, o que tende a uma eliminação gradativa do pequeno produtor. Tal ocorre, por não dispor este de recursos próprios e muitas vezes pelo fato de recorrer a empréstimo junto aos compradores de fibra, quando tira sua produção é obrigado a vender esta

àquele que lhe fez o empréstimo para restituir o débito, geralmente recebendo por esta um preço abaixo do que é pago no mercado.

A dimensão de área das propriedades ocupadas pelos pequenos produtores, que geralmente gira em torno de 10 a 30 hectares, mesmo explorada normalmente, em toda sua extensão, não lhes permite garantir o sustento da família, durante o ano todo. Apesar da existência de propriedades com dimensões bastante relevantes, deve-se levar em conta o contexto fisiográfico em que tal estrutura se insere.

A pequena unidade produtiva, do tipo familiar, tanto em virtude da natureza do solo como das condições climáticas de baixa pluviosidade anual, e irregularidade na distribuição das chuvas, tem se mostrado extremamente desfavorável, na região semi-árida, como unidades produtivas que possibilite garantia de renda aos seus produtores. Por outro lado, as condições impostas pelo mercado e pelas relações capitalistas de produção, que se evidenciam nesta cultura, agravam ainda mais a situação dos pequenos produtores.

Assim, a renda gerada por uma propriedade de 10 ou até 30 hectares, por exemplo, situada em uma região do tipo citada e atuando num mercado em condições tão desfavoráveis só tende a exigir sacrifício cada vez maior dos seus produtores.

Sem embargo, todas essas informações servem de pano de fundo, para dar ao nosso leitor uma visão inicial sobre a Cultura do Sisal no município, mas para uma compreensão mais ampla, de como se reproduzem às famílias dentro dos pequenos estratos de área, faz-se necessário que analisemos a força e as relações de trabalho, pertinentes à mesma.

### **2.2.3. A Força de Trabalho na Produção Sisaleira**

O sisal até chegar ao seu estágio final, na região, que se conclui com a prensagem, para exportação e industrialização, requer um processo lento e sacrificado para o trabalhador envolvido ao seu cultivo, e ele quase sempre é obrigado a recorrer à força de trabalho da família, como forma de complementação salarial. O ciclo produtivo compreende desde o destocamento - preparação do terreno para o plantio – até o beneficiamento da fibra, o qual é realizado em bateadeiras (usinas de beneficiamento), geralmente, localizadas nas zonas urbanas. Não há discriminação de sexo e idade para o desempenho de tarefas no sisal. Tanto mulheres como crianças são largamente empregadas. A discriminação somente se manifesta através dos salários, uma vez que, a diária paga às mulheres, especialmente nas atividades de plantio, corresponde a um terço e às vezes até à metade da diária paga aos homens e o pagamento das crianças não é fixado ou não é efetuado. São o corte da folha e o desfibramento as atividades que permitem o emprego da mão-de-obra durante o ano inteiro. Uma turma mínima para trabalhar em um motor de desfibramento de sisal é composta, geralmente, de 8 a 10 pessoas que desempenham as seguintes atividades: cortador, tropeiro, cevador, resideiro, carregador de fibras e estendedor, além de outras, cujos salários diversificam-se de acordo com a produção diária da equipe, o tipo de atividade que desempenha e a classificação atribuída à fibra produzida, que varia de acordo com o tamanho e o grau de limpeza.

Um motor, com uma equipe do tipo citada, trabalhando normalmente, 10 horas por dia em uma fibra do tipo boa, pode produzir até 300 kg por dia, de fibra verde ou molhada, o equivalente a 150 kg de fibra seca. As principais atividades desempenhadas pela equipe são:

- a) **O corte**, que ocorre geralmente entre o 3º e o 4º ano de plantado, corresponde à colheita nas demais culturas e caracteriza-se pelo corte da folha da agave. Não requer mão-de-obra especializada, sendo exercida principalmente por mulheres e crianças, de até 08 anos. O corte, geralmente, é realizado por duas pessoas, simultaneamente, utilizando para isto uma faca apropriada. O maior problema consiste em ficar exposto aos perigos de picadas de cobra, furar os olhos nos espinhos existentes na extremidade da folha ou cortar a mão com a faca;
- b) **A Amarração**, consiste em fazer feixes com as folhas, que vão sendo cortadas e largadas no chão pelos cortadores e depois transportadas até o motor. É uma tarefa realizada por homens, mulheres e crianças;
- c) **A Troupagem**, é representada pelo transporte dos feixes, em jumentos, até o local de desfibramento, onde fica instalado o motor. Crianças e adultos realizam esta atividade, denominada na região de cambiteiro. Este transporte também é feito por pessoas que carregam os feixes nas costas ou nos braços;
- d) **O Desfibramento**, função que comanda todo o processo. É a atividade em que os riscos de acidente são maiores. Desfibrar significa extrair a fibra da folha da agave, que é realizada por um operador, que coloca as folhas no cevador para obtenção da fibra. Esse processo é realizado com um motor simples, instalado sobre uma carroça, que se desloca constantemente, acompanhando a equipe. É no desfibramento onde ocorre o maior índice de acidentes, com perda de dedos, mão e às vezes até o antebraço, deixando o trabalhador mutilado;
- e) **A Limpeza e a pesagem**, duas tarefas realizadas por uma só pessoa: a pesagem se constitui na retirada de bagaço que se acumula abaixo do cevador, enquanto que a limpeza consiste como o próprio nome



sugere, em tomar a agave que está sendo desfibrada e colocá-la sobre uma balança. Esta é feita de varas e com pesos de pedra, improvisada, sob uma árvore. A pessoa que executa tais atividades é, também, conhecida como resideiro. É uma atividade executada normalmente por adultos do sexo masculino;

- f) **O Estendimento**, consiste em tirar a fibra da balança improvisada e estender sobre varais de madeira ou arame, também denominados de jiraus, onde são expostas ao sol para secar. Normalmente, esta é uma tarefa executada por mulheres e crianças.

Todos recebem seus salários por “produção” de acordo com a quantidade de quilos de fibra produzidos, pesada ainda molhada.

Segundo CRUZ (1985),

“o salário por produção se constitui num mecanismo utilizado pelos proprietários de campos de sisal, para fazer render também o seu lucro com menos sacrifício e mais produção. Isto porque, se há redução no preço ou perda de qualidade do produto o trabalhador tende a aumentar cada vez mais a jornada de trabalho como forma de manter e até melhorar o seu nível de renda. Este aumento da jornada de trabalho se constitui num fator importante para o trabalhador do sisal, que com isto faz aumentar também o seu salário. Essa situação leva o trabalhador a desenvolver um ritmo acelerado de trabalho e a aumentar sua jornada diária de trabalho, na ilusão de que vai ganhar mais, sem levar em conta o desgaste físico que isto lhe provoca. No caso da agave há uma agravante, que é o fato de trabalharem em equipe e a atividade de cada um ser fundamental para o outro. Tal situação gera uma vigilância mútua entre os próprios trabalhadores, de forma que aquele que não acompanha a produtividade média do grupo tende a ser rejeitado por este.

Assim, o trabalhador é despedido sem que o proprietário do campo (roça de sisal) precise despedi-la quando houver necessidade”. (p. 17-18).

O trabalho por produção, na cultura do sisal, também permite ao proprietário do campo de sisal, contratar os serviços com os donos das máquinas desfibradeiras, que possuem suas turmas, sem que precise manter permanentemente esses trabalhadores em suas propriedades e nem mesmo tenha que arcar com encargos sociais e trabalhistas. Dessa forma, a exploração do trabalhador é exercida por seu próprio companheiro de trabalho, haja visto, que a grande maioria dos proprietários de motor também trabalham no mesmo e desempenha uma das atividades anteriormente mencionadas. Portanto, para o proprietário do campo de sisal, esse tipo de relação que se evidencia no processo produtivo, se constitui, por um lado, na isenção de encargos sociais com os trabalhadores e, por outro, num mecanismo de aumento da produção e conseqüentemente do lucro. Isto, porque o arrendatário do campo, proprietário do motor e toda a sua equipe, visando terem seus lucros aumentado, procuram produzir cada vez mais, implementando um ritmo acelerado e o prolongamento da jornada de trabalho, diária. Uma outra estratégia utilizada pelo trabalhador neste sentido é a utilização da força de trabalho da própria família, inclusive o trabalho de mulheres e crianças.

O trabalho por produção resulta, assim, numa forma (por excelência) de extração de “mais valia”, considerando o estágio atual de desenvolvimento das forças produtivas na cultura do sisal. O que representa de um lado, o desgaste prematuro da sua força de trabalho e, de outro, o envelhecimento precoce, sem uma contrapartida de melhores condições de vida e de subsistência. O trabalhador do sisal, via de regra, passa a semana toda na roça, dormindo em camas improvisadas e cozinhando no próprio local de trabalho. A sua renda, mesmo com a elasticidade da jornada de trabalho e a ajuda do trabalho familiar,

inclusive crianças menores, normalmente não lhes permite satisfazer nem mesmo as necessidades básicas, quais sejam: alimentação e moradia, pois uma grande parcela dos trabalhadores do sisal mora em casas sem o mínimo conforto, dormindo em redes, esteiras, ou colchões feitos com folhas de capim e alimentando-se precariamente duas vezes ao dia.

A postura adotada neste trabalho, e que se tornou expressiva na literatura recente sobre a pequena produção no Brasil analisa a questão da pequena produção como a reprodução de relações não especificamente capitalistas, mas subordinadas à dominação do capital. Essa subordinação expressa a forma como ocorre a vinculação entre essa produção e a reprodução ampliada do capital, e parte do suposto de que a formação social brasileira é capitalista e que para entender o caráter específico da pequena produção, é necessário explicar esta formação a partir do processo real de acumulação do capital.

A constituição do capitalismo no campo, como nos evidencia GRAZIANO NETO (1980), “implica no surgimento do trabalhador livre no duplo sentido: livre dos meios de produção e livre para vender sua força de trabalho”. (p. 27)

Ainda que as relações de produção não sejam tipicamente capitalistas, esse fato insere o produtor direto no universo da mercadoria, que passa a comandar o processo de trabalho. Pressupõe também que os instrumentos de trabalho não mais pertençam ao produtor e se coloquem frente a ele como capital, restando-lhe como alternativa a venda de sua força de trabalho. Além disso, dissolvem-se as relações em que os trabalhadores aparecem como parte direta das condições objetivas de trabalho (escravidão, servidão).

A liberação da força de trabalho livre criada nesse processo e apropriada pelo capital leva à formação de um exército industrial de reserva que permite rebaixar o preço da força de trabalho e acelerar a acumulação do capital.

A transformação em mercadoria das matérias primas, dos instrumentos de trabalho e dos meios de subsistência cria o mercado interno para o capital. Os produtores cada vez mais se tornam dependentes do mercado e ainda que tenham a posse parcial dos meios de produção, essa é mediatizada pela mercadoria e pelo próprio capital.

Entretanto, ainda que a tendência geral da expansão capitalista seja a de que o capital se apose e depois destrua as relações de produção não caracterizadas pelo assalariamento, a pequena produção permanece como forma de produção dominada pelo capitalismo.

Para WANDERLEY (1979), é precisamente através da mediação do mercado que o capital interfere na organização interna da exploração camponesa, que depende cada vez menos das suas condições naturais. Por outro lado os mecanismos do mercado capitalista cada vez mais determinam as decisões do montante a ser produzido, a alocação da força de trabalho, a parcela para o autoconsumo e para a comercialização e a pauta de produção, entre outras decisões. (p. 83)

Isso de modo algum quer dizer que o camponês seja um elemento totalmente dirigido pelo capital. Apesar de submetido, ele realiza estratégias específicas no sentido de dotar-se de maior autonomia, deslocando-se para outras regiões, aumentando o volume da produção, especializando-se, associando-se em cooperativas ou mesmo assalariando-se.

Entretanto, segundo GRAZIANO NETO (1994) “é estreito o espaço para sua iniciativa e, quanto maior o grau de subordinação ao capital a que está submetido, maior o grau de ruptura do seu processo de trabalho, isso é, cada vez menos as decisões internas à unidade econômica camponesa dependem de suas condições naturais”.(p. 27) Assim, no seu entender, o camponês transforma-se em um trabalhador - não totalmente proletário – para o capital. Produz sem visar o lucro, isto é em condições nas quais o capitalista não produziria e, através das diversas formas de subordinação que o vão dominando, permite a extração do sobretabalho que produz, que é absorvido e acumulado pelo capital.

Configura-se, dessa forma, uma diversidade de processos de desarticulação e de formas de subordinação das unidades camponesas ao capital. Enquanto indiretamente o capital, através da intermediação do mercado (de produtos, insumos, terra, crédito e trabalho), cria as condições para apropriar-se do trabalho do camponês, diretamente submete a economia camponesa através da proletarização total de sua força de trabalho. Assim o trabalho agrícola e doméstico, antes feito para satisfazer as necessidades da família, é transformado em ramos da atividade capitalista, onde o trabalho é expropriado e os meios de subsistência já se constituem como capital monopolizado pelo comprador da força de trabalho.

Referindo-se ao excesso de trabalho na pequena exploração, KANTUSKY (1972), observa que o camponês não se condena sozinho a esse trabalho forçado, mas também à sua família. Na agricultura a organização familiar e a exploração agrícola estão intimamente ligadas, e conseqüentemente as forças trabalhadoras menos resistentes, como as crianças, estão sempre à disposição da exploração. Tal como as crianças, os velhos e as mulheres trabalham sem descanso.

Situação semelhante ocorre com o trabalhador do sisal, que para complementação da sua renda recorre ao trabalho de todos os membros da família para garantir a sua reprodução.

#### **2.2.4. As Relações de Produção na Cultura do Sisal**

Em se tratando de trabalhadores do sisal, evidenciam-se em princípio dois tipos básicos de relações no processo de produção:

- a) proprietário do campo de sisal x proprietário do motor;
- b) proprietário do motor x assalariados.

No primeiro caso, há uma relação de parceria que se estabelece, do tipo empreita, entre o dono do campo de sisal, com um proprietário de motor, para a extração da fibra, mediante um contrato, feito geralmente de forma, onde o proprietário do campo recebe de 35% a 40% da produção, livre de qualquer despesa. Neste tipo de relação, o dono do campo fica totalmente isento de qualquer encargo social ou trabalhista, passando estes para o proprietário do motor, a quem cabe fazer a contratação do pessoal para a montagem de sua equipe. Como já observamos inicialmente, o proprietário do motor é um trabalhador assalariado como um outro qualquer dentro do processo de produção, dispondo única e exclusivamente do motor, muitas vezes repassado pelo proprietário do campo, como empréstimo ou financiado, para fugir das obrigações sociais, perante as leis trabalhistas.

No segundo caso, há uma relação empregatícia que se estabelece entre o dono do motor e sua equipe, os assalariados, que ganham por produção, de acordo com a quantidade de fibras cortada, cevada, ou estendida, por dia. O trabalhador, portanto, ganha de acordo com a sua capacidade de produzir, o que envolve necessariamente o número de membros da família, a

idade, o sexo, além da distribuição das tarefas, tanto as diretamente ligadas ao trabalho no sisal, como as associadas à reprodução, como as domésticas.

O controle do proprietário do motor, sobre seus “empregados” se dá de forma indireta, pelo controle da produção, na medida em que estes ganham, como já vimos, pela quantidade produzida. Esses trabalhadores, empregados, são considerados perante o proprietário do motor como autônomos, que utilizam inclusive o trabalho familiar como forma de complementação de seus salários. São, como afirmam os próprios lavradores através de sua poesia, transcrita a seguir, “assalariados sem patrão”, oferecida por um trabalhador do sisal da comunidade Varzinha, região de Tiquara, Campo Formoso.

“Eu vou contar pra vocês  
 Uma história diferente  
 Que acontece comigo  
 E também com muita gente

Pra quem trabalha em motor  
 Digo conscientemente  
 Trabalha que fica doido  
 E nunca que vai pra frente

E não junta um tostão  
 Também não tem um patrão  
 No dia em que cai doente

O cortador preguiçoso  
 Que só pensa em embromar  
 Corta só um pé de palha  
 E a faca vai amolar

Mas ela não pega corte  
Que ele não quer trabalhar  
A preguiça no pescoço  
Ali começa a escanchar

Ele senta numa pilha  
Pensando em chegar meio dia  
Pra comer e descansar

O pobre do cevador  
Trabalha sem compaixão  
Mais quando cai numa falta  
De um dia cortar uma mão

Corre vai pedir auxílio  
Ao seu ingrato patrão  
Ele leva ao hospital  
Pois não vai dizer que não

Depois do caso passado  
O pobre fica aleijado  
E não recebe um tostão

O Pobre do resideiro  
Também trabalha demais  
Botando palha na banca  
E catando as fibras que cai



Vai no coxo de residido  
E joga uma pá para trás  
Tão pesada que ele fica  
Dando suspiros e ais

Quando lhe bate uma dor  
Ele corre para o doutor  
Porém não tem jeito mais

A pobre da estendedeira  
Que vive de estender  
Quando pega um jegue lerdo  
A vida é se maldizer

Futuca nos quartos dele  
Pra fazer o pobre correr  
Ele fica se torcendo  
E ela não tem o que fazer

Só fica se maldizendo  
E vive assim padecendo  
Nessa vida vai morrer

Quem achar que estou mentindo  
Pode me dizer agora  
Que eu sou um garoto pobre  
Mais nasci com essa memória

Pois fiz esta caipira  
Que me relembra outróra  
Os que trabalham em motor  
Seja senhor ou senhora

Temos que rezar pra Deus  
Para que proteja os filhos seus  
Com a santa divina glória”.

A legislação trabalhista brasileira, também, por sua vez, aborda a relação de trabalho, por produção, de forma bastante ambígua, quando trata do trabalho por empreitada - situação que melhor se enquadra ao tipo de relação de produção dos trabalhadores “sem patrão” presentes na cultura do sisal. O tipo de relação de trabalho desses operários, de acordo com a definição de empreiteiro, pelo Ministério do Trabalho, não são considerados como empregados rurais. Vejamos o que diz a Lei (5889/73):

“O empreiteiro é uma pessoa que através de um contrato de empreitada, faz serviços por um certo prazo. Ele pode fazer isso sozinho ou com a ajuda de terceiros . Ele não é subordinado ao proprietário da terra”.  
(Artigo 2º)

“O empreiteiro que não tem autonomia financeira cumpre horário de trabalho e recebe ordens de como executar suas tarefas, é empregado rural. Em vez de receber pôr horas, pôr dia ou pôr mês, recebe pelo serviço prestado”. (Artigo 3º)

Na primeira definição, o empreiteiro é um empregador que dispõe de autonomia e não recebe ordens de terceiros.

Na segunda definição, o empreiteiro é um assalariado, que recebe ordens - o que não se aplica ao trabalhador do sisal que, em princípio, ganha por produção e não mantém relação empregatícia com o proprietário do motor.

O trabalhador do sisal, apesar de não ter autonomia financeira, não é obrigado a cumprir horário, nem recebe ordens de como deve executar suas tarefas, apenas recebe pela quantidade produzida, seja sozinho ou com a ajuda da família. No entanto, pelo fato das atividades serem feitas geralmente, em equipe e o trabalho de um ser fundamental para o outro gera, como citamos inicialmente uma fiscalização mútua, entre os próprios trabalhadores.

As relações de produção nos moldes acima estabelecidos, gera especialmente no campo da assistência médica e previdenciária, um total descaso para com os trabalhadores. O que se observa, nos casos de acidentes de trabalho, como bem retratou o lavrador através de sua poesia é que ninguém quer assumir a reabilitação do doente e muito menos a manutenção dos seus dependentes: seja o proprietário do campo, fugindo dos encargos sociais e trabalhistas, pelo repasse do motor e arrendando o campo ao “proprietário” deste, no sistema de produção; seja o proprietário do motor, fugindo destes encargos por falta de condições financeiras e pelo fato de ser ele, geralmente, um assalariado igual aos demais trabalhadores, dispondo apenas da “posse” do motor e de sua força de trabalho. Portanto, falta a este as condições financeiras para atender ao “seu empregado”, quando este necessita de assistência médica.

Nos casos de acidente, bastante comuns com o pessoal que trabalha em motor, onde acontece muitas vezes a perda de dedos, mão e até braço, o que se percebe é um total descaso dos poderes públicos e o não reconhecimento pela legislação previdenciária.

Prática corrente na região é, em alguns casos de acidente, o trabalhador acidentado receber o motor no qual trabalhava, como indenização pelo dano que lhe foi causado. Quando isso ocorre o trabalhador acidentado tem duas opções, ou vende o motor para se manter ou passa a trabalhar com este.

Ao optar pela segunda possibilidade, o trabalhador acidentado assume uma nova característica na relação de produção, passando de empregado para empregador, porque com a posse do motor, recebido como indenização, o trabalhador mutilado vai formar sua equipe de trabalhadores e vender o trabalho desta a um proprietário de campo qualquer e, junto com esta equipe, vai exercer uma das atividades já citadas do processo de produção.

Diferentemente do que acontece com outras culturas, cuja exigência de mão de obra se limita apenas alguns meses do ano, a cultura do sisal requer atividade o ano inteiro e não permite se quer férias ou qualquer outro tipo de descanso maior aos que nela trabalham e dela sobrevivem.

Conhecer esta labuta do sisal se faz necessário para quem quer conhecer a realidade de uma grande parcela do povo de Campo Formoso, seu trabalho, seu sofrimento, sua esperança, seu futuro. Um futuro incerto, sem sinal de vida e sem esperança, como nos faz ver um trabalhador através de sua poesia. Trabalhador do sisal da comunidade de Belas, município de Campo Formoso, poesia cantada nas feiras da região de Tiquara:

Meu grande Deus como altaneiro,  
que afirma primeiro fosse uma dor  
pra cantar certo no meu pensamento  
sobre o sofrimento do trabalhador.

O cortador enfrenta a barreira  
levando a peixeira na mão afiada  
entra no campo os espinhos furando  
pobre xingando olhando as furadas.

O cambiteiro tria (anda) o dia inteiro  
sem ter paradeiro naquele penar  
o jegue deitando as cargas caindo  
o pobre xingando querendo chorar

O cevador trabalha apertado  
todo atrapalhado naquela aflição  
trabalha que fica de pescoço duro  
não tem um futuro, não junta um tostão.

O bagaçeiro vive empampuçado  
de olho buguelado naquela aflição  
não tem proteção só vive morrendo  
ou acaba sofrendo até dos pulmões.

O excesso de trabalho, a exploração, a condenação a viver em constante pobreza, o abandono na hora da doença, o perigo de ficar aleijado ou morrer precocemente, de pulmão estragado, a maldição de uma vida oprimida, são a expressão maior da realidade desta gente que trabalha no sisal.

Muitas são as famílias trabalhadoras no sisal que contam com o trabalho dos filhos para complementar sua renda; é comum na região encontrar agricultores que desempenham suas tarefas contando exclusivamente com a mão-de-obra da família, com muitos dos filhos em idade escolar, freqüentando a

escola ou mesmo impossibilitados de fazê-lo por motivos vários, mas especialmente, pela necessidade de trabalhar.

### **2.3. O Trabalho Infantil**

No conjunto das transformações da agricultura, crianças e adolescentes emergiram enquanto trabalhadores assalariados em diversas atividades produtivas. Na Bahia, são muitas as atividades que têm utilizado a mão-de-obra de crianças e adolescentes, tais como: mandioca, feijão, Sisal, legumes e verduras, irrigação, além dos serviços de pedreiras, carvoaria e no pastoreio de animais. Na maior parte destes cultivos, o uso da força de trabalho da criança e do adolescente se dá principalmente na colheita dos produtos agrícolas e no processo de transformação destes. De maneira geral, esses trabalhadores não são registrados, abrindo possibilidade para outras irregularidades, como salário abaixo do mínimo estabelecido, não concessão de descanso semanal e feriados e inexistência de direitos previdenciários.

Como nos evidencia MARINI, (1999),

“historicamente, nas unidades de produção familiar sempre foi normal colocar as crianças para trabalhar. O trabalho tinha um significado profundo no processo cultural de socialização para a vida. Nas relações cotidianas, especialmente no trabalho, as crianças e adolescentes aprendiam os conhecimentos, habilidades e destreza necessárias para tornarem-se parte da sociedade em que viviam. A família adquiria dessa forma grande importância no processo de transmissão de conhecimento aos filhos. Fundamentalmente, era no ato de trabalhar que se dava a socialização das crianças”. (p. 63)

Com as transformações sociais de produção ocorridas no campo, como citamos inicialmente, crianças passam a vender sua força de trabalho para o capital.

OLIVEIRA (1994, p. 43), ao citar DAL ROSSO E RESENDE (1985), reforça essa compreensão ao afirmar que:

“o trabalho da criança e do adoléscente faz parte do conjunto do trabalho social, necessário à reprodução da forma da sociedade em que vivemos. Se esta é, pois uma sociedade eminentemente capitalista é, pois necessário captar o significado e a natureza do trabalho do menor neste processo de contínua criação (produção e reprodução) da sociedade capitalista”. (p. 14)

Ao subordinar o trabalho de modo real, o capital desarticulou a família enquanto unidade de produção e consumo, transformando-a em apenas unidade de consumo. Isto possibilitou individualizar cada membro da família e incorporá-lo ao conjunto de trabalhadores que participam do trabalho coletivo. Este processo fez com que a criança deixe de ser criança para ser transformada num trabalhador qualquer.

A exigência da produção sob o modo de produção capitalista, tal como se manifestou, não só dispersou e reordenou o trabalho familiar, como também impossibilitou os pais de manterem-se próximos dos filhos. Esse aspecto nos remete ao fato de que o trabalho infantil, como produto do sistema capitalista, precisa ser analisado a partir do contexto no qual ele se insere.

Assim sendo, o trabalho do menor de idade, com as ressalvas impostas por suas características próprias de imaturidade física e psicológica, está subordinado às condições gerais do processo de produção capitalista.

Na compreensão de MARINI (1999),  
“a expropriação de um número elevado de pequenas unidades de produção familiar, ocorrida nos últimos anos, representa um aumento considerável de braços disponíveis aos trabalhos assalariados, especialmente temporário, ou estacionais. Por sua vez, o crescimento da oferta de mão-de-obra contribuiu para o rebaixamento dos salários e o agravamento das condições de vida dos trabalhadores. Inicialmente o homem enquanto chefe provedor da família teve que se assalariar, freqüentemente acompanhado pelos filhos adultos. Depois foi as mulheres que passaram a trabalhar na condição de assalariadas”. (p. 61)

Assim na tentativa de melhorar a renda familiar, crianças e adolescentes, de ambos os sexos, passaram a ser requisitados. Nestas condições, quanto maior o número de crianças trabalhadoras, maior é a oferta de mão-de-obra e, em conseqüência, dá-se à queda dos salários. Com a diminuição da renda familiar, aumenta a necessidade de se colocar crianças cada vez mais novas nos trabalhos produtivos.

A necessidade do ingresso prematuro no mercado de trabalho poderá significar não apenas problemas físicos, uma vez que as crianças e os adolescentes estão submetidos às mesmas condições de trabalho dos adultos, mas também a exclusão do processo de escolarização, o que os impossibilita de prepararem-se para o futuro desempenho de tarefas que exigem mão-de-obra qualificada. De uma série de conseqüências sociais indesejáveis do trabalho infantil, a mais grave é o prejuízo que o trabalho causa à educação escolar das crianças, com conseqüências na sua futura inserção no mercado de trabalho, dado que as inovações tecnológicas têm requerido um novo tipo de trabalhador, que tenha antes de tudo bom nível de escolaridade.



É relevante, no entanto, observar que essas características de trabalho são verificadas, principalmente, a partir do momento em que o homem perde o acesso aos meios de produção, tornando-se assalariado e necessita da força de trabalho de todo o grupo familiar para garantir a sua sobrevivência.

Estudos realizados pela CUT (1996), apontam que a pobreza, a estrutura do mercado de trabalho, a deficiente oferta de bens e serviços sociais, além de outros aspectos de natureza cultural, como por exemplo, o mito de que o trabalho é “formativo”, que “é melhor a criança trabalhar do que nada fazer” e “que o trabalho prepara a criança para a vida”, são alguns dos indicativos apontados como principais responsáveis por este problema. Destaca a referida pesquisa que: “as famílias mais pobres, com até um salário mínimo per capita mensal fornecem 75% do total da força de trabalho infanto-juvenil nas áreas urbanas”.

O desempenho dessas tarefas, além de incompatível com o horário de funcionamento da escola traz sérias conseqüências para o futuro da criança. Isto é o que nos evidenciam estudos já realizados sobre o assunto, como por exemplo, o do professor GOMES (1987), para quem: “enquanto as famílias dos chamados extratos altos e médios preservam seus filhos, afim de que se preparem adequadamente para o mercado de trabalho, as de baixa renda são obrigadas, para ampliar os seus recursos, a colocar seus filhos prematuramente no mercado de trabalho em detrimento da escola”. (p. 6-7)

O trabalho da criança, ressalvadas as características que lhes são peculiares, está diretamente subordinado às condições gerais do processo de produção. O sistema de expropriação imposta pelo capitalismo, agravado no chamado “selvagem”, não atribui salário compatível à produção e vai marginalizando o trabalhador impondo-lhe a exigência da mobilização de todos os membros da família, inclusive crianças menores de 8 anos.

Essas condições, como já vimos, acabaram por favorecer a incorporação de crianças e adolescentes em diversos setores de produção, que hoje absorvem grande parcela dessa população.

O trabalho infantil na região sisaleira do município de Campo Formoso, é um destes setores, com dimensões desconhecidas, que precisa ser mensurado. A utilização do trabalho do menor na cultura do sisal, como recurso do pai de família, para fazer complementação da renda familiar tem sido uma prática constante na vida desses trabalhadores. A atividade dessas crianças é responsável hoje, por uma boa parcela da produção. Embora o sisal seja a única atividade que emprega mão de obra infantil na região, constatamos que nas áreas onde este é cultivado, 80% das crianças da comunidade trabalham na mesma. Crianças de até 5 anos são levadas pelos seus pais para desenvolver as mais variadas funções numa roça de sisal, como cortar folha, carregar, ou estender. A jornada de trabalho das crianças, normalmente, acompanha a dos pais, que varia entre 10 a 13 horas por dia, durante toda a semana. Andando pela região é possível encontrar lugares onde, apenas uma equipe de crianças menores realiza quase todo o processo de desfibramento, ficando de fora somente as atividades de cevador e resideiro, por serem atividades que exigem habilidade e força física.

Quanto mais novo o grupo etário de crianças trabalhadoras, mais desqualificada é a sua função, mais baixa é a sua escolaridade ou há o abandono escolar, e menor também é a sua remuneração, ou esta não existe, quando a ocupação é tida apenas como “ajuda” ou “troca”, por um prato de comida, cama ou vestimenta.

Esta é também a compreensão de OLIVEIRA (1994),  
“por imposição ou por necessidade imperiosa, em condições de exploração e com um esforço que ultrapassa as possibilidades físicas e

psíquicas do menor que executa, porque são nocivas, tediosas, enfadonhas e por demais prolongadas, porque são causas de preocupação e porque excluem a possibilidade de usufruir da instrução, do divertimento e do bem estar em geral. Tais atividades observam-se tanto nas ocupações assalariadas como nas independentes, e são freqüentes até mesmo em formas modernas de empresas familiar, ainda que de forma atenuada. Assim, muitíssimos menores, em vez de socializar-se em condições propícias durante um período de disponibilidade mental com um mínimo de tensões, envelhecem prematuramente sem amadurecer como pessoas humanas”. (p. 8)

## **2. 4. A Escola Rural**

Neste quadro político, econômico e social de tantos e tão densos sofrimentos e contradições, no qual o capital é, simultaneamente, potência material e social, que organiza a produção e a estrutura de dominação, ensejando a reprodução da sociedade do modo que melhor lhe convém, a educação e, em especial a escola rural, emerge, desde suas origens, modelada ao sabor dos interesses do latifúndio e dos segmentos urbanos dominantes.

A trajetória escolar na escola rural começa em uma pequena escola isolada, com todas as turmas no mesmo espaço físico e uma professora, às vezes apenas com o curso primário incompleto. O número de alunos por turma varia, entre trinta e cinquenta, e a idade destes entre 5 e 14 anos. Predominam na maioria das escolas rurais do município as classes multiseriadas, nas quais uma única professora, quase sempre despreparada para o trabalho docente, trabalha simultaneamente com duas ou três series diferentes, além de exercer sozinha tarefas administrativas e domésticas. Segundo dados do Sindicato dos

Professores do Município (1986) a maioria absoluta dos professores, tem apenas o nível médio. A eles são atribuídos também o controle das matrículas, o registro da evasão, repetência e promoção, e também o preparo da merenda escolar, quando não a produção de material de ensino.

Diagnóstico sócio-econômico da região sisaleira realizado pela Secretaria de Trabalho e Ação Social, (dezembro/1996), revela:

"as escolas existentes nas áreas rurais, predominantemente sobre a responsabilidade da rede pública municipal, constituem-se na verdade, em unidades que funcionam precariamente, a maioria delas dispendo somente de uma sala de aula, em locais de difícil acesso, dadas as condições do sistema viário e as limitações quanto aos meios de transporte. ( ) observa-se nas escolas na zona rural, uma predominância de classes multisseriadas, fator característico destas escolas, no que se refere à estrutura disponível. Normalmente as condições que delimitam o ensino multisseriado, prevaletentes nestas escolas, são bastante precárias: infra-estrutura deficiente, excesso de alunos por séries, dificuldades para o professor manejar várias séries ao mesmo tempo, número de horas dedicados ao ensino, rotatividade dos professores, baixos salários, atraso e incertezas quanto ao pagamento dos salários dos professores, são alguns dos fatores que, conjugados com a frequência irregular dos alunos, seja pela sua inserção no trabalho, seja pelas dificuldades no que se refere ao acesso à escola, determinam o quadro de precariedade e reduzido rendimento que caracteriza o sistema educacional da região".(p. 35-36)

Não dispõem nossas escolas rurais de estrutura administrativa funcionalmente capaz e empregam um corpo de professores sem treinamentos, a quem se incumbe de ensinar um currículo formalizado e divorciado da realidade da vida rural. Na quase totalidade das pequenas

escolas do interior, se oferece aos alunos apenas um mínimo de ensino formal de leitura, escrita e aritmética, mínimo esse realizado quase indiferentemente por um corpo docente sem orientação nem preparo, em que pese muitas vezes o grau de abnegação quase heróica com que se mantém em serviço.

Em relação a funcionários da educação, confinados num certo isolamento profissional, sem apoio pedagógico e material, exercendo cargos por interesses políticos, o que inviabiliza a própria eficácia pedagógica, vivem inseguros no seu próprio emprego, alguns recebendo com atraso até metade do salário mínimo. Sobre essa escola e essa professora/ professor incide, via de regra, a intervenção direta do poder local, o que consolida os interesses dominantes.

A maioria dos alunos, em função da forma de distribuição espacial, dispersa, de suas moradias, às vezes, são obrigados a caminhar por um longo período até chegar à escola. Muitas vezes elas andam a pé, a cavalo ou de bicicleta, se 10 a 15 km até chegar à escola. O período de permanência desses alunos na escola é curto e marcado pela repetência, especialmente nas três primeiras séries.

Sem qualquer consideração pela especificidade da existência do aluno que, desde tenra idade, trabalha na lavoura ao lado dos adultos, a escola rural ignora não só sua precoce inserção no processo de trabalho, mas também que este é o seu valor central, como o é para a família camponesa em geral, tal faz com que sua disponibilidade de tempo para as atividades escolares reduz-se sensivelmente face à prioridade do trabalho, absolutamente necessário não só à subsistência, mas também a reprodução da família.

Por outro lado, em lugar de um saber próprio, nascido das entranhas de seu próprio trabalho na terra e de sua íntima vinculação com ela e a natureza, a

escola rural tem-se visto envolvida em um saber urbano que nada tem a ver com a vida no campo, negando-a inclusive, por considerar-se superior e culturalmente melhor do que aquele saber rural, gerado da luta, do trabalho e da vida camponesa.

No entender de RODRIGUES (1991), a escola rural continua, hoje, como sempre esteve:

à mercê de modelos urbanos e distante, muito distante das necessidades de trabalho e produção da vida camponesa e até mesmo de seus valores mais básicos e profundos. Sem qualquer consideração pela especificidade da existência do aluno que, desde terna idade trabalha na lavoura ao lado dos adultos, a escola rural se resente da ausência de disponibilidade de tempo da criança para as atividades escolares reduzida sensivelmente face a prioridade do trabalho, absolutamente necessário não só a sua subsistência, mas também a reprodução da família. (p. 36)

O calendário escolar, o tempo de horas/aula diária, a ordenação dos conteúdos, curriculares, o tempo previsto para aprendizagem do conteúdo, o próprio padrão de disciplinamento do corpo e do espaço imposto a esses alunos, entre outros aspectos, da mesma forma traz subjacente à idéia do “aluno niversal” sem levar em conta a problemática da criança e do adolescente trabalhador.

O valor social atribuído à educação escolarizada, para as camadas populares sempre foi muito pobre. Como nos evidencia FERNANDES (1996), só nas elites das camadas dominantes a escola possuía alguma importância, exercendo ela um instrumento secundário e acessório da aprendizagem dirigida, pois o fundamental aprendia-se no lar, na vida cotidiana, no convívio familiar com os mais velhos adquiria-se experiências para desempenhar os papéis sociais necessários. Porém a

plebe não precisava de nenhum tipo de educação escolarizada para ajustar-se às condições de vida. A introdução na escola só podia servir, de acordo com essa concepção, para tirar toda simpatia pela educação para as camadas pobres da população. Assim, a educação escolarizada foi instituída no passado com base nas necessidades sócio-culturais de uma sociedade aristocrática e patrimonialista, movida por interesses rurais para perpetuar as bases tradicionalistas das formas de dominação e de concepção do mundo. (p. 69-113)

Muito pouco ou nada se tem feito na escola rural no sentido de se promover junto ao trabalhador rural, e com ele, uma educação capaz de concretizar o desenvolvimento das virtualidades humanas, capaz de imprimir à vida individual e coletiva do homem da terra possibilidades férteis de conscientização e transformação de suas reais condições de vida. Ao contrário, segundo RODRIGUES (1991), a educação rural tem se mantido, porque distante de seus objetivos de valorização humana, estéril, alienada e alienante, tanto em conteúdo quanto em filosofia e prática. (p. 33)

Também é sabido que a educação escolar da criança e do adolescente do meio rural, feita sobre modelos urbanos e, portanto, alienada da realidade social a que pretende servir, não tem efetivamente contribuído para a integração do aluno ao processo escolar. Ao contrário, ao exigir padrões de aprendizagem pouco significativos à sua realidade, a seus valores, a escola se torna inócua e pouco estimulante.

Por outro lado, os processos educativos tradicionais, alicerçados no modelo de educação, a partir da família e do trabalho, são hoje, significativamente, afetados pelo impacto de nosso atual modelo de sociedade capitalista. As atuais condições de trabalho, os baixos salários, o desemprego e as migrações, que se evidenciam na região, além de gerar a dispersão e a

desagregação do núcleo familiar, mantendo os pais afastados dos filhos, limita essa população do acesso à informação e da experiência própria do nível escolar, que é mantido e orientado por padrões e interesses de classe média. Repassa às crianças exigências que as fazem sentir-se marginalizadas e, conseqüentemente, desestimuladas, porque não atenta para as necessidades fundamentais do seu contexto de vida.



## CAPÍTULO III

### METODOLOGIA

Como nos ensina, SELTTZ (1975), “a primeira pergunta a ser feita pelo observador, no processo da pesquisa é a seguinte: o que deve ser observado”? Desde o início é preciso enfrentar o difícil processo de seleção sobre quais os tipos de dados que serão mais significativos”. (p. 232)

Uma primeira observação que se faz necessária é a da realidade na qual está inserida a população alvo da pesquisa, o que nos permitirá que se veja com mais clareza, a problemática, e de forma contextualizada, as relações múltiplas que aí se estabelecem.

Na perspectiva de BRANDÃO (1984), “num primeiro momento é importante compreender, numa perspectiva interna”, (p. 57) qual é o ponto de vista dos indivíduos ou grupos sociais acerca da situação em que vivem. Isto que autoriza perguntar: qual a percepção dos que trabalham no sisal sobre tais situações? Como eles interpretam a própria vida e o trabalho no sisal? Qual o seu sistema de valores? Quais os seus problemas? Quais as suas preocupações? É necessário aí aprender a lógica dos pesquisados, mesmo que, à primeira vista, as suas inferências e raciocínios possam parecer irracionais. Essas circunstâncias particulares que cercam a realidade social, condicionam o processo de nossa observação.

Assim, segundo ainda BRANDÃO (1984) “a análise qualitativa, do ponto de vista dos indivíduos e grupos que compõem “comunidade” ou o “meio social” a ser estudado, é, pois um momento importante do processo de pesquisa que se pretende realizar”. (p. 58)

Nesta tentativa de análise e compreensão dos processos, que conduzem as crianças ao trabalho infantil e à evasão escolar na região sisaleira, buscando desvendar as relações que ai se estabelecem, surgem como questões importantes na compreensão desse processo à fundamentação e a operacionalização necessárias ao conhecimento dessa realidade.

Pretendo realizar uma pesquisa de cunho qualitativo, por entender ser esta perspectiva uma das mais consagradas nas abordagens sociológicas para discutir nuances de comportamento e conceitos como valores, expectativas e concepções. Compreendo como pesquisa qualitativa uma concepção de abordagem do objeto que privilegia o contexto, a realidade pesquisada, os atores sociais, o meio natural em que se desenvolvem os processos.

A escolha da perspectiva qualitativa de pesquisa justifica-se pelo fato de que ela responde de forma mais discreta à liberdade do pesquisado. Em outros termos, ela permite uma maior liberdade de envolvimento ou inserção pessoal, intelectual ou social. Salva-se também o respeito ao ambiente natural em que se constrói a realidade com a superação de abordagens artificiais. Saliente-se, também, que a pesquisa qualitativa se distancia de mera descrição objetiva de fatos materiais, privilegiando o sentido que os atores sociais oferecem aos seus gestos. Logo o objeto da pesquisa passa a ser para nós o processo de compreensão da perspectiva que os atores sociais têm de suas situações.

Enfim, a abordagem qualitativa nos permitirá recolher a subjetividade do ator social no processo por ele desenvolvido de apreensão do real.

Essa perspectiva metodológica nos permitirá uma apreensão mais global do objeto estudado, ou seja: de que forma as crianças, pais e professores vêem a relação trabalho e desempenho escolar das crianças da região sisaleira, ou ainda em que medida as condições de vida e de trabalho influem no rendimento escolar das crianças trabalhadoras do sisal.

Apresentamos a seguir o universo da pesquisa e os instrumentos que julgamos mais adequados ao desenvolvimento de nossa pesquisa, visto que procuraremos dar vez e voz aos principais envolvidos, as crianças, os pais e professores, das escolas da área do sisal.

### **3.1 – Universo da Pesquisa e Amostra**

O universo da pesquisa, portanto, está circunscrito às crianças, professores/professoras, de escolas do ensino básico, em comunidades rurais da região sisaleira e aos trabalhadores, pais das crianças, destas mesmas comunidades. Região, que envolve de 25 a 30 comunidades e pequenos povoados onde residem, aproximadamente, 30% da população do município de Campo Formoso.

Os entrevistados, no entanto, foram escolhidos de forma aleatória, levando-se em consideração, apenas, que a área de atuação destes estivesse relacionada ao ensino fundamental ou ao trabalho na cultura do sisal. Dentre as crianças pesquisadas, estão incluídas, também, crianças que se evadiram ou que não estão freqüentando a escola, para que também possam expressar suas

preocupações em relação à escola rural e ao trabalho infantil na cultura do sisal.

Para escolha das comunidades a serem aplicados os instrumentos de pesquisa adotamos os seguintes critérios:

- a) que a comunidade pesquisada tenha como atividade agrícola predominante à cultura do sisal;
- b) que tenha escola de Ensino Fundamental de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> série funcionando há mais de 03 anos, o que possibilitaria uma compreensão maior em relação ao problema da evasão;
- c) que a escola tenha até 02 salas de aula e se caracterize como escola isolada. Há hoje uma atuação diferenciada da Secretaria de Educação do Município, em relação a distribuição dos alunos, em salas multiseriadas e a designação de professores menos qualificados.

A adoção de tais critérios visa, antes de tudo, a necessidade de delimitação da amostra a ser estudada, em busca de uma relativa homogeneidade das comunidades e das escolas a que foram aplicados os instrumentos da pesquisa.

### **3.2 - Instrumentos de Pesquisa**

Considerando, pois, os objetivos definidores dessa abordagem, e as preocupações maiores que nos levaram a esse estudo, escolhemos como pertinentes os seguintes instrumentos: questionário, entrevista semi-estruturada.

### **3.2.1 – O Questionário:**

O questionário é, geralmente, tido como o método de pesquisa social por excelência, pois além de ser menos dispendioso e mais abrangente, oferece vantagens significativas que nos possibilitarão, com a aplicação de pré-teste, controlar a sua aplicabilidade, homogeneizar as informações e outros.

O referido instrumento nos permite fazer reformulações de acordo com a situação exigida; atingir maior número de pessoas simultaneamente; obter-se respostas mais rápidas e mais precisas; maior uniformidade na avaliação das informações obtidas, em função da impessoalidade do instrumento; menor influência, enquanto pesquisador, na coleta das informações, evitando assim riscos de distorção das mesmas. Além disso, o questionário permitiu ao entrevistado maior liberdade para exprimir sua opinião, haja visto a perseguição política ostensiva, que se evidencia na região e no município. Foram elaborados três questionários, sendo entrevistados 20 professores/professoras; 40 trabalhadores/trabalhadoras; e 40 crianças.

Os questionários (em anexo), tiveram como principal objetivo traçar os perfis dos entrevistados com as três categorias acima citadas, consta perguntas abertas e fechadas, que além das variáveis (gênero, idade, situação sócio-econômica, etc.), oferecera dados gerais do informante, como, origem e mobilidade, ocupação exercida no processo de produção, opinião sobre trabalho infantil e a escola rural da área do sisal.

### **3.2.2 – A Entrevista Semi-estruturada**

Entrevista é um procedimento utilizado na investigação social para a coleta de dados, bem como para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um

problema social. Segundo LAKATOS (1991), "se constitui em importante instrumento de trabalho nos vários campos das ciências sociais e de outros setores de atividades, como da sociologia, da antropologia, da psicologia e outros" (p. 196).

A entrevista é um roteiro de discussão preestabelecido pelo entrevistador, que além de questões fechadas e diretas, pode incluir um número pequeno de temas abertos, nos quais o entrevistador se utiliza de certa liberdade. Não é um mero quadro de perguntas e respostas, mas uma situação de interação entre dois indivíduos. HAGUETTE (1987), define a entrevista como "um processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado". (p. 75) São muitos os tipos de pesquisas e variam de acordo com o propósito do entrevistador.

Neste estudo optamos por trabalhar com a entrevista semi-estruturada. Na entrevista semi-estruturada, as informações são obtidas através de um roteiro constando de uma lista de pontos ou tópicos previamente estabelecidos de acordo com uma problemática central e que deve ser seguida. Há nessa relação uma influência mútua, quando o entrevistado responde ao entrevistador. A sua resposta não é apenas uma reação, ela está influenciada também pela comunicação silenciosa, os gestos, olhar, e o tom de voz com que responde ao entrevistador. A entrevista, por excelência, é à base do processo de investigação social em que a partir de um roteiro são realizadas discussões informais, baseadas numa lista flexível de tópicos, previamente elaborada, para ser aplicada a informantes-chave, que possuam algum tipo de conhecimento em relação à realidade pesquisada, tais como, trabalhadores, professores e lideranças comunitárias.

As referidas entrevistas se justificam pela necessidade de obtenção de informação em relação a outras questões que não tenham sido devidamente respondidas através do questionário. Assim, a coleta de informações, junto às crianças e aos analfabetos, que não podem ou não estejam capacitadas para responder o questionário, podem ser obtidas mediante entrevistas. Portanto as entrevistas podem ser um instrumento complementar as informações obtidas através dos questionários buscando-se uma aproximação, o máximo possível, da situação sobre a qual se pretende investigar.

As entrevistas foram aplicadas em uma amostra de 25% da população, de alunos, professores e trabalhadores, que tenham respondido ao questionário, ou seja, 05 professores(as), 10 trabalhadores(as), pais das crianças e 10 crianças. Tais entrevistas visam complementar as informações coletadas através dos questionários; atingir outra parcela significativa desta população que são as crianças e os analfabetos. Sabemos das dificuldades, sobretudo de trabalhadores, em responder questionários por exigirem bom nível de leitura e escrita, o que considerável parcela da população rural não tem.

Optou-se por esse percentual de entrevistas, em relação ao número de questionários aplicados sobre cada categoria, por ser uma amostra que consideramos , significativa e, do ponto de vista científico, capaz de responder aos objetivos da pesquisa.

Para a realização das entrevistas foram, previamente, elaborados um roteiro de perguntas (em anexo), que foram aplicadas a 5 professores(as), 10 trabalhadores(as), pais das crianças trabalhadoras no sisal, e 10 crianças, podendo ter estes respondidos ou não ao questionário, que antecederá às entrevistas.

### 3.3 - Resumo dos Procedimentos Técnicos e Procedimentos de Análise

Em suma, seguimos em nosso estudo os seguintes passos metodológicos:

- a) Inicialmente fizemos o **Levantamento primário da realidade**, através de contatos, visitas e coleta de dados junto às comunidades, às escolas e aos sujeitos da pesquisa (crianças, professores, trabalhadores do sisal), o que nos possibilitou fazer a caracterização sócio-antropológica, assim como das relações que aí se estabelecem, e que possam contribuir para uma interpretação mais objetiva desta realidade;
- b) **Pesquisa bibliográfica**. Durante todo o processo da pesquisa buscamos junto aos arquivos, instituições, universidades, subsídios que podem contribuir para a fundamentação do nosso estudo;
- c) **Elaboração e aplicação de questionários**, junto à amostragem previamente estabelecida de pais, professores e crianças da área do sisal;
- d) **Realização de entrevistas semi-estruturadas**, que consistiu na aplicação junto aos atores sociais acima citados, de um roteiro de perguntas, em anexo, previamente estabelecido, com o objetivo de colher as suas percepções em relação ao trabalho infantil e o desempenho escolar das crianças.

De posse dos dados, não perdemos de vista o paradigma qualitativo.

Tabulamos os dados do questionário a fim de traçar o perfil.



Quanto às entrevistas, procuramos organizar o conjunto caótico dos dados tomados como referência a análise de conteúdo, feita em diversos movimentos de leitura e releitura dos depoimentos.

## **CAPÍTULO IV**

### **ANÁLISE DOS DADOS E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS**

Este capítulo completa a análise de dados e a busca de interpretação de resultados, estando organizado de acordo com a escala de compreensão dos principais atores envolvidos no contexto da Escola Rural e do Trabalho Infantil, na região de C. Formoso.

Os resultados da pesquisa, tomando como ponto de partida os atores sociais, foram sistematizados em três blocos, nos quais se procurou organizar, a partir das falas dos atores envolvidos, a relação Escola e Trabalho Infantil: na perspectiva dos pais trabalhadores do sisal, das crianças e dos professores(as), que atuam nesta área.

#### **4.1 - Escola e Trabalho Infantil na Perspectiva dos Pais, Trabalhadores do Sisal**

No total foram aplicados 40 questionários e realizadas 10 entrevistas, com chefes de famílias, trabalhadores(as) do sisal, pertencetes às comunidades de Tiquara, Belas, Morrinhos, Baldoino, Lajedo Raso, Volta e Toca da Novilha. A coleta de dados foi realizada nos próprios locais de trabalho, os campos de sisal, e as respostas, abordando diversos aspectos da vida destes trabalhadores foram textualmente anotadas.

As comunidades onde se realizou a pesquisa, todas localizadas na zona rural do município de Campo Formoso, ao Norte do estado da Bahia, têm como principal atividade agrícola a extração da fibra do sisal. Uma das características desta cultura, como já vimos, é a de ser feita por pequenos e médios produtores, aqui também identificados como trabalhadores que, com a ajuda da família e, às vezes com o apoio eventual de terceiros, formam equipes de trabalho, responsáveis por todo o processo de produção da fibra, o que dá à referida cultura uma conotação aparentemente doméstica. Todos recebem seus salários por produção, baseados na quantidade de quilos de fibra produzidos, pesada ainda "verde" e molhada.

Procurando ter uma compreensão mais contextualizada desta realidade, e em vista a obtenção de caracterização, ou perfil destes trabalhadores, analisamos os questionários aplicados obtendo os seguintes dados.

#### **4.1.1 - O Perfil dos Pais**

a) idade, estado civil e gênero;

Os pais entrevistados são trabalhadores de 20 a 60 anos, evidenciando-se um equilíbrio destes na faixa etária acima dos 40 anos e 50% jovens menores de 40 anos. (Figura 4.1)<sup>6</sup>

Quanto ao Estado civil destes trabalhadores, evidenciou-se um elevado percentual de trabalhadores casados, uma média de 85%, enquanto somente 15% são solteiros. (Figura 4.2)

---

<sup>6</sup> As figuras se encontram no Anexo VII.

Desta população constata-se que 72,5% são do sexo masculino e 27,5% do sexo feminino. Apesar da menor porcentagem de trabalhadores (as) do sexo feminino, em relação ao sexo masculino, esses dados vêm confirmar o grande número de mulheres trabalhadoras do sisal que, proporcionalmente representa mais de 30% desta população. (Figura 4.3)

b) os filhos;

Quanto à distribuição do número de filhos, por família, evidenciou-se que estas são bastante numerosas, sendo que 27,5% dos entrevistados tem até dois filhos; 40% tem entre três e cinco filhos; 27,5% tem entre seis e oito filhos e 5% tem entre nove e onze filhos. Os dados mostram que, mais de 70% das famílias possuem acima de três filhos. (Figura 4.4)

Em relação aos filhos menores de 14 anos, há uma redução bastante significativa deste percentual, quando comparado com o percentual de filhos por família, conforme (Figura 4.4), o que demonstra significativo envelhecimento da população trabalhadora do sisal e por outro lado, conseqüente redução do índice de natalidade nestes últimos dez anos. Entre estas mesmas famílias constatou-se também que: 5% não tinham nenhum filho nesta faixa etária, menor de 14 anos; 22,5% tinham apenas um filho nesta faixa etária; 32,5% tinham dois filhos; 17,5% tinham três filhos; 12,5% tinham quatro filhos; enquanto 10% destas mesmas famílias tinham mais de cinco filhos menores de 14 anos. Destes 40 chefes de famílias que responderam ao questionário, constatou-se que 65% tem entre 1 e 3 filhos menores de 14 anos. (Figura 4.5)

c) tempo de residência e tempo de trabalho no sisal;

Quanto ao tempo de residência na comunidade, apenas 7,5% tem menos de 10 anos; 25% tem entre 11 e 20 anos; 15% tem entre 21 e 30 anos; 35% tem

entre 31 e 40 anos; e 17,5% tem mais de 41 anos. Dentre estas, 67,5 % tem mais de 21 anos de residência na comunidade onde mora atualmente. (Figura 4.6)

Quanto ao tempo de trabalho na cultura do sisal, apenas 7,5% tem menos de 10 anos; 22,5% tem de 11 a 20 anos; 27,5% tem de 21 a 30 anos; 32,5% tem de 31 a 40 anos; e 10% tem mais de 41. Dentre estas, 70% tem mais de 21 anos de trabalho na cultura do sisal. (Figura 4.7)

#### **4.1.2 - O discurso dos Pais**

A análise do conteúdo do discurso dos pais se preocupou, sobretudo em resgatar dois significativos elementos: a interferência do trabalho infantil na vida escolar dos filhos e a necessidade do trabalho infantil.

Dos 40 trabalhadores que responderam ao questionário, apenas 17,5% disseram que o trabalho no sisal não atrapalha os estudos dos filhos, enquanto 82,5% afirmaram que o trabalho atrapalha. (Figura 4.8)

Entre os 82,5% que responderam que o trabalho atrapalha os estudos, as principais justificativas são os de que: de um lado prejudica o desenvolvimento físico e psicológico da criança, interferindo no seu desenvolvimento na escola; e de outro tira a disposição da criança de ir para a escola pelo fato de que a criança chega em casa cansada:

“Por causa do trabalho uns vão para a escola e outros não (...) o trabalho só maltrata as crianças porque o que elas ganham é pouco e não dá

para ajudar em quase nada. O rendimento escolar do aluno que trabalha é pouco em relação aos que não trabalham”. (PA 1)<sup>7</sup>

“O trabalho atrapalha os estudos dos filhos, porque na hora da criança estar no estudo os pais são obrigados a tirar para ajudar no motor (trabalho no sisal)”. (PA 2)

Para outros é difícil associar trabalho no sisal com frequência à escola; a criança não tem tempo para estudar; a criança que se envolve muito no trabalho esquece os estudos; o cansaço do trabalho impede de estudar e tira a vontade da criança de ir à escola; quem trabalha no sisal se desloca bastante de um lado para outro e não pode freqüentar uma escola. Na compreensão destes trabalhadores, o trabalho também atrapalha o crescimento e a criança perde a consciência do estudo. Além de se constituir uma atividade dura e penosa:

"Comecei a trabalhar no sisal desde criança para ajudar meus pais a fazer a feira (comprar os mantimentos da família), porque a renda era pouco de mais.(..) no sisal eu corto palha, carrego e estendo fibras. (..) é muito perigoso trabalhar no sisal, porque sempre está correndo o risco (perigo) de ser furado pelos espinhos e cortar o dedo com a faca. (...) o que ganho é muito pouco e só da para fazer um armengo (tapeação) de feira. (...) a renda semanal varia entre 3,00 reais e 5,00 reais trabalhando muito”. (PA 1)

Um trabalhador da comunidade de Belas, ao expor sua experiência pessoal de vida, disse que nunca estudou porque teve que trabalhar para ajudar a sustentar a família e que o trabalho atrapalha os estudos, pois ele é um exemplo disso. Mal sabe fazer o nome. Tem 3 filhos, o menor tem 7 anos e quando não

---

<sup>7</sup> Identificamos os pais entrevistados com o código PA, recebendo cada um deles um número que é acrescentado ao código.

está na escola ele o leva para cortar palha. Quanto ao futuro dos filhos, quer que eles estudem, mas disse que é muito difícil, porque eles precisam trabalhar para ajudar no sustento da família:

“Moro aqui há 25 anos. Desde 1975 trabalho no sisal, cortando folha e tirando resíduo. Não tenho horário para começar ou largar o serviço, ganho por produção, por isso quanto mais trabalhar melhor. (...) comecei a trabalhar desde criança para ajudar meus pais e não morrer de fome. (...) não tenho alegrias nem recompensas, pois pobre não tem alegrias. (...) perdi uma mão no motor e isso me deixou muito triste e sem perspectiva de vida melhor. (...) gostaria muito que meus filhos estudassem, para que não cresçam como eu, sofrendo no sisal. A criança que trabalha e não estuda é sem futuro, é destinada a sofrer no sisal como os pais”. (PA 10)

Quanto ao trabalho dos filhos menores, 62,5% dos pais afirmaram que é um trabalho necessário, enquanto 37,5% responderam que não há necessidade. (Figura 4.9) Entre os 62,5% que responderam que é um trabalho necessário, 72% das justificativas estão ligadas a fatores de ordem socio-econômica e culturais, como: o trabalho da criança, ajudar na complementação das despesas da casa e da família; o pai não pode sustentar se tirar do trabalho.

“Os filhos precisam estudar, mas precisa também trabalhar para ajudar na renda familiar, porque os pais ganham pouco e é o jeito os filhos ajudarem. (...) não acho certo as crianças trabalharem, mas não tem outro jeito e infelizmente são obrigados a trabalhar. Os pais querem que o filho estude, mas as condições não da”. (PA 2)

“Fico com muita dó de ver meus filhos trabalhando no sisal. Só deixo trabalhar porque não posso dar o que eles precisam”. (PA 3)

Para outros, é necessário à criança trabalhar para: acostumar-se desde cedo com o trabalho; livrar de crescer na rua; aumentar o ganho semanal, pois a necessidade obriga; se não trabalhar não compra as coisas que precisa (calçado, roupa, comida...). O ganho dos pais é pouco como se vê estes obrigam os filhos a trabalhar, como nos mostra um destes trabalhadores entrevistados:

“Quanto ao futuro de meus filhos, queria que estudassem, mas é muito difícil, porque eles precisam trabalhar para ajudar no sustento da família”. (PA 4)

Segundo estes, muitas famílias têm necessidade do trabalho dos filhos para poder sobreviver, pois a renda das famílias que trabalham no sisal é pouca e estas precisam do trabalho dos filhos. Se o pai não tem um salário digno os filhos têm que ajudar, pois todo ganho para ajudar os pais é bom, toda ajuda é boa, mesmo que seja de criança. O pai que trabalha no sisal não tem renda suficiente para manter os filhos na escola:

“Eu penso em colocar meus filhos na escola para que eles aprendam a ler, pois é muito importante, mas eles também precisam trabalhar para ajudar a fazer a feira, pois o ganho da gente é pouco e é o jeito os filhos ajudarem”. (PA 2)

“Minha maior tristeza e decepção é trabalhar muito e ganhar pouco. Minha renda por semana é de 20,00. Minha esperança é que meus filhos estudem para não crescer como eu, sem futuro, que comecei a trabalhar com 13 anos e nunca pude comprar uma roupa decente com o dinheiro do sisal. O que a gente ganha só da para comprar umas besteiras para comer”. (PA 3)



“Quanto ao futuro dos filhos é preocupante, porque o que a gente ganha não dá para investir no futuro dos filhos. (...) pôr mais que eu queira não consigo fazer nada. O trabalho das crianças é uma ajuda para os pais, porque o pai sozinho, trabalhando, não pode sustentar a família”. (PA 5)

Mesmo entre os que responderam que não acham necessário o trabalho dos filhos, alguns afirmaram que ele existe e existe porque: muitos pais são obrigados a utilizar do trabalho dos filhos; a necessidade obriga a tirar o filho da escola; ou ainda, muitos pais não podem dar o que eles precisam, por isso precisam trabalhar:

“Não acho certo as crianças trabalharem, mas não tem outro jeito. Os pais querem que seus filhos estudem, mas a condição não dá. Seria bom manter os filhos na escola, mas, infelizmente as condições dos pais não dá e infelizmente os filhos são obrigados a trabalhar”. (PA 2)

“Comecei a trabalhar no sisal desde os oito anos de idade para ajudar os meus pais a fazer a feira. Continuo até hoje trabalhando no sisal porque não tenho outro jeito de ganhar dinheiro”. (PA 4)

“Só quem estuda pode ter um futuro melhor e a maioria das crianças em nossa região tem que trabalhar para ajudar os pais. O sisal é um trabalho pesado e as crianças sofrem muito dentro dos campos de sisal”. (PA 8)

Já se perguntados sobre o que achavam do filho menor ter que trabalhar, as opiniões foram divididas. Entre os que acham que deve trabalhar, alguns responderam que: deve trabalhar só em caso de extrema necessidade; deve trabalhar somente depois dos 10 anos; não é certo, mais é melhor do que ficar

brincando e se “envolver com coisa errada”; fazer bem não faz, mais ao invés do menino estar na brincadeira, medindo estrada, é melhor estar trabalhando:

“No sisal a gente ganha pouco e muitas vezes passa necessidade. Não estudei porque tive que trabalhar para ajudar a sustentar a família. (...) o trabalho atrapalha os estudos e eu sou um exemplo disso, mal sei fazer meu nome”. (PA 4)

“Tenho muita vontade de ver meus filhos estudando para encontrar uma forma melhor de viver, mas enquanto isso não acontece, tenho que levá-los para o trabalho para ajudar a botar o alimento dentro de casa”. (PA 6)

Outras justificativas, também bastante frequentes foram as de que: é necessário o trabalho da criança porque se o pai não tem um salário digno os filhos têm que ajudar; é errado, mas os filhos precisam ajudar os pais; ou ainda que é correto, quando o pai sozinho não tem condição de manter a casa, os filhos têm que ajudar; uma injustiça, mas o pai coloca o filho para trabalhar porque não têm um salário digno:

“Estou trabalhando no sisal porque com a falta de chuvas, a única solução aqui é o trabalho no sisal. A gente não ganha muito, mas sempre tem uma besteirinha para fazer a feira. (...) não queria meus filhos dando duro como eu, mas não vejo outra saída, não tenho como melhorar o futuro deles. O serviço no sisal atrapalha o rendimento da criança na escola, mas o trabalho delas é uma ajuda para os pais”. (PA 7)

“As crianças que trabalham no sisal sofrem muito e não tem rendimento escolar, mas são obrigadas a trabalhar para ajudar os pais no sustento da família”. (PA 9)

Entre os que acham que o menor não deve trabalhar as principais justificativas são de que: “não é bom, a função da criança é estudar; é uma injustiça o trabalho da criança; é um absurdo, porque o trabalho no sisal é muito sacrificado; desnecessário, porque o ganho é muito pouco; não podia existir, bom era a criança só estudar; errado, porque crescem umas crianças tristes e desnutridas devido à falta de alimentação adequada”. Algumas falas ilustram esta posição.

“O trabalho só maltrata as crianças, porque o que elas ganham é pouco e não dá para ajudar em quase nada. (...) o rendimento escolar dos alunos que trabalham é pouco em relação aos que trabalham. (...) uns estudam pela manhã e trabalham à tarde, outros estudam à tarde e trabalham pela manhã e isso atrapalha muito o rendimento escolar”.  
(PA 1)

“Fico com muita pena de ver criança trabalhando no sisal, porque criança que trabalha não tem condições de estudar. O trabalho influi muito no rendimento escolar da criança”. (PA 3)

#### **4.1.3 – Síntese dos Pais e Interpretação dos Resultados**

Com base nos questionários e entrevistas trabalhados com os pais, pode se constatar, preliminarmente, a título de síntese, algumas evidências, que aliadas a outros fatores nos parecem determinantes na relação trabalho e escola na região do sisal.

Antes de iniciar a análise desta relação, convém recuperar aqui, alguns pressupostos da relação social capitalista na qual se incere este debate. Segundo GRAZIANO NETO (1987) a relação social capitalista pressupõe a separação

entre o trabalhador e as condições objetivas da produção, cujo processo pode ser sintetizado na realização das seguintes condições:

- dissolução da relação com a terra;
- dissolução das relações de propriedade e dos instrumentos de trabalho;
- dissolução das relações em que os próprios trabalhadores deixam de ser parte das condições objetivas de produção e passam a ser objetos de apropriação, sendo, portanto escravos ou servos.

O sistema de expropriação imposto pelo capitalismo, agravado no chamado "selvagem", não atribui salário compatível à produção e vai marginalizando o trabalhador trazendo a exigência da mobilização de todos os membros da família, inclusive das crianças.

OLIVEIRA (1994) reforça essa compreensão ao afirmar que "o trabalho da criança e do adolescente faz parte do conjunto do trabalho social, necessário à reprodução da sociedade capitalista em que vivemos". (p. 43)

As observações indicam que, já nas atividades, essencialmente experimentais de trabalho das crianças e adolescentes, estão presentes as relações básicas de exploração e de denominação que regem a sociedade capitalista.

O trabalho constitui valor central tanto na economia quanto na cultura do trabalhador do sisal, abrangendo indiscriminadamente a maior parte das fases da vida, desde a meninice (5,6,7 anos) até a velhice.

Isto é assinalado por estudiosos da questão que destacam no trabalho da criança ou do adolescente uma realidade perversa.

Para RODRIGUES (1991) “ao trabalho está atrelado à própria subsistência do trabalhador e sua família. Ele é indispensável e tem que ser feito, mesmo que as condições climáticas ou econômicas não sejam favoráveis. O trabalho, portanto, como valor social, tem poder normativo: ele se impõe, apesar de sua dureza”. (p. 39)

Nos dados concernentes ao perfil, evidencia-se que: a idade relativamente elevada dos pais, cuja maioria está acima de 40 anos (Figura 4.1), revelam-se que houve nos últimos anos um significativo envelhecimento da população, que trabalha nesta cultura e, por outro lado, um incremento do número de crianças; a significativa participação da mulher, ao lado do marido, ou às vezes sozinha (Figura 4.3), também demonstra que no trabalho na cultura do sisal, não há distinção de sexo, registrando-se uma grande participação feminina; o elevado número de filhos destas famílias (Figura 4.4), com mais de 60% menores de 14 anos, conforme (Figura 4.5) são alguns dos fatores que apontam para a constituição de um quadro que conduz ao trabalho infantil e à evasão. Não se constatou, a partir da caracterização destes trabalhadores, quase nenhuma diferença, sobretudo quanto às condições de vida e o tamanho das famílias que, em geral, são famílias bastante numerosas (Figura 4.5), não havendo muita diferenças em relação à quantidade de filhos, evidenciando-se que, quase 70% destas tem entre 3 e 8 filhos.

A dificuldade das famílias em suprir as necessidades básicas de seus filhos, ainda em idade escolar, conduz, provavelmente, estas crianças e jovens para as atividades do trabalho no sisal, a fim de ajudar a melhorar a renda familiar, como se evidencia pelos depoimentos:

“Moro nesta fazenda (propriedade de um grande fazendeiro da região), porque nunca pude comprar uma casa para morar. Moro aqui há 25 anos. Desde 1975 trabalho no sisal, cortando palha e tirando resíduo.

Não tenho horário para começar ou largar o serviço. Ganho por produção, por isso quanto mais trabalhar melhor. Comecei a trabalhar desde criança para ajudar meus pais e não morrer de fome. (...) não tenho alegrias nem recompensas, pois pobre não tem alegrias. Perdi uma mão no motor e isso me deixou muito triste e sem perspectiva de vida melhor. (...) gostaria muito que meus filhos estudassem, para que não cresçam como eu, sofrendo no sisal. As crianças que trabalham e não estudam é sem futuro, é destinada a sofrer no sisal como seus pais". (PA 10)

Na figura 4.6, evidencia-se que 92,5% das famílias que trabalham no sisal tem mais de onze anos de residência na comunidade onde vivem atualmente. O mesmo percentual se dá em relação ao tempo de trabalho no sisal (Figura 4.7), o que a princípio nos parece contraditório quanto à questão da elevada evasão escolar, apontada por alguns professores, em função da migração das famílias. Vale ressaltar, no entanto, que a migração em relação à cultura do sisal acontece, sobretudo, dentro da própria comunidade, com o deslocamento constante das famílias de um campo para outro, de uma roça para outra. Percebe-se que não houve, nos últimos anos, uma renovação significativa no quadro dos trabalhadores do sisal, o que demonstra uma queda no ingresso de novos trabalhadores.

Já em relação ao que dizem os pais, constatou-se que: 85% dos pais acham que o trabalho atrapalha os estudos dos filhos (Figura 4.8), no entanto, 62,5% (Figura 4.9) acham que é um trabalho necessário. Ao fazermos o confronto entre estes números, concluímos que apesar da concordância quanto aos prejuízos que o trabalho traz para os estudos dos filhos, recorrem-se a esta prática e procuram-se justificar a sua utilização como necessária, para atender a outras demandas, que vão desde a utilização do trabalho como instrumento de formação moral, à suplementação da renda familiar.

Vê-se também que em diversas etapas do processo de produção há uma participação expressiva de mulheres e crianças, seja porque isso representa o rebaixamento dos custos do trabalho, seja porque a realidade da região impõe a necessidade de assegurar uma renda familiar mínima, através da presença do trabalho feminino e infantil.

Como se evidenciou nos encontros e entrevistas, a remuneração dos trabalhadores nos campos de sisal é, geralmente, inferior ao salário mínimo oficial, variando os ganhos mensais de acordo com a intensidade da jornada diária e o tipo de atividade desempenhada pelo trabalhador - 56,00 reais (para cevador), 52,00 reais (cortador e resideiro) e 26,00 reais para estendedor.

Segundo diagnóstico realizado pela Secretaria do Trabalho e do Governo do Estado da Bahia (dez./96), a estratégia das famílias para tentar superar as restrições decorrentes dos reduzidos níveis de remuneração é, então, além do aumento da jornada diária, motivada pela forma de contratação e pela necessidade, incorporar ao máximo, todas as pessoas da família, inclusive crianças, para trabalhar na lavoura.

Destacando a importância do trabalho dos filhos desde cedo, ainda em idade escolar, visando a sua formação e para evitar que "fiquem medindo estrada", brincando, alguns pais não descartam a importância econômica que o trabalho dos filhos menores de 14 anos assume para a família. Assim, a iniciação do trabalho das crianças no sisal, reveste-se de dois significados que se complementam: o econômico, pela importância que o trabalho infantil desempenha para a renda familiar, e o educativo, pelo significado que esta iniciação tem na preparação profissional dos filhos e na formação moral que o trabalho representa.

Assim, por se constituir a única base econômica destes trabalhadores, a cultura do sisal determina a dinâmica e a forma de organização dos familiares, que por não dispor de uma infra-estrutura sócio-produtiva que lhes possibilitem garantir a própria sobrevivência, apelam para o trabalho das crianças. A deterioração das condições de produção, seja pelas transformações ocorridas nos últimos anos, com a desvalorização do produto no mercado, seja pela própria incapacidade do trabalhador em garantir a sua reprodução, tem se constituído elemento importante na dinâmica desse processo, que no entender de SEGATO (1987) por exemplo, que nos chama a atenção para essa questão, diz que, "por volta de 1919, a entrada de mulheres e crianças no mercado de trabalho implicou em aviltar ainda mais os salários, além do crescimento do desemprego, facilitando a super exploração da mão-de-obra proletária. Acrescenta ainda que crianças e adolescentes se submetem mais facilmente as condições de exploração e contentam-se com insignificante remuneração". (p. 25)

Esses dados por si só já revelam a precariedade das condições sócio-econômicas com que se deparam esses trabalhadores que, para complementação de sua renda e a garantia da sobrevivência, recorrem a ajuda dos filhos desde criança. Não se pode, contudo, afirmar isto como prática que ocorre em todas as famílias, pois 15% destas afirmaram que não acham necessário o trabalho da criança.

#### **4. 2 - Escola e Trabalho Infantil na Perspectiva dos Professores**

Para a composição da amostra de professores, procedeu-se como critério básico a escolha dos que trabalham nas comunidades, povoados, escolas, localizados na área produtora de sisal. A intenção neste estudo foi, sobretudo sondar as opiniões destes sobre alguns aspectos pertinentes do tema em estudo. Inicialmente optou-se por conhecer o perfil dos professores para, num segundo



momento, saber o que estes pensam em relação à escola rural e ao trabalho infantil. Detemo-nos na abordagem da escola rural visto que esta contextualização é imprescindível à questão do trabalho infantil no sisal.

#### **4.2.1 - O Perfil dos(as) Professores(as)**

Com a finalidade de conhecer o perfil do professor que leciona na zona rural, mais especificamente na área do sisal, procurou-se, através de um questionário, obter alguns dados, tais como: local de residência, gênero, estado civil, formação e experiência profissional, que pudessem caracterizá-lo.

a) idade, estado civil e gênero;

Entre os(as) 20 professores(as) que responderam ao questionário, verificou-se que 15% são do sexo masculino e 85% do sexo feminino, confirmando assim um grande percentual de mulheres em relação aos homens, no campo da docência. (Figura 4.10)

Considerando o estado civil dos professores, observa-se que, 50% são casados(as), 8 solteiros, 1 divorciado e 1 viúvo. (Figura 4.11)

b) nível de formação, situação funcional e tempo de atuação como professor(a);

Quanto ao nível de formação, constatou-se que, 10% tem apenas o 1º grau; 90% tem apenas o 2º. grau e nenhum tem formação de nível superior. (Figura 4.12)

No que se refere à situação funcional, 80% responderam que são efetivos<sup>8</sup>, 10% que são contratados e 10% não souberam responder. (Figura 4.13)

Quanto ao tempo de trabalho como professor (a): 15% tem menos de dois anos; 50% tem entre dois e quatro anos; 5% tem entre quatro e seis anos; e 30% tem mais de 10 anos como professor(a). Mais de 65% dos professores tem menos de quatro anos no exercício do magistério. (Figura 4.14)

As transformações ocorridas nos últimos anos na área da educação, com a implantação do Fundef - Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental, provocou uma alteração significativa no quadro de professores do município. A maioria dos professores leigos<sup>9</sup>, (que tinham apenas formação primária), que atuavam, sobretudo nas escolas da zona rural, foram substituídos por professores com formação de 2º. grau.

c) detalhamento do exercício da profissão: tempo de trabalho na zona rural e tempo de trabalho na escola em que atua;

Quanto ao tempo de trabalho como professor (a), em escola da zona rural, na área do sisal, 15% tem menos de dois anos; 50% tem entre dois e quatro anos; 5% tem entre quatro e seis anos; 5% tem entre oito e dez anos e, apenas 25% tem mais de dez anos. (Figura 4.15)

---

<sup>8</sup> “Os professores leigos que ganharam estabilidade pelo tempo de serviço ou mediante concurso público e outros concursados que, após um estágio probatório foram efetivados”.

<sup>9</sup> “Professores da rede municipal de ensino que, mesmo não tendo uma formação específica para o exercício do magistério, exerciam a atividade de professor(a), especialmente nas escolas situadas em comunidades rurais, onde ainda são poucas as cobranças por uma escola de qualidade. Esses professores que até meados dos anos 90 representam a maioria dos docentes em exercício na rede municipal de educação, tanto pela falta de professores com a formação exigida como pela falta de vontade política dos governantes municipais. Com as exigências impostas pelo FUNDEF (Fundo de Desenvolvimento Fundamental), passaram a receber capacitação e foram submetidos a concurso público para poder permanecer no exercício do magistério. Os professores leigos que não conseguiram se enquadrar às exigências do FUNDEF foram deslocados para o desempenho de outras atividades, como merendeira, zeladora e outras”.

Quanto ao tempo de trabalho na escola em que se encontra lecionando atualmente, 45% tem menos de dois anos; 25% tem entre dois e quatro anos; 5% tem entre quatro e seis anos; e 25% tem mais de dez anos. (Figura 4.16)

- d) razões do trabalho na zona rural, perspectiva de continuidade, residência e distância para o trabalho, deslocamento e natureza das atividades;

Perguntados porque estavam trabalhando em escola da zona rural, as respostas foram bastante taxativas: 45% disseram que trabalhavam em escola da zona rural porque não tinham outra opção; 35% porque residem na própria comunidade (constituiu família ou tem parentes que residem lá); 20% porque não tem vaga na rua (referindo-se à sede do município). (Figura 4.17)

Mais de 65% dos professores não pretendem continuar trabalhando na escola em que se encontra atualmente, enquanto apenas 35% afirmam que pretendem continuar (Figura 4.18). Entre os que responderam que não pretendem continuar, as principais justificativas são: falta de transporte; pouco caso dos governantes com a escola rural; não gosta do lugar; pretende continuar os estudos ou porque preferem trabalhar na sede, mais perto de casa. Entre os que responderam que pretendem continuar, as principais justificativas são: que é uma escola boa e bem localizada; tem facilidade de transporte; não tem vaga na sede; tem família na própria comunidade.

Mais de 60% dos professores que trabalham nas escolas da área do sisal moram fora da comunidade e se deslocam diariamente à escola, de ônibus, de carona em automóveis, de moto e até de bicicleta. Uma parcela significativa destes professores residem na sede do município. (Figura 4.19)

A distância de suas residências até o local de trabalho varia bastante. Para chegar à escola: 8,3% destes professores viajam de 1 a 5 km.; 33,4% viajam de 5 a 10 km.; outros 8,3% viajam entre 10 e 15 km.; nenhum entre 15 e 20 km.; e 50% viajam mais de 20 km. A maioria, ou seja, mais de 45% moram fora da comunidade onde ensinam e viajam mais de 20 km, para percorrer o trajeto entre o local onde residem e a escola. Não existe transporte regular e as estradas são consideradas, na sua maioria, praticamente intransitáveis, sobretudo nos períodos de chuva. (Figura 4.20)

Constatou-se que apenas 16,7 % andam menos de 20 minutos; 25% andam entre 20 e 40 minutos; 41,6% andam entre 40 e 60 minutos; e 16,7% andam mais de 60 minutos, de sua casa para chegar até ao local de trabalho. (Figura 4.21)

Quanto à utilização do tempo para o exercício de outras atividades, cerca de 80% dos professores ocupam seu tempo apenas com atividades ligadas à escola onde estão lotados, e apenas 20% ensinam também em outras escolas. No entanto, 20% destes professores exercem outras atividades complementares, além do exercício do magistério, como: o trabalho no sisal, atividades domésticas e outras relacionadas com a própria escola, como o preparo da merenda e a integração com a comunidade. (Figura 4.22)

e) atividades de formação e de atualização.

Quanto à participação em atividades de formação, 85% participaram de cursos de formação do tipo Aceleração<sup>10</sup>, CBAI<sup>11</sup> e CBAS<sup>12</sup>, enquanto 15% não participou de nenhuma atividade. (Figura 4.23)

---

<sup>10</sup> A "Aceleração" é um curso de Educação Básica destinado aos jovens e adultos em distorção série/idade. Este curso está estruturado em dois níveis, respectivamente, Aceleração I e II em 04 (quatro) Estágios com a duração, cada um, de 01 (um) ano letivo. Aceleração I abrange 02 (dois)

Mais de 65% participaram de encontros de atualização técnico-pedagógica nos últimos dois anos, destacando-se os cursos: aperfeiçoamento de professores de 1ª a 4ª série; alfabetização; aceleração; e semanas pedagógicas, que acontecem todo início de ano letivo. (Figura 4.24)

#### 4.2.2 – Discurso dos Professores

A análise do conteúdo do discurso dos professores, tendo presente as suas falas sobre a relação professor x aluno, evasão, frequência, a relação com os pais e o processo de ensino aprendizagem entre outros elementos presentes na dinâmica do processo interno da escola rural, estamos atentos aos reflexos do contexto sócio-econômico, e as contribuições significativas para a compreensão dos fatores que estão levando as crianças da região sisal beira ao ingresso prematuro no trabalho do sisal.

##### a) relação professor x aluno;

Os principais problemas em relação aos alunos da escola rural na área do sisal, segundo a opinião dos(as) professores(as), são, principalmente, decorrentes da problemática de ordem sócio-econômica, destacando-se: o trabalho da criança,

---

Estágios que correspondem às séries iniciais (1ª a 4ª série); já a Aceleração II também abrange 02 (dois) Estágios que correspondem às séries finais do Ensino Fundamental (5ª a 8ª série).

<sup>11</sup>O CBAI é formado por alunos iniciantes no processo de escolaridade; alunos oriundos da pré-escola a partir dos 06 (seis) anos ou da 1ª série tradicional; o CBAS é formado por alunos promovidos para a 2ª série tradicional ou remanescente desta série, e mais aqueles oriundos do CBAI.

<sup>12</sup>O "CBAS" é uma proposta político-pedagógica implantada pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia, voltada ao processo de alfabetização das crianças. O CBA está organizado em blocos, sendo que o 1º dividi-se em CBAI (Ciclo Básico de Aprendizagem Inicial) e CBAS (Ciclo Básico de Aprendizagem Seqüencial).

alimentação deficitária, migração, falta de recursos, material e escolar, além de outros não menos significativos, como dificuldade de leitura, distância da escola, falta de interesse dos pais e dos próprios alunos.

Nas entrevistas com os professores identificamos algumas falas que caracterizam suas concepções em relação a essa problemática:

“Residi nos últimos dois anos em Campo Formoso (sede do município), mas atualmente estou morando aqui em Toca da Novilha. (...) pôr falta de serviço na cidade, os professores são obrigados a trabalhar nas comunidades do interior”. (PRO 2)<sup>13</sup>

“Minha maior tristeza é ver que tem muitas crianças que são obrigadas a sair da escola para trabalhar no sisal, para ajudar os pais nas despesas da casa. (...) meu maior desafio é fazer as crianças entenderem que a escola é importante e que por isso elas devem estudar”. (PRO 2)

“Há uma diferença muito grande entre as crianças que trabalham e as que não trabalham, a criança que trabalha no sisal não tem descanso e isso atrapalha muito seu rendimento na escola”. (PRO 1)

Nas entrevistas nos chamam atenção a dimensão dada pelos professores quanto às alegrias, tristezas e desafios, em relação à escola rural:

“Minha alegria é ver o desenvolvimento das crianças na escola e a maior tristeza é que tem muitas crianças que são obrigadas a saírem da escola para trabalhar no sisal para ajudar os pais na despesa da casa, pois isso atrapalha muito o rendimento escolar das crianças. (...) meu maior

---

<sup>13</sup> Para a identificação dos(as) professores(as) que se dispuseram a responder ao questionário, utilizamos o código PRO, recebendo cada um deles um número que é acrescido ao código.

desafio é fazer as crianças entenderem que a escola é importante e que por isso elas devem estudar”. (PRO 2)

“Minha alegria é ver as crianças aprendendo, sendo educadas, é passar para elas o que aprendi. (...) fico feliz quando vejo as crianças lendo e escrevendo”. (PRO 3)

b) evasão;

A evasão escolar na área do sisal foi afirmada pela totalidade dos professores. 100% dos que responderam ao questionário e as entrevistas declararam que houve diminuição do número de alunos desde a matrícula inicial até a data em que responderam ao questionário (dezembro 2001). Entre as causas responsáveis pela evasão, quase 90% apontaram causas externas à escola, como trabalho, transferência por mudança de comunidade, para ajudar os pais e falta de acompanhamento destes:

“Minha tristeza é ver muitos alunos abandonando a escola para trabalhar fora. (...) quando o sisal termina num campo, eles têm que acompanhar os pais para outros lugares”. (PRO 1)

Os restantes apontaram: frequência irregular do aluno, falta de interesse e aproveitamento escolar deficiente. Porém, todas as questões, direta ou indiretamente, condicionadas pela problemática sócio-econômica envolvendo o trabalho no sisal, seja das crianças ou de seus familiares.

“Os alunos que trabalham no sisal, além de perder as aulas estão sempre cansados e por isso não tem disposição para estudar”. (PRO 1)

“Já os que só estudam, rende mais porque estão mais dispostos e tem mais tempo para fazerem suas tarefas escolares”. (PRO 1)

c) freqüência;

Além da evasão, alguns professores apontaram problemas de freqüência irregular por parte dos alunos, o que interfere negativamente no aproveitamento escolar, como afirmam algumas professoras:

“O aluno que trabalha falta muito às aulas e, quando vai, precisa sair mais cedo porque geralmente as roças são longes e elas precisam sair cedo para chegar a tempo de ajudar os pais no sisal”. (PRO 4)

Em decorrência da freqüência irregular a criança da escola rural da área do sisal tem dificuldade de acompanhamento do Programa e pouco rendimento, quando comparado com os outros alunos, e isso gera uma sobrecarga para os professores com a aplicação de atividades de reforço. Como tentativa de redução do efeito destes problemas, decorrentes da freqüência, os professores indicaram, entre outros recursos: o desenvolvimento de atividades de recuperação e reforço, adotados por mais de 25% dos professores; conversa e atendimento individualizado ao aluno; além de reuniões com os pais.

d) relação com os pais;

O contato dos professores com os pais dos alunos nos pareceu, a princípio, uma preocupação presente na ação dos professores, 80% responderam que tem contatos com os pais dos alunos e apenas, 20% responderam que não tem. (Figura 4.25)



No entanto, quando inquiridos sobre a frequência com que estes contatos acontecem, 50% afirmaram que, de mês em mês; 25%, que acontecem diariamente; e 25%, que acontecem no final de cada unidade, nas festas e reuniões. (Figura 4.26)

e) processo ensino aprendizagem;

Além da relação com os pais, os professores apontaram dificuldades na elaboração do plano de aulas.

Os procedimentos adotados são muitos diversificados: 15% disseram que se baseiam em assuntos do cotidiano; 30% que se baseiam na realidade dos alunos; 30% em conteúdos esquematizados e material trazido pelos coordenadores; 25% em livros didáticos, revistas e cartilhas. (Figura 4.27)

f) material didático;

Entre os materiais didáticos mais utilizados, destacaram-se: livros 65%; cartilha 15%; outros 20%, sendo os mais frequentes, textos, apostilas, sucatas e cartazes. (Figura 4.28)

Quanto ao uso do material, muitos(as) professores(as) apontaram dificuldades para sua utilização e citaram, ao responder a essa questão, que a pouca leitura dos alunos, por não estarem acostumados com livros, além do pouco interesse dos alunos, o baixo poder aquisitivo e a inadequação do material ao meio rural, como principais entraves.

Perguntados como deveria ser o material didático para trabalhar com o aluno da escola rural da área do sisal, os professores(as) responderam: 50%, que

deveria ser adaptado à realidade do aluno; 40%, discutido com os professores; e 10%, com mais cartazes e desenhos. (Figura 4.29)

g) rendimento do aluno;

Quando perguntados aos professores(as) qual sua percepção em relação ao rendimento do aluno que trabalha, mais de 60% apontaram como péssimo, baixo ou lento; 20% como mais ou menos; 10%, que não há diferenças; e 10%, não responderam. (Figura 4.30)

Os(as) entrevistados(as) discutem a respeito do rendimento do aluno trabalhador no sisal:

“Quanto ao rendimento escolar existe muita diferença entre os que trabalham e os que não trabalham. (...) os alunos que trabalham, além de perder as aulas, estão sempre cansados e por isso não tem disposição para estudar. Já os que só estudam rendem mais porque estão mais dispostos e tem mais tempo para fazer suas tarefas”. (PRO 1)

“As crianças que não trabalham tem melhores notas em comparação com as outras que trabalham”. (PRO 2)

h) freqüência à escola e ao trabalho;

Perguntados diretamente, se o trabalho no sisal atrapalha os estudos da criança, 95% dos professores afirmaram que sim, enquanto 5% afirmaram que não atrapalha. (Figura 4.31) Segundo os 95% que responderam sim, o trabalho atrapalha os estudos porque: o aluno chega na escola cansado e com sono; está sempre mudando de comunidade; o cansaço do trabalho tira toda atenção do aluno. Alguns depoimentos atestam este fato:

“A criança que só estuda é mais disposta, tem mais tempo para estudar em casa e isso ajuda no desenvolvimento da criança. (...) a criança que trabalha é mais devagar por causa do cansaço. (...) a criança não tem tempo de estudo e seu rendimento é muito baixo”. (PRO 3)

“As crianças que não trabalham tem mais tempo para estudar e fazer suas tarefas, por isso rendem mais.(...) a criança quando trabalha dá mais preferência ao trabalho que aos estudos”. (PRO 4)

Quanto à necessidade do trabalho da criança, 15% dos professores acham que é um trabalho necessário, enquanto 85% acham que não. (Figura 4.32) Entre os 85% que afirmaram não ser o trabalho do menor um trabalho necessário, as principais justificativas divergem, alguns acham que: o trabalho acomoda as crianças; atrapalha os estudos; atrapalha a freqüência à escola; outros disseram que: o trabalho infantil é um crime; é uma injustiça; lugar de criança é na escola.

#### i) Proposições de mudança.

Apesar de não termos nenhuma pretensão, quanto à utilização deste estudo como instrumento de formulação de políticas de combate ao trabalho infantil, um questionamento que julgamos oportuno nesse debate foi saber o que os professores, enquanto atores diretamente envolvidos, teriam a propor como medida de combate a esse problema. Ao serem perguntados sobre o que fazer para mudar essa situação, foram muitas as indicações feitas pelos professores(as), como:

“Fazer alguma coisa mais leve, mas que possa ajudar os pais, o que não pode é uma criança se criar sem saber fazer nada, porque a criança que trabalha no sisal não tem condições de estudar. O trabalho no sisal prejudica o rendimento escolar da criança”. (PRO 1)

“Oferecer melhores condições e salários dignos aos pais e ampliar o projeto do sisal (PETI ), para tirar as crianças do trabalho, porque as crianças que foram beneficiadas pelo PETI estão frequentando a escola o dia todo e mostram melhor desenvolvimento escolar? Porque estão preocupados somente com os estudos". (PRO 3)

“Melhorar as condições de vida dos pais, dando uma remuneração adequada pelo trabalho no sisal, pois quem trabalha no sisal não tem futuro, porque o trabalho no sisal prejudica o desenvolvimento da criança, a saúde e a frequência à escola". (PRO 5)

“Orientar mais os pais e ajudar os que não tem condições, aumentar o valor do PETI, implantar a jornada ampliada e porque o que se ganha com o trabalho no sisal é só para comer". (PRO 5)

#### **4.2.3 – Síntese dos Professores e Interpretação dos Resultados**

No que se refere ao perfil dos professores constatamos o seguinte, a partir da amostra estudada:

Em relação ao sexo, constatou-se que 85% dos entrevistados corresponde ao sexo feminino (Figura 4.10); são jovens e tem pouco tempo no exercício do magistério. Considerando-se o estado civil, evidencia-se que, 50% destes são casados (Figura 4.11). No tocante à formação, 100 % dos professores, que lecionam na área do sisal, tem apenas a formação de 2º. grau (Figura 4.12), sendo 80% efetivos (Figura 4.13). considerando a situação funcional destes professores, observa-se que, 10% destes desconhecem sua real situação, perante a Secretaria de Educação do município, e 10% na condição de designado, contratado temporariamente. Apesar da formação em nível superior não se

constituir como requisito, no momento, para o exercício do cargo, a procura do nível superior é uma preocupação destes, quando 65% afirmam que não pretendem continuar trabalhando na zona rural (Figura 4.18), porque pretendem, entre outras coisas, poder continuar os estudos. A participação destes, em atividades de formação ou atualização pedagógica (Figura 4.23 e 4.24) evidenciam esta preocupação em busca de uma melhor qualificação.

Em relação ao tempo de trabalho (Figura 4.14), nos chama atenção o fato de que, 65% dos professores tem menos de 4 anos, e 35% terem mais de 8 anos, o que acontece também em relação ao tempo de trabalho como professores em escola rural (Figura 4.15), evidenciando-se que nos últimos anos houve, um acelerado processo de substituição do quadro de professores do município. Observa-se, pois, que entre os 45% tem menos de dois anos lecionando na escola em que se encontra atualmente (Figura 4.16). Quanto ao que levou estes professores a optarem por lecionar em escola da zona rural (Figura 4.17) revela-se que, 65% estão ali porque não tem outra opção ou porque não encontraram vaga na cidade. Dai a afirmativa de 65% destes de que não pretendem continuar trabalhando em escola da zona rural (Figura 4.18).

Como se evidencia pela amostragem (Figura 4.19), 60% dos professores residem fora da comunidade onde trabalham e mais de 58% destes viajam entre 10 e 20 km, diariamente, para chegar à escola (Figura 4.20), o que exige destes mesmos professores, mais de 40 minutos para o deslocamento entre sua residência e a escola (Figura 4.21). Mesmo tendo que enfrentar, diariamente, um transporte irregular e dispor de boa parte de seu tempo viajando, muitos professores preferem morar na sede do município.

O exercício do magistério é para 80% destes professores sua ocupação principal, pois 20% destes exercem outras atividades (figura 4.22).

No que se refere às falas dos professores, e o que dizem, em síntese, constatou-se o seguinte:

Entre as causas apontadas como responsáveis pela evasão na escola rural, evidenciou-se como causas externas, o trabalho, as transferências e a falta de acompanhamento dos pais e, como causas internas, frequência irregular, falta de interesse e aproveitamento deficiente. Porém, todos direta ou indiretamente condicionados pela problemática sócio-econômica, decorrente do trabalho no sisal, seja da criança ou de seus familiares. As evidências, nas falas dos professores, apontam que os problemas referentes a frequência e evasão estão localizados fora da escola.

“Há uma diferença grande entre o aluno que trabalha e o que não trabalha. O aluno que trabalha falta muito as aulas e quando vai precisa sair mais cedo porque geralmente as roças são longes e elas precisam sair cedo para poder chegar a tempo de ajudar os pais no sisal”. (PRO 4)

Os altos índices de evasão e repetência estão assim profundamente vinculados à pobreza e ao padrão de desigualdade geral da região. As crianças de famílias pobres têm possibilidades de ingressar no sistema educativo, mas sua possibilidade de completá-lo está condicionada por sua situação sócio-econômica. Carências múltiplas, que vão desde a desnutrição - o que impede um rendimento educativo mínimo - até o nível de superlotação, passando pela pressão para que trabalhem desde muito cedo para trazer recursos, vão bloquear seu acesso à real educação.

Apesar de 80% destes afirmarem que o contato deles com os pais dos alunos é frequente (Figura 4.25), 50% destes afirmaram que este contato se dá apenas de mês em mês, enquanto outros 25% afirmaram que se dá apenas no final de cada unidade (Figura 4.25).

"Vê-se que as mães são convidadas apenas para a entrega de provas ou quando os filhos têm algum problema. Não existem, efetivamente, canais de participação que possibilitem um estreitamento da relação escola-pais-comunidade".

Quanto ao material utilizado na elaboração dos planos de aula, evidencia-se um certo equilíbrio entre a utilização de material extraído do cotidiano e o que é oferecido pelos coordenadores (Figura 4.26), no entanto o livro didático, seguido da cartilha, apresentam-se como os recursos mais utilizados (Figura 4.28). O baixo poder aquisitivo dos alunos e a inadequação ao meio rural, do material didático trazido pela coordenação, segundo alguns professores, apresentam dificuldades quanto à sua utilização na escola rural. Para atender às condições e necessidades da escola rural, as proposições vão todas no mesmo sentido, apontando que, o material deveria ser adaptado à realidade dos alunos, discutido com os professores e, mais próximo da realidade (Figura 4.29). As preocupações dos professores em relação a esta questão evidenciaram a inadequação do material didático utilizado e a ausência dos professores na discussão, escolha e elaboração do mesmo.

Sobre a interferência do trabalho nos estudos da criança, 95% dos professores afirmaram que atrapalha, provocando cansaço, sono, dispersão, entre outros problemas (Figura 4.30). No entanto quando inquiridos quanto à necessidade deste trabalho, o percentual anterior caiu para 85% (Figura 4.31). Mesmo entre os que acham não ser o trabalho da criança um trabalho necessário, ao fazer algumas proposições para mudar esta situação, uma parcela significativa destes professores ainda admitem o trabalho da criança, quando propõem entre outras coisas que estas possam, fazer alguma coisa mais leve, mais que possam ajudar os pais. Prevaleceu, no entanto, entre estas, as proposições que apontam

para a necessidade de melhorar as condições de vida das famílias, oferecer melhores salários aos pais, e aumentar o valor do PETI<sup>14</sup>.

### **4.3 - Escola e Trabalho Infantil na Perspectiva das Crianças**

No total foram aplicados 40 questionários e 5 entrevistas com crianças da área produtora de sisal, do município de Campo Formoso, das comunidades de Belas, Balduino, Lagedo Raso, Toca da Novilha, Mossinhos, Tiquara e Varzinha. As conclusões baseiam-se em médias e análises dos dados levantados, com crianças e jovens de idade até 14 anos.

#### **4.3.1 - Perfil das Crianças**

Buscando conhecer o perfil das crianças trabalhadoras do sisal foram levantadas, inicialmente, através de questionário, informações que pudessem caracterizá-los quanto à idade e gênero, idade de incorporação ao trabalho e suas causas, tipo de atividade que as crianças desempenham e, tempo de dedicação ao trabalho e remuneração que recebem semanalmente.

A investigação de outros aspectos ainda relacionados à criança trabalhadora, como o discurso destas e suas percepções em relação ao trabalho

---

<sup>14</sup>O PETI - Programa de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, é um programa do Governo Federal em parceria com os governos Estaduais, Municipais e algumas ONGs - Organizações Não Governamentais. Criado com a finalidade de desenvolver ações de prevenção e combate ao Trabalho Infantil, em todo o Brasil. O PETI tem como entidades, parceiras a nível nacional e estadual a OIT, o UNICEF, a CUT, e a CONTAG entre outras entidades regionais e municipais como MOC - Movimento de Organização Comunitária e diversas associações de pequenos produtores. Nos municípios, o PETI tem como principais executores, O Conselho Municipal da Assistência Social e o Grupo Gestor, constituído de representantes do Poder Público Municipal (Prefeituras e Secretarias da Educação e da Assistência Social) e de representante da Sociedade Civil Organizada (Sindicatos, Igrejas, Clubes de Serviços e Associações Comunitárias).



infantil e a educação na área do sisal, foram também preocupações levantadas nesta abordagem.

a) idade e gênero;

Segundo a idade, 15% das crianças que trabalham no sisal, tem menos de 5 anos; 25% tem entre 6 e 8 anos; 35% tem entre 9 e 11 anos; e 25% tem entre 12 e 14 anos. (Figura 4.33)

Segundo o sexo, 85%, dos pesquisados pertencem ao sexo masculino e 15%, ao sexo feminino.(Figura 4.34) Os dados não acusam uma participação muito significativa das meninas, entre os trabalhadores do sisal. As meninas via de regra estão mais presentes nas atividades domésticas ou cuidando de irmãos menores.

b) idade de incorporação ao trabalho, causas do ingresso no trabalho e tipo de atividades;

Entre as crianças e jovens que responderam ao questionário, é a seguinte a distribuição das crianças em relação ao ingresso no trabalho: 10% ingressaram antes dos 6 anos de idade; 32,5% ingressaram entre 7 e 9 anos; 32,5% ingressaram entre 10 e 12 anos; e 25% ingressaram depois dos 12 anos. (Figura 4.35)

Entre as causas apontadas pelas crianças, como determinantes para o ingresso no trabalho, 85% afirmaram que é para ajudar os pais na complementação da renda familiar e 15%, que ingressaram por outros motivos.(Figura 4.36) Apesar de nem todas as crianças e jovens serem efetivamente trabalhadoras do sisal hoje, pois algumas foram incorporadas ao PETI - Programa de Combate ao Trabalho Infantil, do Governo Federal, quase

todas afirmaram que as crianças que trabalham o fazem para ajudar a garantir uma complementação à renda e ao sustento familiar.

Quanto às atividades que desempenham as crianças no campo de sisal, lugar onde se desenvolve todo o processo de extração e produção da fibra, é a seguinte a distribuição percentual: 35% estão no corte da folha; 35% estão no transporte da folha até o motor; 15% estendendo fibras; e 15% residando. (Figura 4.37)

As atividades de corte e transporte de folhas são as que apresentaram maior concentração de mão de obra. Isso se evidencia por serem entre as atividades desempenhadas pela criança as que exigem menor esforço físico, apesar de todas essas atividades exigirem uma ampla jornada de trabalho que começa, às vezes, a partir das 4 horas da manhã.

c) tempo de dedicação ao trabalho, horário de trabalho, remuneração semanal e distância entre a residência e a escola;

Entre as crianças que responderam ao questionário, 52,5%, afirmaram que se dedicam ao trabalho no sisal todos os dias; 25%, que se dedicam às vezes e 22,5% , que não trabalham.(Figura 4.38) Somados os 52,5%, que trabalham todos os dias, com os 25% que trabalham esporadicamente, às vezes, evidencia-se que, 77,5% destas crianças estão de alguma forma envolvidos no trabalho no sisal.

Destes 77,5% das crianças que trabalham, seja em tempo integral ou de forma esporádica, 27,5% trabalham só pela manhã; 17,5% trabalham somente à tarde; e 32,5% trabalham o dia todo. (Figura 4.39)

O trabalho no sisal, na compreensão das crianças, é um trabalho árduo, que provoca muito sofrimento e não traz nenhuma recompensa, como se vê em suas falas.

Quanto ao ganho semanal: 65% responderam que o ganho da criança que trabalha no sisal varia entre 1,00 real e 5,00 reais; para 7,5%, fica entre 5,00 reais e 10,00 reais; para 2,5% fica entre 10,00 reais e 12,00 reais. Enquanto, 25% afirmaram que não ganham nada ou não souberam informar o valor do seu rendimento, na complementação do ganho familiar.(Figura 4.40) Vale ressaltar no entanto que as crianças, de modo geral não recebem essa remuneração pelo trabalho que desempenham, via de regra o ganho pelo seu trabalho é incorporado ao conjunto da produção familiar que é recebida pelo pai ou pela mãe, no dia da feira, quando o valor da produção é calculada e paga pelo comerciante, depois de deduzidos eventuais empréstimos, ou dívidas contraídas para a reposição de peças do motor ou para o tratamento de saúde de algum membro da família.

As distâncias médias percorridas pelas crianças, de casa até a escola variam bastante, entre 1 e 10 km.: 47,5% afirmaram que para chegar à escola andam menos de 2 km.; 27,5% que andam de 3 a 5 km.; 7,5% que andam de 6 a 8 km.; e 17,5% que andam até 10 km. (Figura 4.41)

### **4.3.2 – Discurso das Crianças**

A análise do conteúdo do discurso em relação às crianças procurou levar em conta a relação das crianças com a escola rural da área do sisal, tendo como referência alguns fatores de interferência no processo de aprendizagem presentes na relação trabalho e a escola, como frequência. Com esta análise, procurou-se, sobretudo, identificar na relação trabalho-estudo, os elementos de interferência

neste processo, como frequência à escola, nível de repetência e sua relação com o trabalho no sisal.

a) frequência escolar;

Quanto às perguntas formuladas em relação às atividades de estudo e incidência do nível de repetência na escola da área do sisal, constatou-se que: 82,5% das crianças que responderam ao questionário estão frequentando a escola; enquanto, 17,5% responderam que não estão estudando. (Figura 4.42) Entre os que não estão estudando, a principal justificativa é que nunca tiveram oportunidade, como nos evidencia o jovem (EVS, 14 anos, da comunidade de Tiquara):

“Nunca estudei porque não tive oportunidade. Sempre trabalhei no sisal porque é a única forma de sobrevivência. (...) comecei a trabalhar desde muito criança porque meus pais são pobres e eu trabalho para ajudar. (...) desde criança tive vontade de estudar, mas nunca tive oportunidade. (...) o trabalho atrapalha os estudos das crianças porque quem trabalha no sisal não tem tempo para estudar”. (CRI 1)<sup>15</sup>

“Quando eu cresci mais, que tinha sete anos e meu pai deixou de ganhar dinheiro, não conseguia ganhar mais para fazer a feira, eu fui trabalhar no sisal para ajudar ele”. (CRI 6)

“Quando a gente inteira sete anos, aí o pai da gente leva para o sisal, porque menino quando vai crescendo, vai comendo e aí o pai leva para o sisal para ajudar nas despesas de casa também”. (CRI 7)

---

<sup>15</sup> A fim de não expor publicamente as crianças que se dispuseram a responder a entrevista, identificamos os mesmos com o código CRI, recebendo cada um deles um número que é acrescido ao código.

b) repetência;

Quanto à repetência: 42,5% afirmaram já ter repetido o ano, enquanto 57,5%, afirmaram nunca ter repetido. Dos 42,5% que repetiram o ano, 41,2% afirmaram ter repetido apenas uma vez, enquanto 58,8% repetiram mais de duas vezes a mesma série. (Figura 4.43)

Na compreensão das crianças, o trabalho contribui para a evasão e a repetência, como se percebe pelos depoimentos:

"Muitos perde de ano por causa do trabalho, tem uns meninos aqui de 15 anos que estão na 3ª série e não tem condições disso, porque não teve oportunidade de estudar, ajudando os pais, trabalhando no motor e tem crianças muito atrasadas. (...) se sair do sisal só para se dedicar à escola aí não pode estudar com fome, aí tem que trabalhar para ajudar o pai". (CRI 7)

"Meu pai era pobre e não estava dando conta de manter a família, não tinha condições e eu fui trabalhar para ajudar ele trazer a feira para dentro de casa". (CRI 3)

"Meu pai não tinha condições de dar de comer a gente, aí eu tinha que trabalhar". (CRI 5)

"As crianças que trabalha no sisal perde de ano porque nas provas não vem quase metade, às vezes até porque tá doente e a professora pensa que é malandragem, que é porque não quer vir". (CRI 8)

"Nunca estudei porque não tive oportunidade. Sempre trabalhei no sisal, porque é a única forma de sobrevivência. Comecei a trabalhar desde

muito criança porque meus pais são pobre e eu trabalhava para ajudar".  
(CRI 2)

"Tem menino aqui (referindo-se à comunidade de Belas) que tem 18 e 19 anos e está na 3ª série e não tem condição disso, porque não teve oportunidade de estudar, ajudando os pais, trabalhando no motor".  
(CRI 7)

"O trabalho no sisal é muito triste, a gente que trabalha no sisal, não brinca, não faz nada, não pode fazer outra coisa, fica só botando a palha no motor". (CRI 5)

c) distância da escola;

Entre os fatores que contribuem para a evasão e repetência, segundo as crianças, a distância e o tempo gasto para chegar até a escola assumem significativa importância: 67,5% gastam até 10 minutos entre sua casa e a escola; 17,5% gastam entre 10 e 20 minutos; enquanto 15% gastam 30 minutos ou mais. (Figura 4.44)

Mesmo para as crianças que moram perto da escola, o deslocamento constante, de um canto para outro, dificulta a frequência à escola, como se percebe pelos depoimentos:

"A gente vai para o motor e quando chega, meio-dia, não dá tempo para fazer o dever, não pode jogar bola, não pode fazer nada, e a professora ainda vem reclamar com a gente". (CRI 2)

"Eu moro perto da escola, mais o trabalho é longe e a gente muda muito de um lugar para outro. O motor que nós trabalha (referindo-se a família) estava lá em cima e agora já está lá embaixo". (CRI 8)

d) trabalho e rendimento escolar.

Quanto à influência do trabalho em relação ao rendimento escolar, as crianças ao serem entrevistadas foram unânimes em afirmar que o trabalho prejudica o rendimento escolar, como se vê pelos depoimentos:

"O pai bota a gente para trabalhar e a gente perde a escola todo dia, só para trabalhar no motor". (CRI 3)

"O trabalho atrapalha porque na hora da gente estar estudando tá no trabalho, outras vezes a gente chega atrasado na escola e aí não entra mais, então a gente fica triste, mas é obrigado a voltar para o trabalho". (CRI 9)

### **4.3.3 – Síntese das Crianças e Interpretação dos Resultados**

Em relação ao perfil das crianças, pelos números levantados vê-se que, há um percentual de 40% de crianças menores de 14 anos trabalhando na cultura do sisal, sobretudo na faixa etária de 9 anos. Entre estes se evidenciou que há um percentual de 15% do sexo feminino. Os dados nos mostram que na região não existe uma idade mínima limite para o ingresso no trabalho nem distinção de sexo, apesar da criança do sexo feminino apresentar um menor percentual.

Quanto os motivos que levam estas crianças a ingressar no trabalho, percebe-se que 85% dos casos registrados foi para ajudar na complementação da

renda familiar (Figura 4.36). Apesar da presença da criança em todas as atividades do processo, destacam-se as atividades de corte e transporte de fibras, como as atividades que registram maior presença, com um percentual de 30% (Figura 4.37). O trabalho da criança na cultura do sisal, além de ser uma atividade intensa e desgastante para as crianças, não representa montante significativo na composição da renda familiar, quando 65% das crianças ganham no máximo 5,00 por semana, conforme a figura 4.40. Os dados coletados nos evidenciam, ainda, que a problemática da frequência e da evasão escolar, nesta região, estão diretamente relacionadas ao trabalho na cultura do sisal. Vê-se que, os atrasos escolares de algumas crianças, como se constata pelas entrevistas, são atribuídas ao trabalho:

É evidente, no entanto, que o atraso escolar não está exclusivamente associado ao trabalho no sisal, mas este associado a outros fatores, como a situação de pobreza das famílias, à distância que as crianças precisam percorrer e o tempo gasto diariamente para chegar à escola, nos parecem os principais responsáveis pela repetência que atinge 42,5% dos alunos da escola rural desta região (Figura 4.40).

Em relação ao que dizem as crianças no tocante aos programas governamentais de combate ao Trabalho Infantil, a exemplo do Bolsa Escola e do PETI - Programa de Prevenção e Combate ao Trabalho Infantil, implantados na região a partir dos anos 2000 e 2001, evidenciou-se que existe ainda hoje um elevado percentual de crianças trabalhando no sisal. Vale ressaltar que, embora a participação das crianças nesses programas governamentais não tenha sido uma preocupação deste estudo, vê-se que 40% das crianças que responderam ao questionário não tem nenhuma participação nos mesmos. Alguns nunca estudaram, porque segundo eles nunca tiveram oportunidade de frequentar uma escola. Estes dados, associados às distâncias que muitas crianças precisam percorrer diariamente para chegar até a escola, nos parecem os principais



responsáveis pelo elevado índice de repetência que atinge 42,5% dos alunos. Para mais de 32,5% das crianças, o tempo mínimo necessário para o deslocamento de casa a escola é de mais de 20 minutos. O atraso escolar não está relacionado exclusivamente ao trabalho, mas ao caráter e a forma exagerada em que se dá esse trabalho.

"Quem trabalha no sisal não têm alegria de jeito nenhum, só tem tristeza, porque se fura muito na hora que vai botar palha e não tem alegrias de jeito nenhum. (...) não tem recompensa de jeito nenhum, porque mesmo com o trabalho das crianças, o que o pai ganha não dá nem para fazer a feira, então não há recompensa. (...) as crianças que trabalham no sisal tem delas que nem para a escola pode ir, vai para o motor e lá se fura, se corta e tem que trabalhar para ajudar o pai e a mãe". (CRI 7)

O índice de reprovação é maior com as crianças que trabalham, como resultante do cansaço, da fadiga e da mobilidade das crianças, que têm como consequência à descontinuidade dos estudos. Somente 25% das crianças entrevistadas, apenas estudavam e não tinha necessidade de trabalhar.

Uma última evidência em relação à criança da área do sisal é que por usarem mais tempo do que o necessário para completar cada ano escolar, por conta da reprovação ou descontinuidade, essas crianças têm sua escolaridade atrasada, provocando-se o crônico problema da questão idade-série.

#### **4.4 - Síntese Geral:**

A título de síntese geral, destacamos aqui, a partir das perspectivas levantadas pelos pais, professores e crianças, algumas constatações que julgamos

significativos para o aprofundamento do debate e compreensão desta problemática do trabalho infantil e sua relação com o processo escolar.

Inicialmente, constatou-se que 62,5% dos pais, assim como 15% dos professores que responderam ao questionário, acham necessário o trabalho das crianças, concordam que se os pais se utilizam deste recurso, do trabalho das crianças, é porque precisam do trabalho das mesmas, justificando assim a sua utilização como último recurso das famílias.

Não se pode, contudo, afirmar isto como prática que ocorre em todas as famílias, pois 15% destas afirmaram que não acham necessário, em hipótese nenhuma, o trabalho da criança.

Considerando as diferenças peculiares de cada um, vê-se que, uma parcela significativa dos pais, assim como dos professores, admitem o trabalho da criança, embora os professores que admitem esta possibilidade concordem que o trabalho da criança só deve acontecer depois dos 10 anos.

Não se apresentaram diferenças significativas quanto às opiniões emitidas pelos pais e professores em relação aos aspectos ora discutidos. É, contudo, um pouco superior à percentagem dos pais que acham que crianças e jovens precisam trabalhar. Os argumentos dos entrevistados, sejam pais, professores e até crianças, que acham necessário esse trabalho, apoiam-se na necessidade econômica, de que se reveste o trabalho exercido pela criança: para se manter, para comprar as coisas de que precisam ou para ajudar os pais. Outros, no entanto, apontam mais para a dimensão do aprendizado - "é bom para ele aprender, aprender a viver a vida dura", "evita de estar brincando e aprendendo coisa errada". O trabalho é importante como forma de aprendizado. Através dele (do trabalho), se aprende a prática da ocupação e se aprendem os valores inerentes

ao trabalho. Este trabalho dar-se-ia, entretanto, sempre no âmbito da família, que assume então, nesse processo, o papel de agência educativa.

Vale ressaltar, no entanto, as diferenças de opiniões quanto aos prejuízos do trabalho em relação aos estudos da criança. Enquanto para os professores o trabalho é fator determinante da evasão escolar, para alguns pais o trabalho, além de assumir importante papel na complementação da renda familiar, não acarreta falta às aulas, em prejuízo aos estudos.

Embora admitam que em condições favoráveis às crianças e jovens devam apenas estudar, vê-se que 52,5% trabalha e estuda, especialmente a partir dos 7 anos. Concluiu-se que 77,5% das crianças que estão estudando o fazem conciliando com o trabalho em outro turno.

Da mesma forma o estudo também é muito importante para estes, como forma de preparo para uma ocupação futura. Atribui-se à escola, neste caso um papel fundamental na preparação para o futuro. A educação se constitui para algumas famílias, assim como para os professores(as) e crianças, como importante instrumento para ajudar a fugir da atual situação de exploração em que se encontram.

Destacando a importância do trabalho dos filhos desde cedo, ainda em idade escolar, visando a sua formação e para evitar que fiquem “medindo estrada”, brincando, alguns pais não descartam a importância econômica que o trabalho dos filhos menores de 14 anos assume para a família. Assim, a iniciação ao trabalho pelas crianças do sisal, reveste-se de dois significados que se complementam: o econômico, pela importância que o trabalho infantil desempenha na composição da renda familiar, e o educativo, pelo significado que esta iniciação tem na preparação profissional dos filhos e na formação moral que o trabalho representa.

Vê-se, no entanto, que embora alguns pais entendam que seus filhos devam começar a trabalhar desde cedo, gostariam também de dar a estes a oportunidade de estudar, o que implica efetivamente em uma situação de concomitância entre estudo e trabalho. Esta situação de concomitância, estudo e trabalho, apesar de valorizada pelos pais, como forma de ocupar todo o tempo dos filhos, evitando que fiquem "brincando" e "soltos", fazendo traquinagem, coisas erradas, é vista também, por alguns professores e pelas próprias crianças, como entrave para o processo de ensino aprendizagem, pelo fato das crianças que trabalham valorizarem mais o trabalho do que a escola, além de chegar à escola cansadas e atrasadas para o horário da aula.

Se há uma certa diversidade de opiniões quanto à idade de ingresso ao trabalho e aos prejuízos do trabalho no rendimento escolar da criança, o mesmo não se pode dizer com relação à importância atribuída à escola no preparo da criança para o futuro. A maioria dos pais acha que seus filhos devem começar a trabalhar desde cedo, mas por outro lado gostariam de dar a eles a oportunidade de estudar, o que implica, efetivamente, na situação de concomitância anteriormente citada, entre trabalho e estudo, com prejuízos aos estudos. Não se percebe, portanto, discordância entre os pais, professores e crianças, quanto à importância da escola. Os pais, como os professores e as próprias crianças compreendem que o período que as crianças e jovens dispensam a escola é importante, especialmente para melhorar de vida no futuro.

Em linhas gerais evidenciou-se que:

- a) apesar da opinião de alguns pais e professores, de que as crianças até os 14 anos devem apenas estudar, a evasão escolar das crianças até esta idade é real, no trabalho no sisal;
- b) mesmo considerando a importância da escola como possibilidade de melhorar seu futuro, nem todas as crianças, até os 14 anos estão na

escola, porque precisam trabalhar para ajudar na complementação da renda familiar;

- c) o trabalho no sisal mesmo para as crianças que estão estudando, se impõe como necessidade, que deve ser conciliada com os estudos, em turno oposto ao da frequência à escola;
- d) na opinião de alguns destes pais e professores, crianças e jovens deveriam começar a trabalhar ainda em idade escolar, mas também deveriam estudar, para preparar-se para poder desempenhar outras atividades, especialmente urbanas no futuro;
- e) a iniciação ao trabalho, das crianças do sisal, assume ao mesmo tempo, as dimensões de aprendizado do trabalho dos pais, formação moral e atendimento das necessidades econômicas. A iniciação da criança ao trabalho, nesta compreensão, além de possibilitar a mesma, a aprender um trabalho que lhe garanta o sustento e possa ser útil no futuro, estaria também contribuindo para a incorporação de valores, pela criança, imprescindíveis à sua formação moral;
- f) o trabalho experimentado pelas crianças, conforme seus próprios, é “triste”, é “penoso”, impede-os de viver a infância, de ser criança.

## **CAPITULO V**

### **INTEGRAÇÃO ENTRE OS OBJETIVOS DA PESQUISA E OS RESULTADOS**

Procurando responder aos questionamentos e preocupações que suscitaram o presente estudo, passa-se aqui a relatar a relação entre a preocupação da pesquisa e os dados coletados, depois de expostos e analisados.

Levando-se em conta os objetivos propostos para este estudo e os resultados colhidos, a partir das análises dos dados junto aos pais, professores(as) e crianças, percebe-se que não há diferenças significativas entre estes, quanto a forma de conceber a relação Escola e Trabalho Infantil.

Apesar das observações já realizadas, em relação aos dos dados colhidos já terem sido exaustivamente observados, julga-se oportuno apresentar algumas considerações, através das quais se procura retomar os questionamentos iniciais da pesquisa e sua relação intrínseca com os dados coletados.

No que tange ao primeiro objetivo, “analisar em que medida as condições de vida e de trabalho influem no desempenho escolar das crianças trabalhadoras no sisal”, na opinião dos pais, professores(as) e crianças, a precária situação financeira leva as famílias a solicitarem dos jovens e crianças, a partir dos 7 anos, seu ingresso no trabalho em jornadas igual a dos adultos, o que implica, em geral, num alto índice de repetência e no abandono à escola. O nível de instrução das crianças sofre, decididamente, com essa imposição do trabalho, pois elas não

podem freqüentar a escola e ainda assim, quando freqüentam, o fazem em condições de igualdade totalmente desfavoráveis em relação às outras crianças que apenas estudam.

Alguns elementos de análise podem ser destacados a partir dessas observações: a primeira delas é que a desnutrição acompanha o aluno carente, acarretando um pequeno aproveitamento durante as aulas; a segunda é que, ao concluir a 4<sup>a</sup>.série que é proporcionado na própria comunidade onde residem, muitas crianças passam a se dedicar exclusivamente ao trabalho para ajudar no orçamento da família, abandonando totalmente a escola. A terceira é que, mesmo as crianças que continuam a freqüentar a escola dispõem de pouco tempo para estudar, pois não podem deixar de trabalhar e, acima de tudo, não dispõem de recursos para a aquisição do material escolar. Observa-se que, uma parcela significativa das crianças, não conta com uma estrutura familiar que lhes permitam freqüentar uma escola, em condições normais, na medida em que certas condições materiais não lhes são proporcionadas. Constata-se que algumas crianças, como nos evidenciam as falas dos próprios pais, necessitam trabalhar a fim de contribuírem para garantir a sobrevivência do grupo familiar, como nos revela o depoimento de um trabalhador:

“a vida de quem trabalha no sisal é muito difícil. A gente acorda 4 horas da manhã, toma um cafezinho, quando dá certo, e entra no campo (no trabalho) e quando é meio dia a gente pára um pouquinho, para tomar água e comer alguma coisa, quando tem, e só para quando o sol já está entrando e começa a escurecer. Quando chega no dia da feira o dinheiro que a gente ganhou não dá nem para comprar os alimentos que a gente precisa (PA 3).

Nesta tentativa de compreensão dos processos que dão origem ao trabalho infantil na cultura do sisal e a evasão escolar nesta região, uma questão

importante que ai se coloca é a questão da pobreza material, como bem salienta DEMO (1988, op.cit), que também assumo nesta abordagem:

“na pobreza não encontramos somente o traço da destituição material, mais igualmente a marca da segregação, que torna a pobreza produto típico da sociedade, variando seu contexto na história, mas se reproduzindo na característica de repressão no acesso às vantagens sociais. Por isso pobreza é sempre também humilhação, degradação, subserviência, e não só fome” (p.10 e 11).

Esta é também a compreensão de uma professora, a partir da sua experiência vivida na escola rural da região:

“a repetência, aqui na nossa escola é ocasionada, principalmente, por motivo econômico. As famílias têm que levar os filhos para o trabalho porque se não fizer isso no fim da semana não tem como comprar as besteiras para se manter. As crianças saem de casa cedo, com os pais, para o trabalho, às vezes com sono e sem comer e quando chegam na escola, cansados, não tem mais vontade de fazer nada. (PA 3)

Como bem já salientei, de uma série de conseqüências sociais indesejáveis do trabalho infantil, a mais grave é o prejuízo que o trabalho causa à educação escolar das crianças, com conseqüências na sua futura inserção no mercado de trabalho, dado que, as inovações tecnológicas, têm requerido um novo tipo de trabalhador que tenha, antes de tudo, bom nível de escolaridade.

Tais evidências reforçam os argumentos inicialmente defendidos, a partir da fala de MARTINS (1991), de que a necessidade imperiosa do trabalho precoce:



“diminui as possibilidades de obtenção de escolarização formal e profissionalização, empurrando esse contingente para as posições ocupacionais mais desfavoráveis, onde os níveis de remuneração são os mais baixos e a intermitência e a insegurança acusa taxas elevadas”.  
(p. 88)

Os pais das crianças trabalhadoras, apesar de terem sido privados da educação escolar e, em sua maioria terem sido educados através do trabalho atribuem grande importância à escolarização dos filhos. A preocupação maior dos pais é que seus filhos tenham a posse do conhecimento sistematizado para que adquiram os instrumentos necessários ao ingresso no mercado de trabalho, sobretudo nos centros urbanos, onde na compreensão destes o trabalho é menos escravizante. A educação escolar é valorizada, pois acreditam que através dela os filhos possam se tornar pessoas mais preparadas e com maiores e melhores possibilidades de acesso a outros tipos de trabalho na cidade.

No que tange ao segundo objetivo, “analisar de que forma as crianças, pais e professores concebem a relação trabalho e desempenho escolar das crianças da região sisaleira”, o que se nota também, a partir dos dados analisados, é que não há diferenças significativas de opiniões entre pais e professores quanto à forma de conceberem o trabalho infantil.

O estudo dos filhos é sempre prioritário na resposta dos pais, porque é o único meio através do qual a criança pode um dia negar o destino dos pais e ter, no futuro, um emprego melhor e mais estável. Mas esse futuro, almejado pelo desejo do estudo, concorre com a necessidade do trabalho precoce que, por sua vez, acaba sendo um dos principais motivos pelos quais as crianças do sisal deixam a escola, após poucos anos de frequência, não raro com repetências sucessivas.

A maioria dos pais vêem a escola como o principal meio para que seus filhos possam um dia ter uma vida melhor. Eles (os pais) tem sonhos de que seus filhos possam morar na cidade e ter uma ascensão social que eles não tiveram, para que não passem pelo mesmo sofrimento que eles passaram ou ainda passam. Eles vêem a escola como a única alternativa para que seus filhos não reproduzam a sua própria realidade, como nos fala uma trabalhadora:

“gostaria muito que meus filhos estudassem, para que não cresçam como eu, sofrendo no sisal e sem saber fazer nem um bilhete. A criança que trabalha e não estuda é sem futuro, é destinada a sofrer no sisal como os pais, que trabalha a vida inteira e nunca pode comprar nem um sapato ou uma roupa decente”( PA 10)

Trabalhar e estudar, ao mesmo tempo, foi mencionada pelos professores como a dificuldade mais sentida pelos alunos que, depois de tentarem algum tempo, desistem antes mesmo de completar o ensino fundamental. Trabalhar pesado o dia todo ou que seja somente a metade, acordando ainda cedo, alimentando-se mal e estudar não dá.

Estudos de ANTUNIASSI (1983) são especialmente ilustrativos dessa relação, e confirmam os resultados aqui apresentados:

“crianças precocemente incorporadas à força de trabalho, familiar e/ou produtiva são sensivelmente prejudicadas nos seus estudos: a) porque perdem física e psicologicamente as condições de atenção e aproveitamento escolar; b) porque, possuem um mínimo de tempo efetivo para a realização de suas tarefas escolares; c) porque, com freqüência são sazonalmente retiradas da escola quando, nos momentos de urgências agrícolas são convocadas para o trabalho intenso junto a seus familiares, ou nas equipes de lavouras volantes” (p.95-96).

## CONCLUSÃO

A possibilidade de aproximar as contradições e entendimentos sobre a relação Trabalho Infantil e Ensino Fundamental na região sisaleira do município de Campo Formoso, permitiu desde sua discussão inicial sobre a formação da sociedade brasileira, discutir o ingresso da criança no mercado de trabalho e posteriormente as limitações impostas à criança trabalhadora do sisal.

O estudo focalizando esses processos e a tentativa de compreensão das relações que ai se estabeleceram, tendo como referencial a incorporação da criança no mercado de trabalho e a incorporação da criança no trabalho do sisal em Campo Formoso, apontaram para significativas conclusões.

Embora preservando certa autonomia, formal, e trabalhe para si próprio, como é o ganho por produção, na verdade os(as) trabalhadores (as) do sisal estão, nas condições atuais, subjugados pelo processo de produção que expropria desses trabalhadores todo o excedente da sua produção.

As mudanças ocorridas no campo, implementadas pelo processo de modernização da agricultura, impulsionada a partir da década de 70, provocaram alterações nas relações de trabalho, gerando perdas significativas ao trabalho assalariado. A desvalorização da fibra do sisal no mercado internacional aliada a outros fatores de ordem interna como a falta de políticas agrícolas, registrada nas últimas décadas, provocaram violento achatamento salarial, que fez reduzir o poder de compra e a capacidade de reprodução destes trabalhadores. Os dados levantados durante a pesquisa nos levam a inferir que a perda do poder aquisitivo vem induzindo o chefe de família da área do sisal a recorrer, como estratégia, para elevar a renda familiar e garantir sua sobrevivência a utilização da força de trabalho da família, esposa e filhos.

Outra limitação imposta às condições de reprodução dos trabalhadores do sisal, evidenciada na pesquisa, que conduz ao uso do trabalho da criança, diz respeito à baixa produtividade do sistema de produção desta cultura, baseada em um sistema de produção artesanal e tecnologia pouco desenvolvida.

Assim o trabalho da criança e do adolescente na cultura do sisal está submetido ao processo de empobrecimento da população. A situação de pobreza, a exploração em que estão submetidos e a incapacidade das famílias de garantir a sua própria reprodução obriga os pais a recorrerem ao trabalho dos filhos.

A análise dos questionários e entrevistas, aplicados aos pais, professores e crianças, que atuam na área do sisal, evidenciou que, apesar dos programas governamentais em curso na região (PETI, Bolsa Escola ...), ainda é bastante elevado o número de crianças trabalhando na cultura do sisal, o que vem provocando descontinuidade e atraso escolar das crianças desta região.

A criança trabalhadora do sisal tem sua escolaridade atrasada usando mais tempo do que o esperado para completar cada ano escolar, por reprovação ou descontinuidade ou ainda por ingresso tardio à escola.

A maioria dos alunos que abandonam a escola rural, na área do sisal, como se evidenciou pelos discursos, ocorre, sobretudo, pela dificuldade de enfrentar uma escola depois de intensa jornada de trabalho.

À distância de casa à escola e ao local de trabalho, para algumas crianças, muitas vezes também desfavorecem a freqüência dos alunos trabalhadores que, normalmente, para chegar até a escola andam em média mais de 3 Km. a pé, mostraram os números da pesquisa. Essas dificuldades, aliadas ao cansaço, aos poucos vão impondo ao aluno as suas limitações para continuar

estudando e este não tem outra alternativa se não conformar-se com a sua “impossibilidade” ou “incapacidade” de obter a escolarização.

Além disso a cobertura que o sistema educacional dispensa às áreas rurais é insuficiente e deficiente em toda a região. Como se viu pelos depoimentos dos professores(as), o acompanhamento dispensado às escolas rurais, pela administração municipal, é deficiente e, suas ações, são o reflexo e repetição, do que se aplica nas zonas urbanas, sem levar em conta o contexto em que essas escolas estão inseridas.

Os resultados alcançados a partir da análise dos dados evidenciaram, ainda, como causas imediatas do atraso e entrada tardia na escola da criança da área do sisal, o deslocamento constante, de seus pais, de fazenda em fazenda ou de uma comunidade para outra. A rotatividade entre os locais de trabalho destes trabalhadores, que são levados a um constante deslocamento de lugar, em busca de novos campos de sisal, conduz uma parte significativa das crianças trabalhadoras a abandonar a escola por pequenos períodos ou de forma permanente.

As causas externas somam se às causas internas igualmente graves da crise educacional que historicamente se estabeleceu na escola rural.

A análise dos dados em relação à escola apontaram para a seguinte conclusão:

A organização da escola rural da área do sisal, nos moldes em que funciona, parece insuficiente ou inadequada para atender às necessidades da crianças da região, filhos de trabalhadores rurais. Os dados levantados na pesquisa evidenciaram que as atividades pedagógicas do professor da escola da área rural não diferem da escola urbana.

A discussão do coordenador pedagógico, com os professores para discutir aspectos importantes, voltados ao desempenho do trabalho do(a) professor(a) e a elaboração de material didático a ser trabalhado, pelos dados levantados nas entrevistas, percebeu-se que é praticamente inexistente.

O fato da rede escolar da escola rural contar com um professorado relativamente novo, pois mais de 50% tem menos de 4 anos no exercício da profissão, não deve ser necessariamente interpretada como existência de recursos humanos mais capacitados para o ensino fundamental da escola rural, pois 90% destes tem apenas o 2º. grau e 10% tem apenas o 1º grau.

Por outro lado, como se apresentaram os dados da pesquisa, muitos professores foram levados a exercer a função no magistério por não encontrar outra ocupação no mercado. Da mesma forma 65% dos professores afirmaram que estão trabalhando em escola na área rural porque não encontraram vaga na sede do município ou porque não tem outra opção.

No que tange à participação da comunidade na escola, apesar dos dados evidenciarem a participação das mães na escola, elas são convocadas somente na entrega de provas ou quando o filho tem algum problema. Não existem, efetivamente, canais de participação que possibilitem um estreitamento da relação família-escola. Participar não significa buscar boletim e resultado de frequência, senão tomar parte, contribuir e juntar forças para alcançar um objetivo comum, que seria trabalhar conjuntamente para a existência de uma escola mais aberta, sem preconceitos e de qualidade.

Concluindo, este nosso estudo nos mostra que estamos longe de um encaminhamento que possibilite a reversão, a curto e médio prazo, da crítica situação do aluno submetido ao trabalho na região sisaleira.

Contudo os resultados aqui apresentados podem fundamentar a elaboração de programas especiais e principalmente de políticas públicas que contribuam para uma efetiva transformação do quadro apresentado. Transformação que passa pela necessidade de mudanças substanciais, na sociedade como um todo, na zona rural, no enfoque das políticas públicas e, sobretudo, na própria escola, que como os trabalhadores do sisal, convivem com múltiplas carências.

## ANEXO I

### Questionário Para Traçar o Perfil da Criança

01. Comunidade/Fazenda \_\_\_\_\_ Nome da escola \_\_\_\_\_

02. Idade \_\_\_\_ anos. Sexo  Masculino  Feminino

03. Naturalidade \_\_\_\_\_

Filiação: Pai \_\_\_\_\_ Vivo  Sim  Não

Mãe: \_\_\_\_\_ Viva  Sim  Não

04. Há quanto tempo trabalha no sisal?

\_\_\_\_\_

Trabalha para ajudar o pai ou mãe na renda de casa ?  Sim  Não

Que atividade faz no sisal?

\_\_\_\_\_

Trabalha :  Todo dia  Às vezes

Que horário trabalha:  Manhã

Tarde

O dia todo

Quanto ganha ?

\_\_\_\_\_

05. Estuda:  Sim  Não Que Série \_\_\_\_\_

06. Já repetiu algum ano de estudo ?  Sim  Não Quantos \_\_\_\_\_

07. Tempo gasto para ir à Escola \_\_\_\_\_ Distância de casa à escola \_\_\_\_\_

Se não estuda Porque ? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



**ANEXO II****Questionário Para Professores(as)**

01. Nome da Escola. \_\_\_\_\_ Comunidade/Fazenda \_\_\_\_\_
02. Horário de Funcionamento: \_\_\_\_\_
03. Professor(a) Sexo \_\_\_\_\_ Estado Civil \_\_\_\_\_
04. Ocupação do Cônjuge se for casado(a) \_\_\_\_\_
05. Nível de formação: ( ) 1º grau ( ) 2º grau ( ) 3º grau ( ) completo ( ) incompleto ( )
06. Situação funcional nesta escola: ( ) efetivo (a) ( ) designado ( ) contratado ( ) outra situação. Qual \_\_\_\_\_
07. Participa de algum tipo de formação/aperfeiçoamento? ( ) Não ( ) Sim  
Em caso afirmativo, de que tipo? \_\_\_\_\_
08. Participou de algum tipo de treinamento de atualização técnico-pedagógica nos dois últimos anos? ( ) Não ( ) Sim Em caso afirmativo, que tipo?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
09. Há quanto tempo trabalha como professor(a)? \_\_\_\_\_
10. Há quanto tempo trabalha na zona rural? \_\_\_\_\_
11. Há quanto tempo trabalha nesta escola? \_\_\_\_\_
12. Porque está trabalhando na zona rural? \_\_\_\_\_
13. Você pretende continuar trabalhando nesta escola? ( ) Sim ( ) Não  
Porque? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_



22. Você tem oportunidade de ter contatos com as famílias de seus alunos ?  
( ) Sim. Com que frequência ? \_\_\_\_\_  
( ) Não. Porque ? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
23. Em que o professor(a) se baseia para planejar as suas aulas ?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
24. Para desenvolver sua programação, quais os materiais didáticos utilizados:  
( ) Cartilha ( ) Livro. Qual ? \_\_\_\_\_  
Outros : \_\_\_\_\_
25. Quais as principais dificuldades encontradas na utilização desse material ?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
26. Para ser adequado à Zona Rural, como este material deveria ser ?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
27. Como é o rendimento escolar do aluno que trabalha ?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
28. Na sua opinião, o trabalho no sisal atrapalha os estudos da criança?  
( ) Sim ( ) Não Em caso positivo, de que forma ? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
29. Você acha necessário a criança trabalhar ? ( ) Sim ( ) Não  
Porque ? \_\_\_\_\_
30. Na sua opinião, o que fazer para mudar essa situação ?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**ANEXO III****Questionário para os pais**

1.1 Nome \_\_\_\_\_  
Comunidade \_\_\_\_\_

1.2 Idade \_\_\_\_\_ Estado Civil \_\_\_\_\_ Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino

1.3 Número de filhos \_\_\_\_\_ Tem quantos menores de 14 anos? \_\_\_\_\_

1.4 Há quanto tempo reside nesta comunidade? \_\_\_\_\_

1.5 Há quanto tempo trabalha no sisal? \_\_\_\_\_

1.6 Na sua opinião o trabalho no sisal atrapalha os estudos dos filhos?

( ) Sim ( ) Não

Em caso positivo de que forma? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

1.7 Você acha necessário o trabalho dos filhos? ( ) Sim ( ) Não

Porque? \_\_\_\_\_

1.8 O que você acha do filho menor ter que trabalhar?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

## **ANEXO IV**

### **Entrevistas Com Crianças**

1. Escolaridade.
2. A vida antes do trabalho no sisal.
3. Quando e porque começou a trabalhar no sisal.
4. Alegrias e recompensas conseguidas no trabalho.
5. Como vê a escola?
6. O trabalho influi no seu rendimento escolar? Como? De que forma?

## **ANEXO V**

### **Entrevista Com os Pais**

1. Onde residiu nos últimos dois anos?
2. Atividades que exerceu.
3. Como e porque começou a trabalhar no sisal?
4. Alegrias e recompensas conseguidas no trabalho no sisal.
5. Renda per capita familiar.
6. Expectativas, em relação ao futuro dos filhos.
7. Como vê o trabalho dos filhos menores?
8. Se o trabalho influi de alguma forma no rendimento escolar dos filhos?

## **ANEXO VI**

### **Entrevista Com os(as) Professores(as)**

1. Onde residiu nos últimos dois anos?
2. O que o levou a ensinar na escola rural?
3. Alegrias e recompensas conseguidas com o trabalho na escola rural.
4. Preocupações em relação ao Trabalho Infantil
5. Comparação do rendimento escolar das crianças que trabalham com os que não trabalham.
6. Como é o rendimento escolar da criança trabalhadora ?

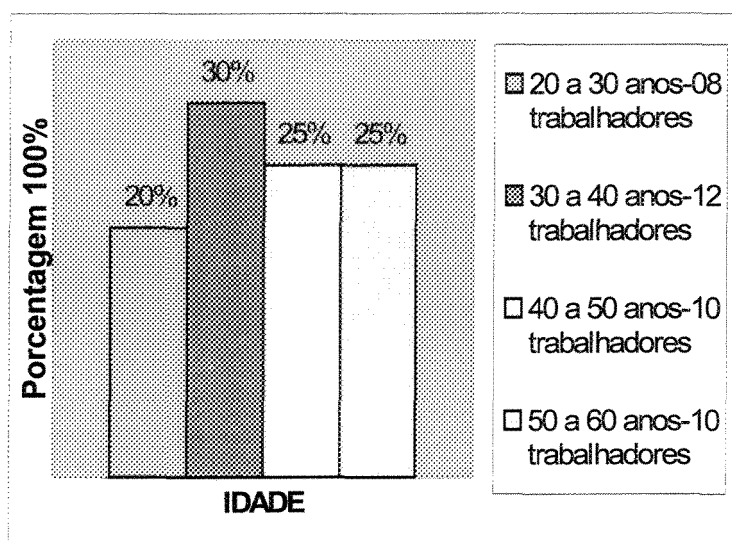
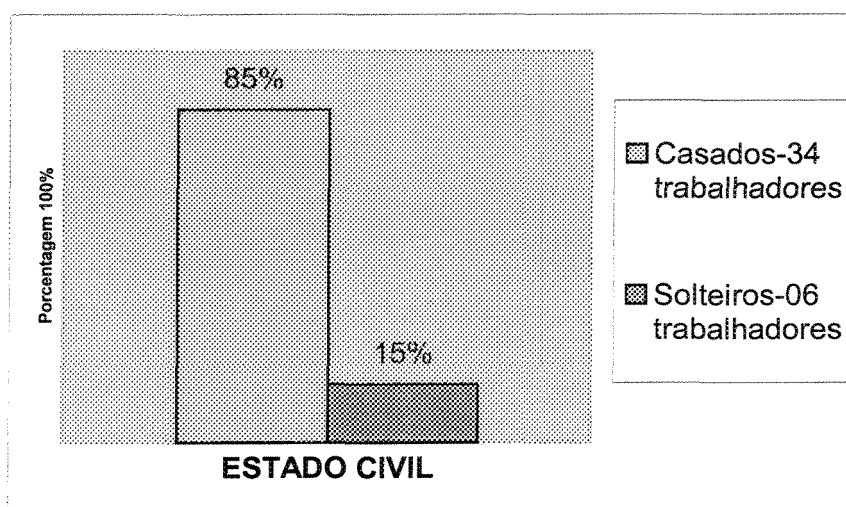
**ANEXO VII****DADOS EM RELAÇÃO AOS PAIS****FIGURA 4.1 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS TRABALHADORES DO SISAL SEGUNDO A IDADE****FIGURA 4.2 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SEGUNDO O ESTADO CIVIL**



FIGURA 4.3 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SEGUNDO O SEXO

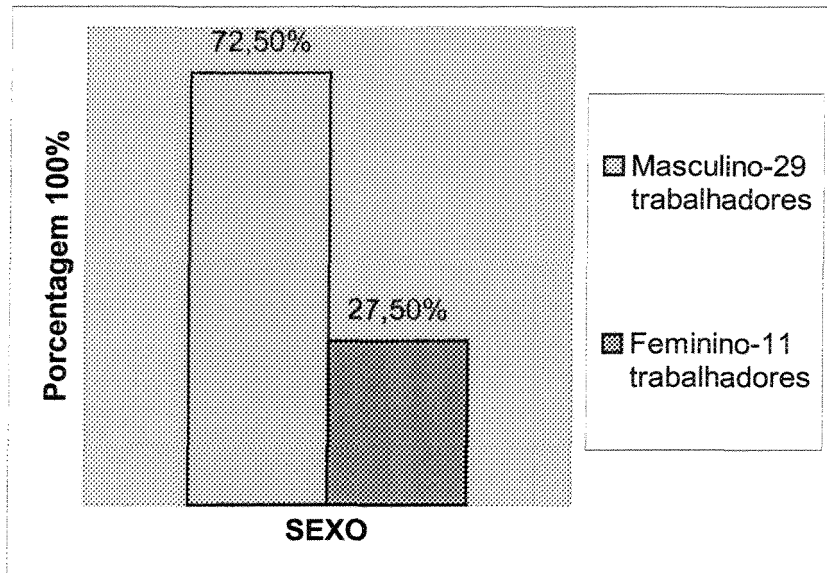


FIGURA 4.4 - DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE FILHOS, SEGUNDO AS FAMÍLIAS

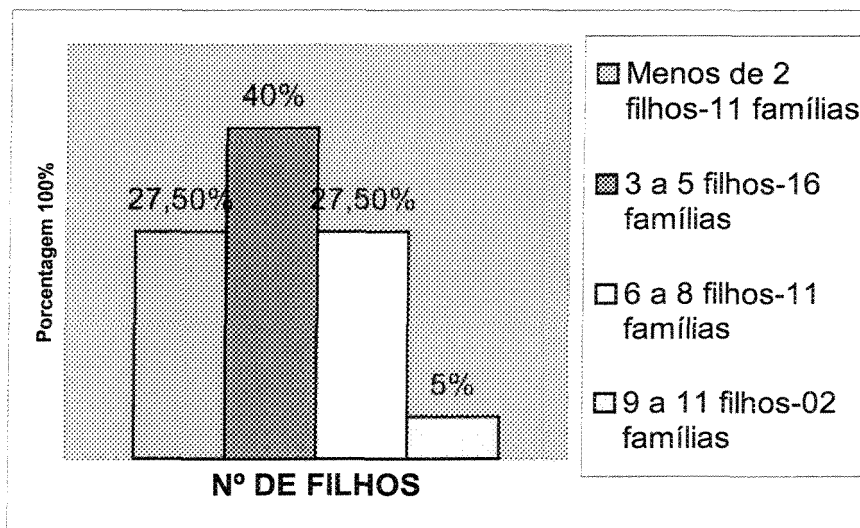


FIGURA 4.5 - DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE FILHOS MENORES DE 14 ANOS

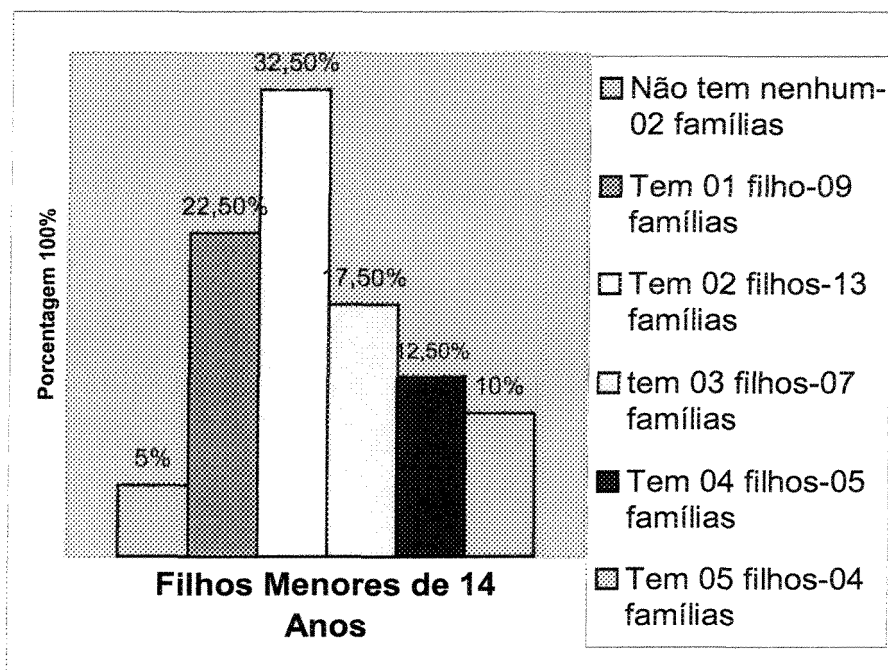


FIGURA 4.6 - TEMPO DE RESIDÊNCIA NA COMUNIDADE

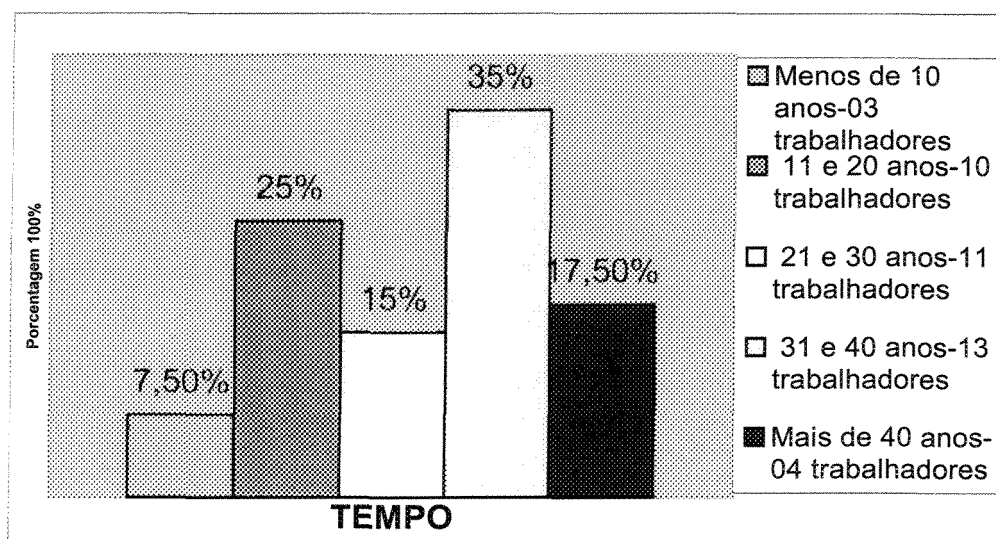


FIGURA 4.7 - DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES POR TEMPO DE TRABALHO NO SISAL

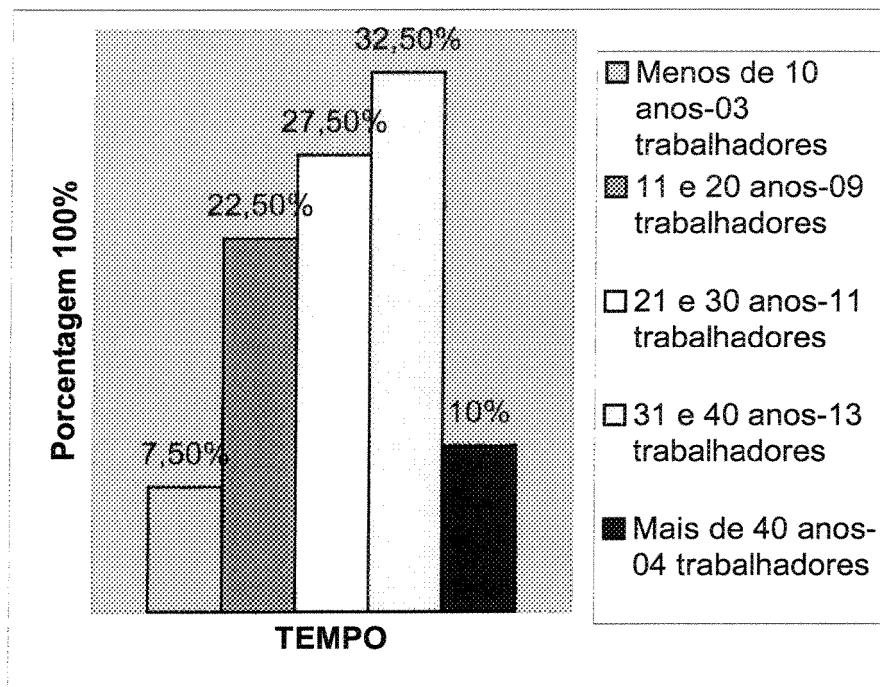


FIGURA 4.8 – INTERFERÊNCIA DO TRABALHO INFANTIL NA VIDA ESCOLAR DOS FILHOS

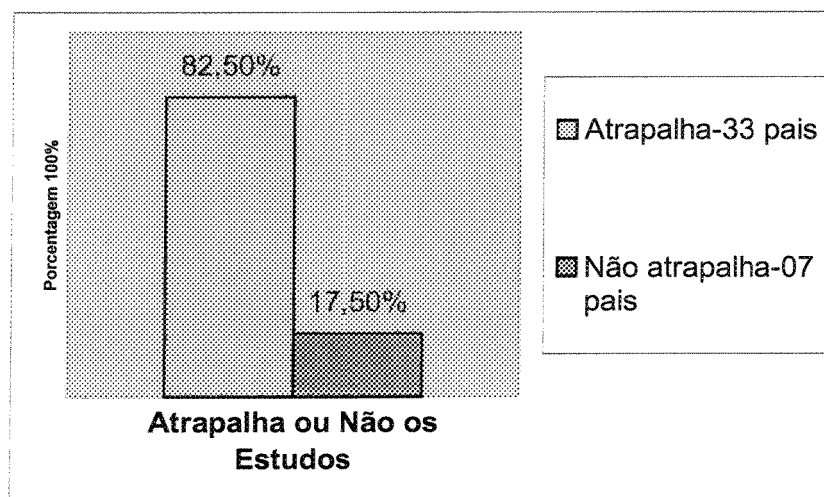
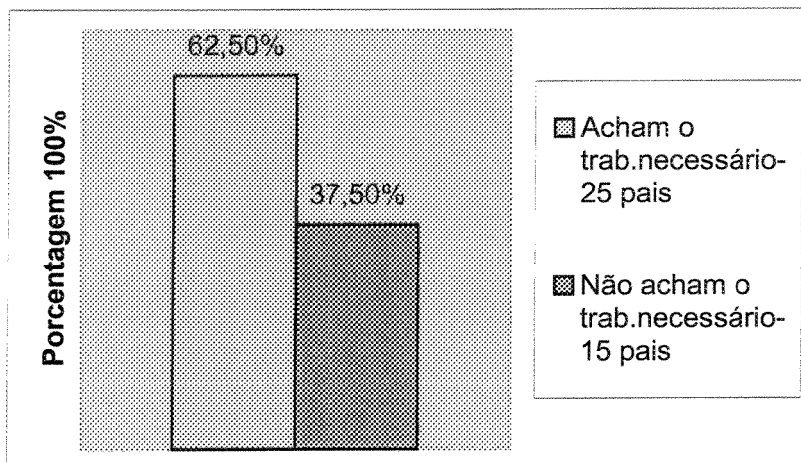


FIGURA 4.9 - A NECESSIDADE OU NÃO DO TRABALHO DO FILHO MENOR



## ANEXO VIII

## DADOS EM RELAÇÃO AOS PROFESSORES

FIGURA 4.10 – OS PROFESSORES SEGUNDO O GÊNERO

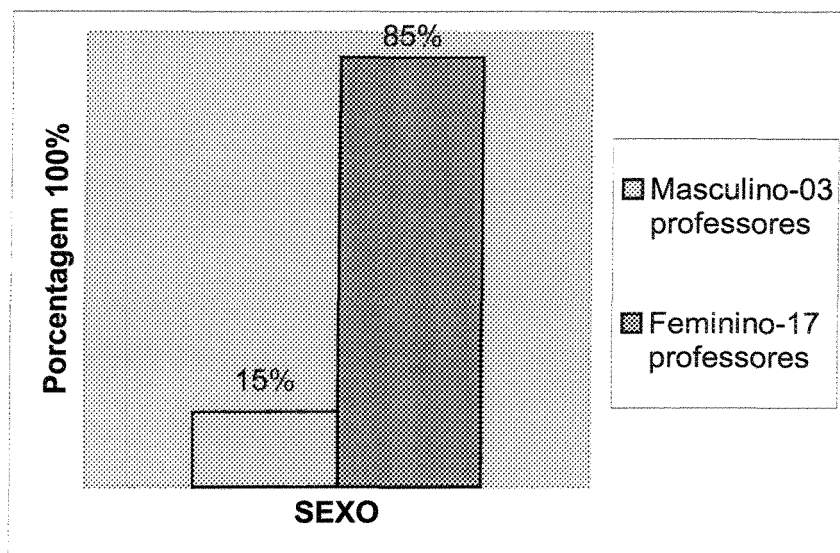


FIGURA 4.11 - OS PROFESSORES SEGUNDO O ESTADO CIVIL

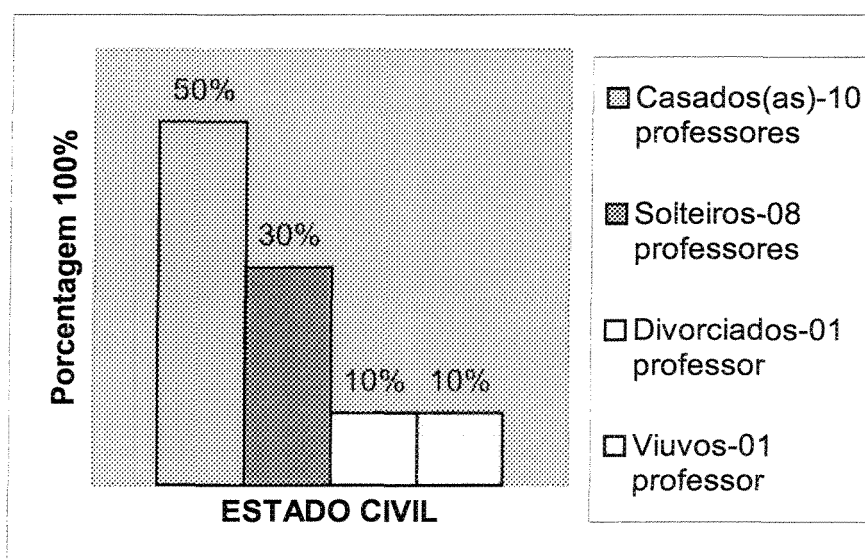


FIGURA 4.12 - OS PROFESSORES SEGUNDO O NÍVEL DE FORMAÇÃO

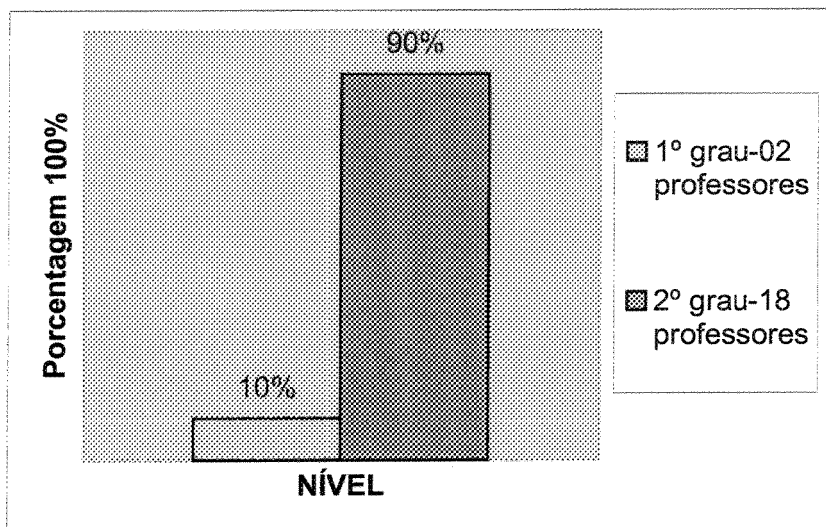


FIGURA 4.13 - DISTRIBUIÇÃO DOS PROFESSORES SEGUNDO A SITUAÇÃO FUNCIONAL

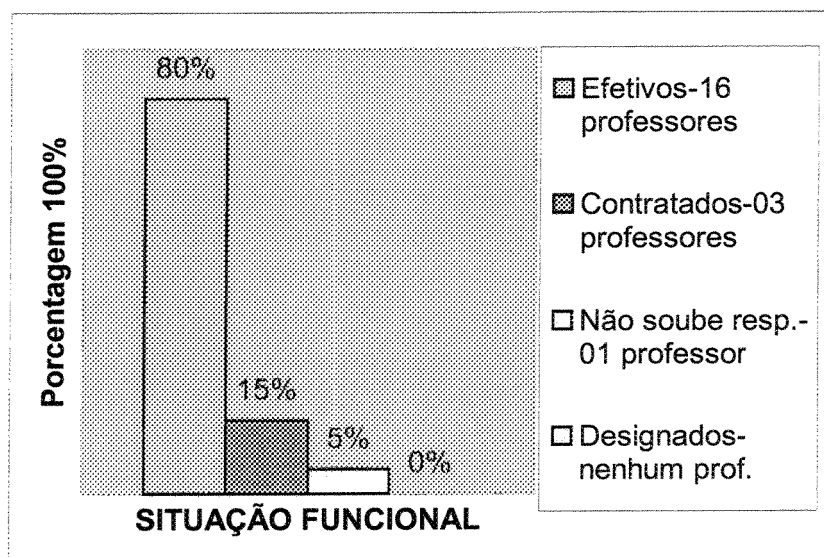


FIGURA 4.14 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SEGUNDO O TEMPO DE TRABALHO COMO PROFESSOR(A)

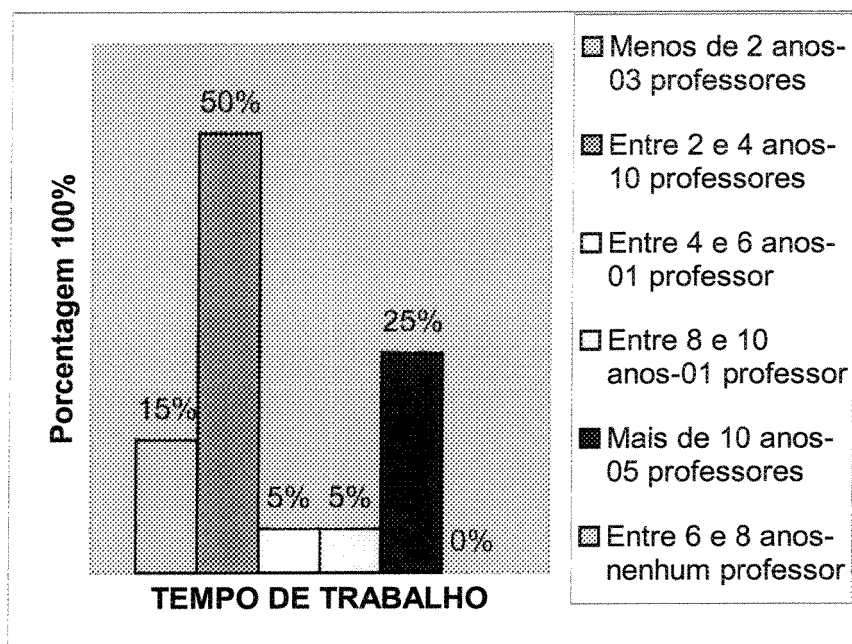


FIGURA 4.15 - OS PROFESSORES SEGUNDO O TEMPO DE TRABALHO NA ZONA RURAL

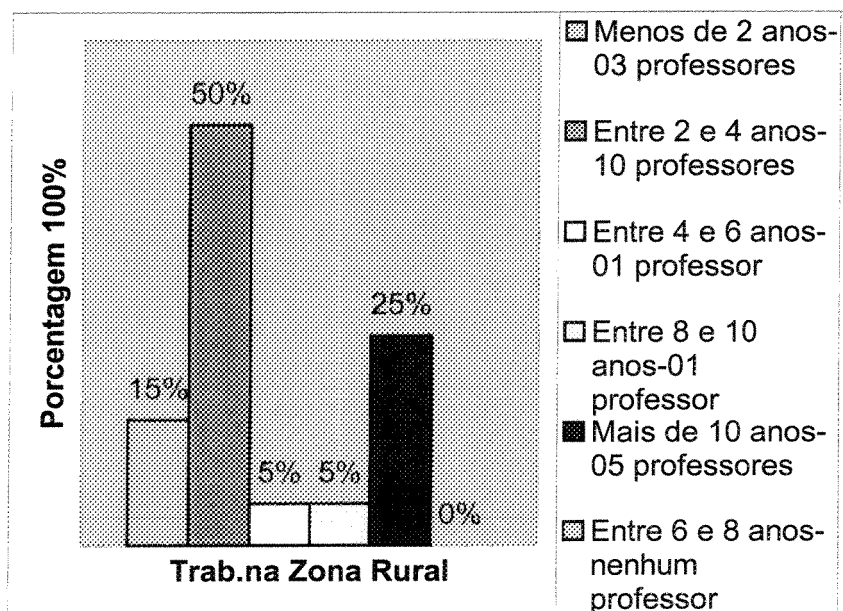


FIGURA 4.16 - OS PROFESSORES SEGUNDO O TEMPO DE TRABALHO NA ESCOLA EM QUE SE ENCONTRA ATUALMENTE

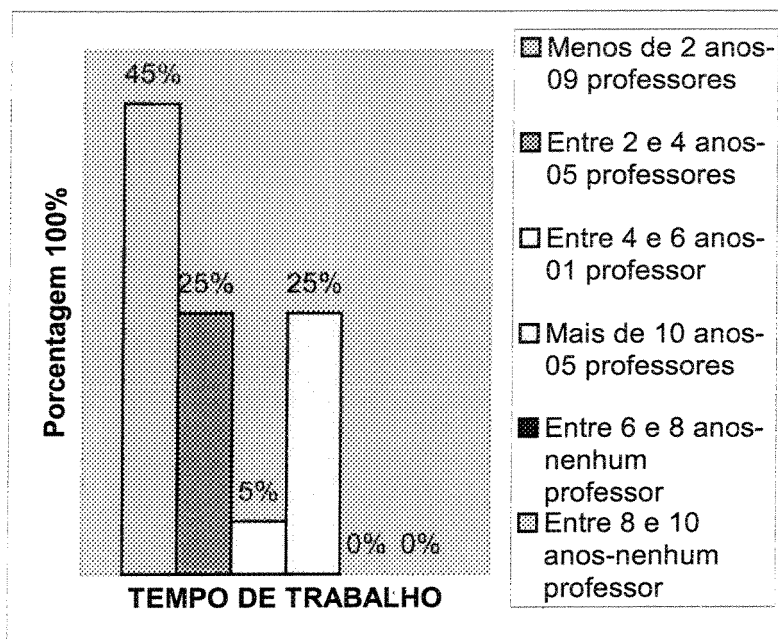


FIGURA 4.17 - OS MOTIVOS QUE LEVAM O(A) PROFESSOR(A) À TRABALHAR EM ESCOLA DA ZONA RURAL

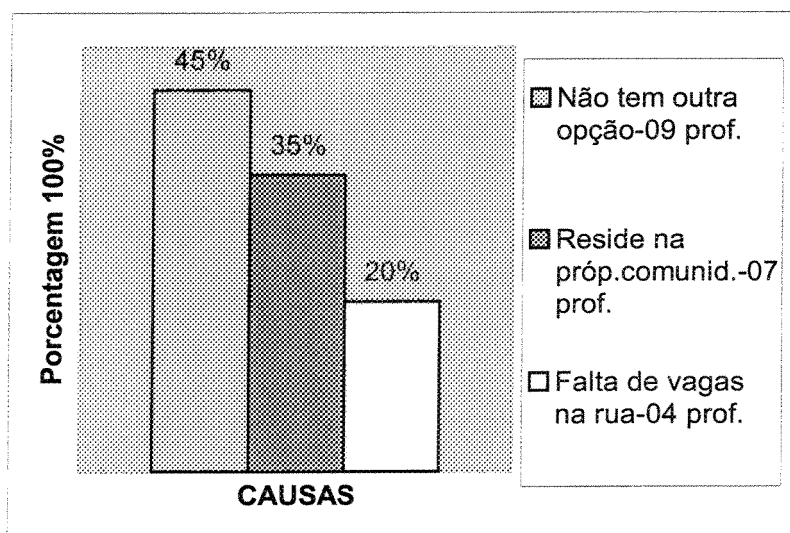




FIGURA 4.18 - A PERSPECTIVA DE CONTINUAR TRABALHANDO EM ESCOLA DA ZONA RURAL

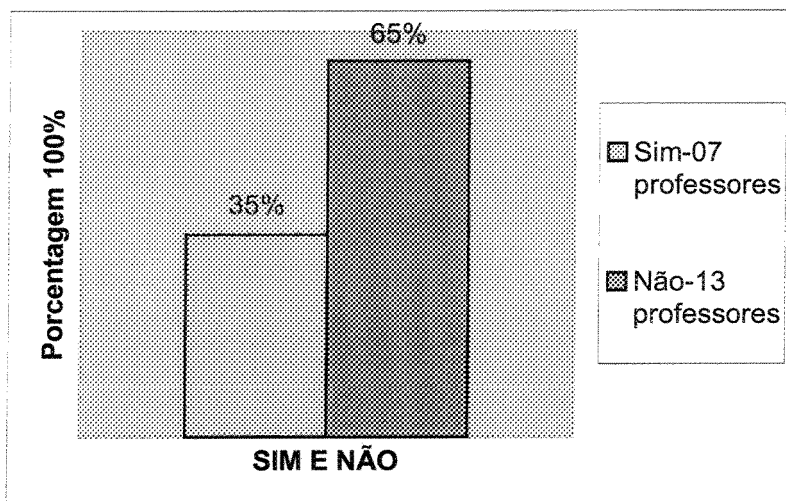


FIGURA 4.19 - O LOCAL ONDE RESIDEM

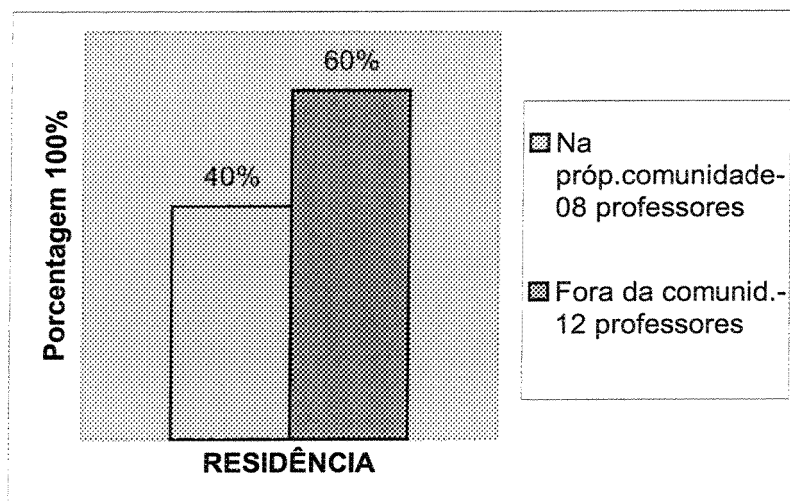


FIGURA 4.20 - DISTÂNCIA MÉDIA PERCORRIDA PELOS PROFESSORES PARA CHEGAR À ESCOLA

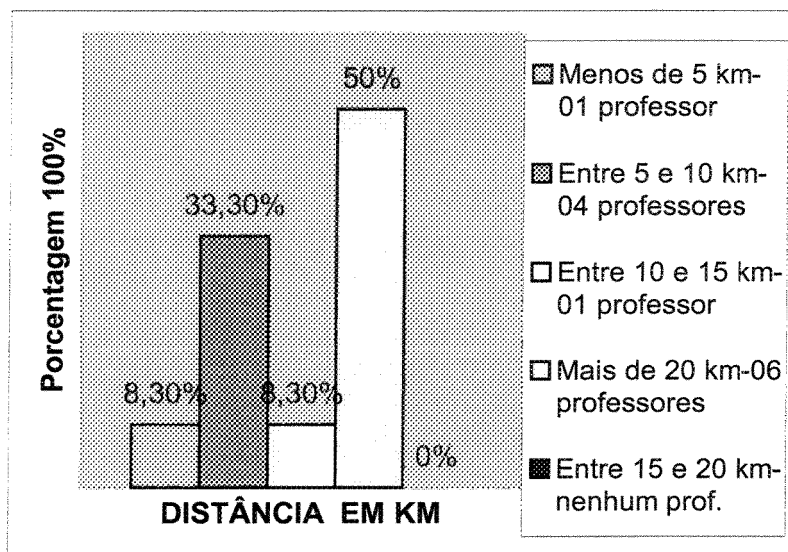


FIGURA 4.21 - MÉDIA DE TEMPO GASTO PELOS PROFESSORES COM O DESLOCAMENTO DE SUAS CASAS AO LOCAL DE TRABALHO

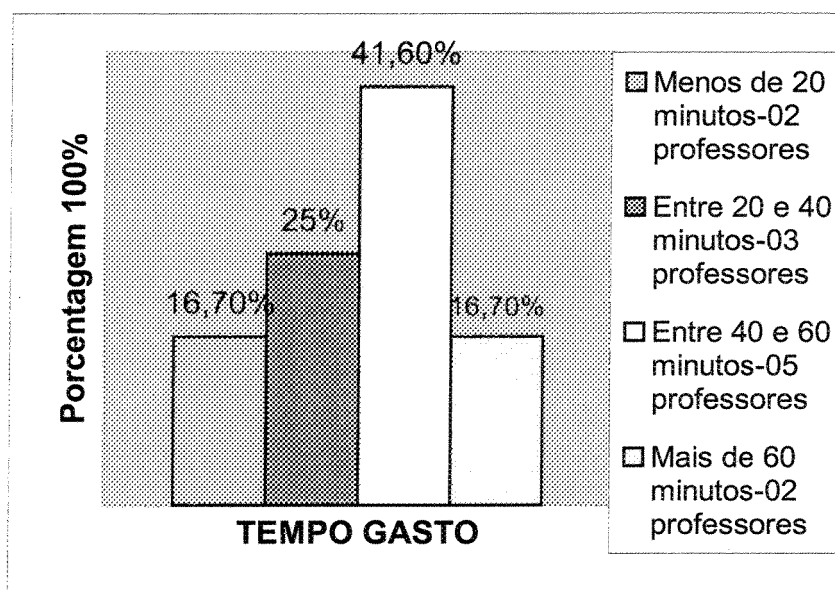


FIGURA 4.22 - DISTRIBUIÇÃO DO TEMPO QUANTO AO EXERCÍCIO DE OUTRAS ATIVIDADES

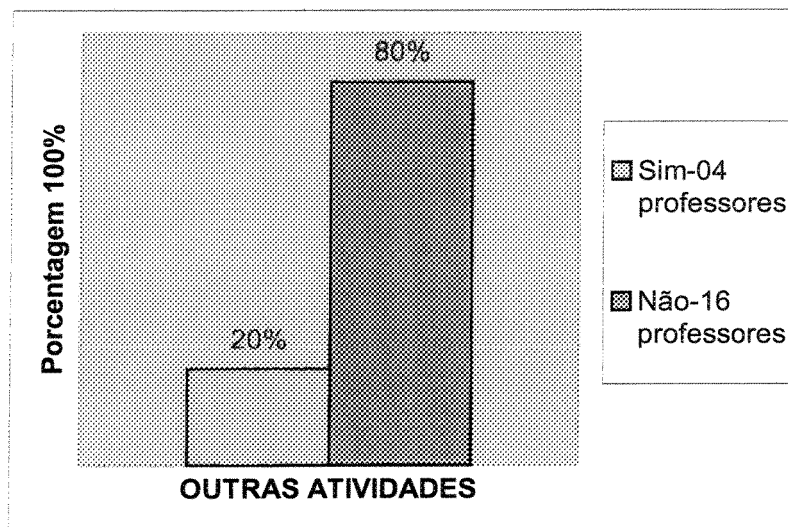


FIGURA 4.23 - DISTRIBUIÇÃO DOS PROFESSORES SEGUNDO A PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES DE FORMAÇÃO

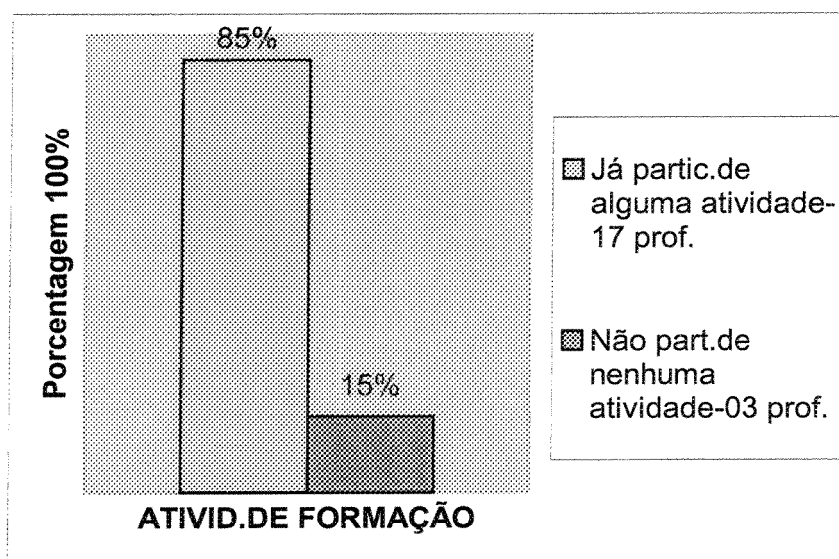


FIGURA 4.24 - DISTRIBUIÇÃO DOS PROFESSORES SEGUNDO A PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES DE ATUALIZAÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

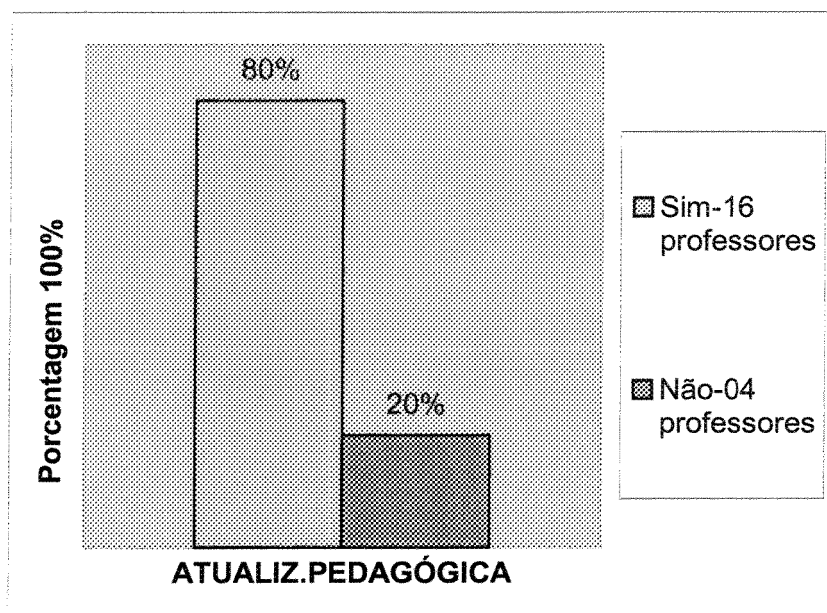


FIGURA 4.25 - REGULARIDADE NO CONTATO COM OS PAIS DOS ALUNOS

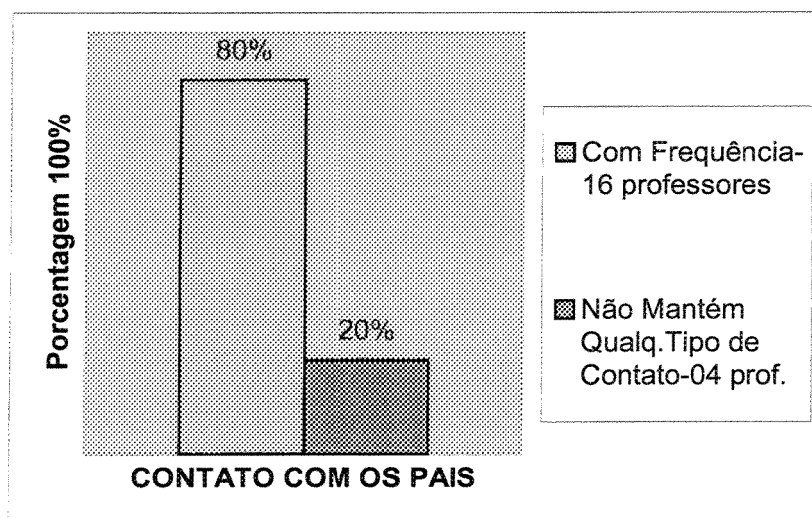


FIGURA 4.26 - DISTRIBUIÇÃO DA FREQUÊNCIA COM QUE ACONTECEM OS CONTATOS ENTRE PROFESSORES E PAIS

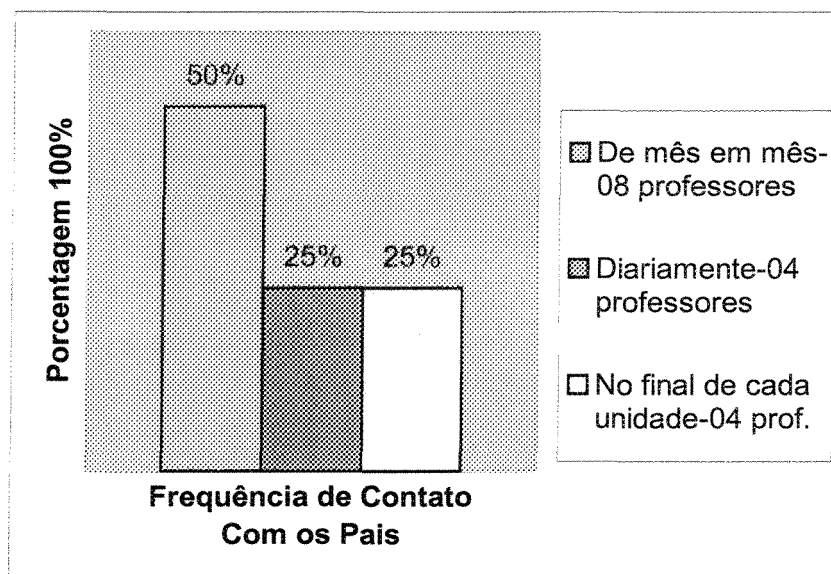


FIGURA 4.27 - PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELOS PROFESSORES NA ELABORAÇÃO DO PLANO DE AULA

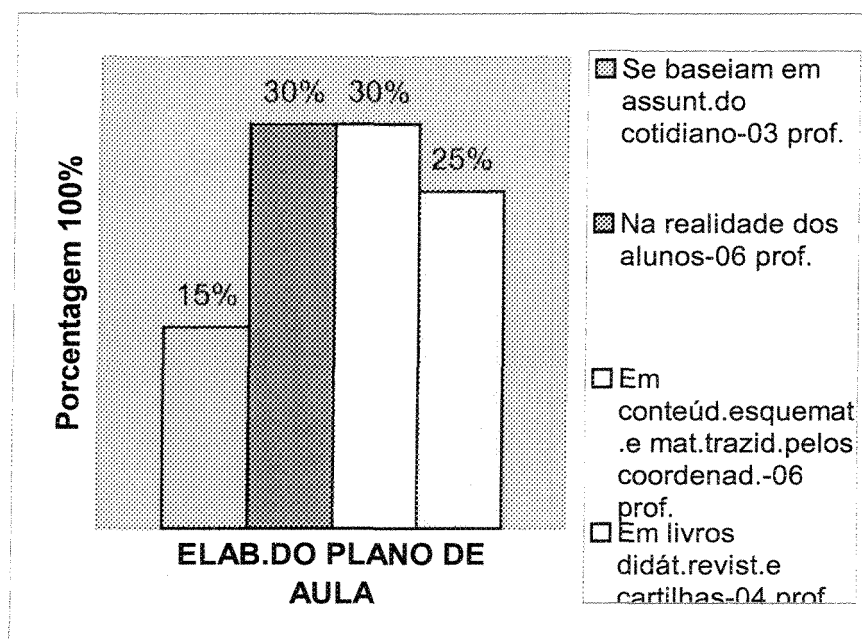


FIGURA 4.28 - INCIDÊNCIA QUANTO AO MATERIAL DIDÁTICO UTILIZADO

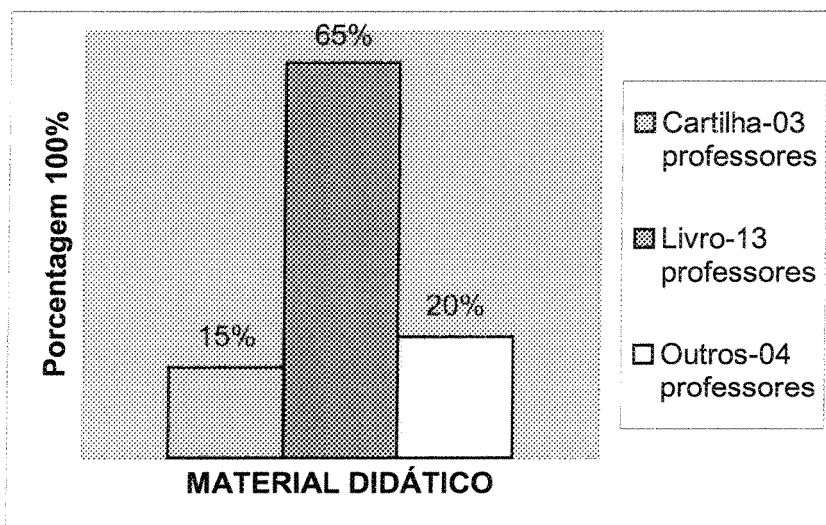


FIGURA 4.29 - CONCEPÇÃO DOS PROFESSORES EM RELAÇÃO AO MATERIAL DIDÁTICO

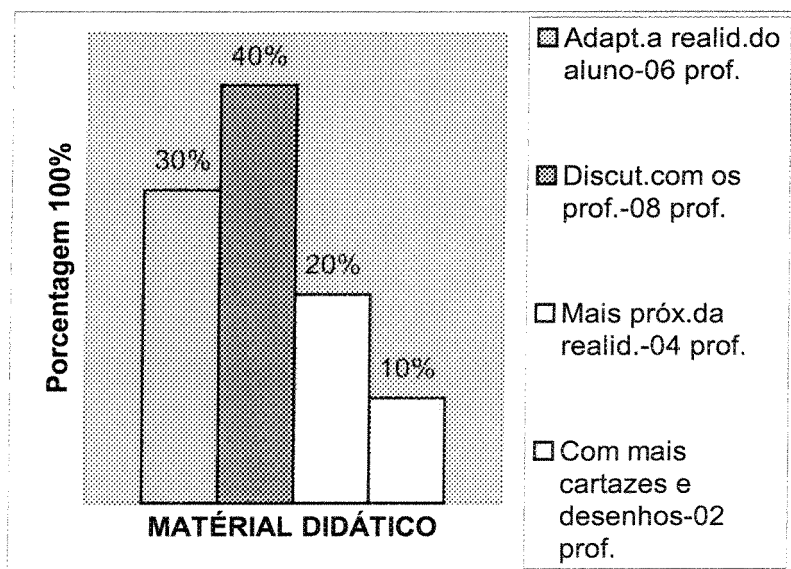


FIGURA 4.30 - PERCEÇÃO DOS PROFESSORES QUANTO AO RENDIMENTO DO ALUNO QUE TRABALHA

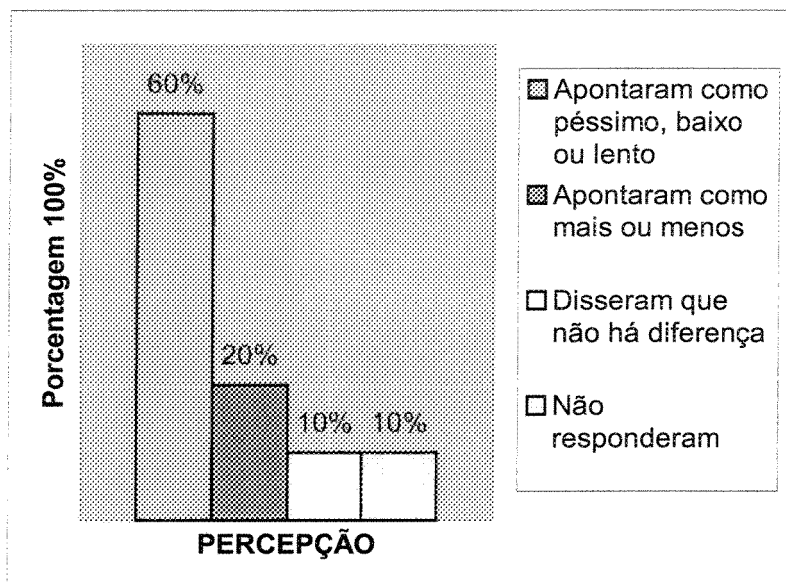


FIGURA 4.31 - PERCEÇÕES QUANTO AO TRABALHO DA CRIANÇA E FREQUÊNCIA ESCOLAR

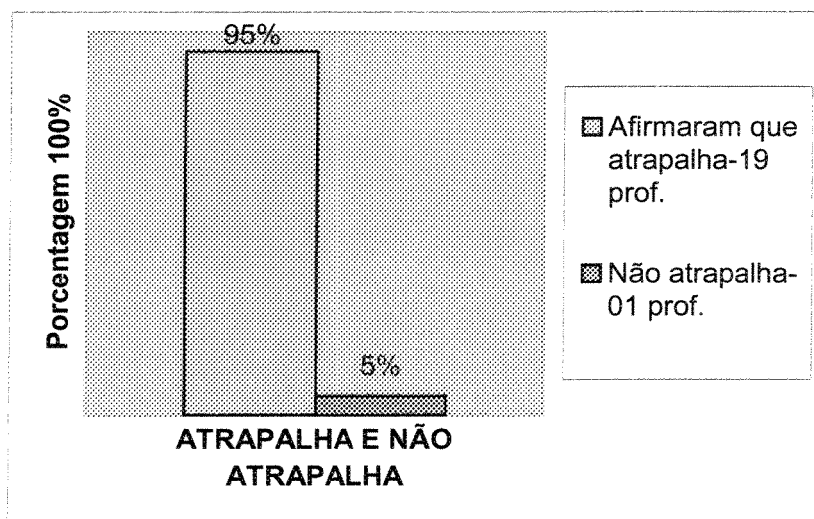
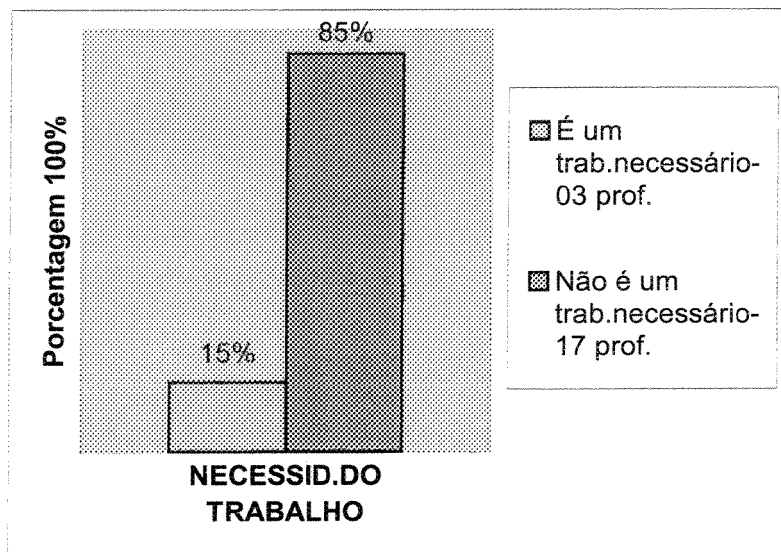


FIGURA 4.32 - PERCEPÇÕES QUANTO A NECESSIDADE DO TRABALHO DAS CRIANÇAS





## ANEXO IX

### DADOS EM RELAÇÃO ÀS CRIANÇAS

FIGURA 4.33 - AS CRIANÇAS SEGUNDO A IDADE

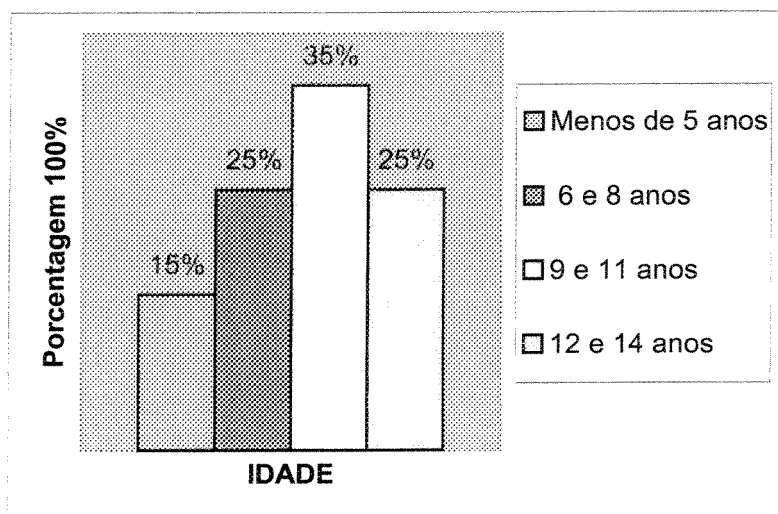


FIGURA 4.34 – AS CRIANÇAS SEGUNDO O SEXO

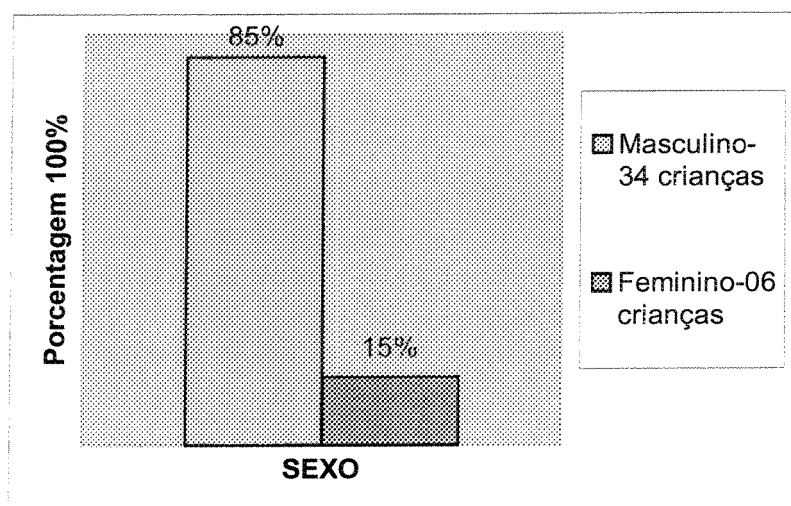


FIGURA 4.35 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL QUANTO A IDADE DE INCORPORAÇÃO AO TRABALHO

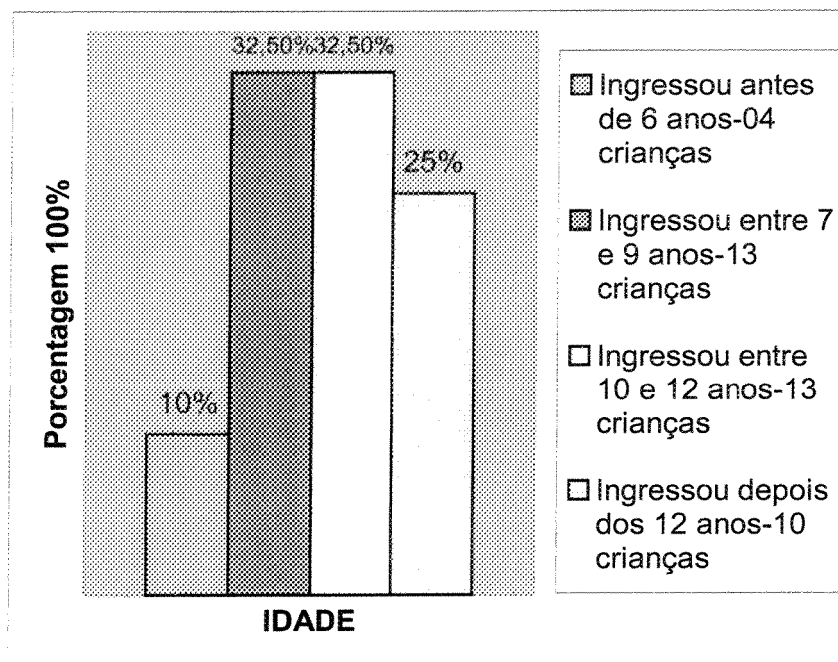


FIGURA 4.36 - AS CAUSAS QUE LEVAM A INGRESSAR NO TRABALHO

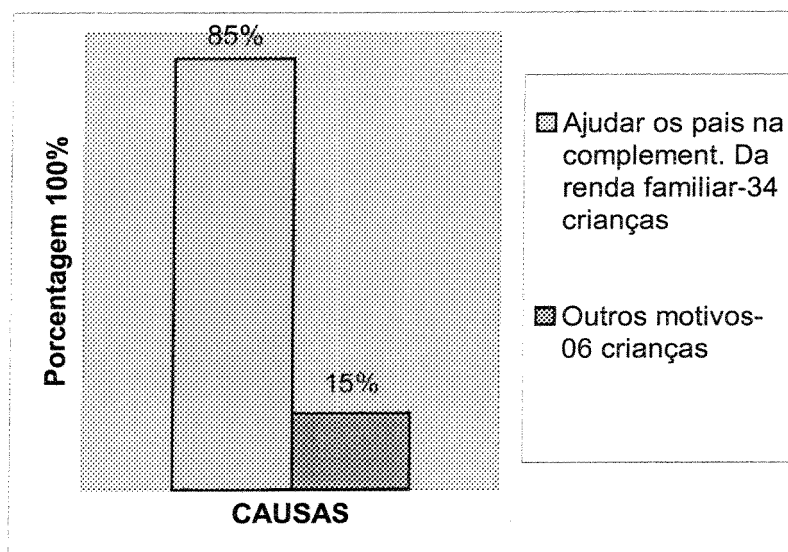


FIGURA 4.37- AS ATIVIDADES DESEMPENHADAS PELAS CRIANÇAS  
NO SISAL

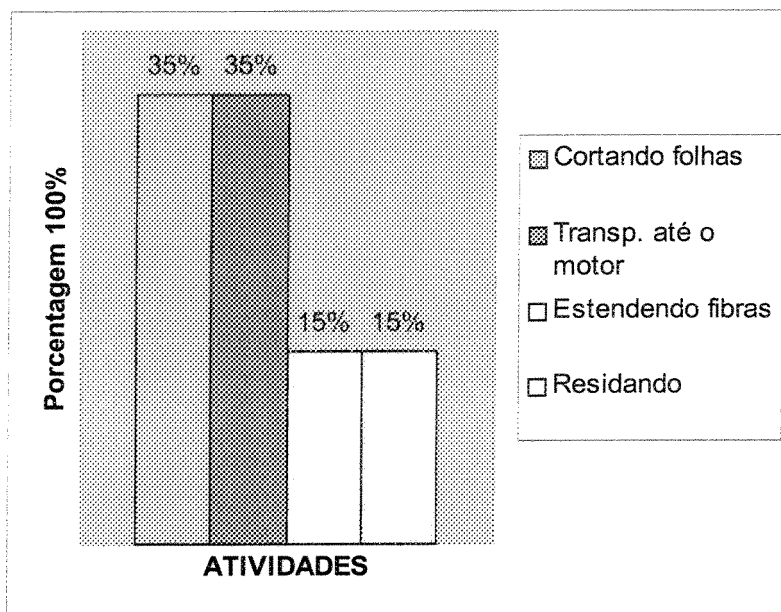


FIGURA 4.38 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL QUANTO AO TEMPO DE  
DEDICAÇÃO AO TRABALHO

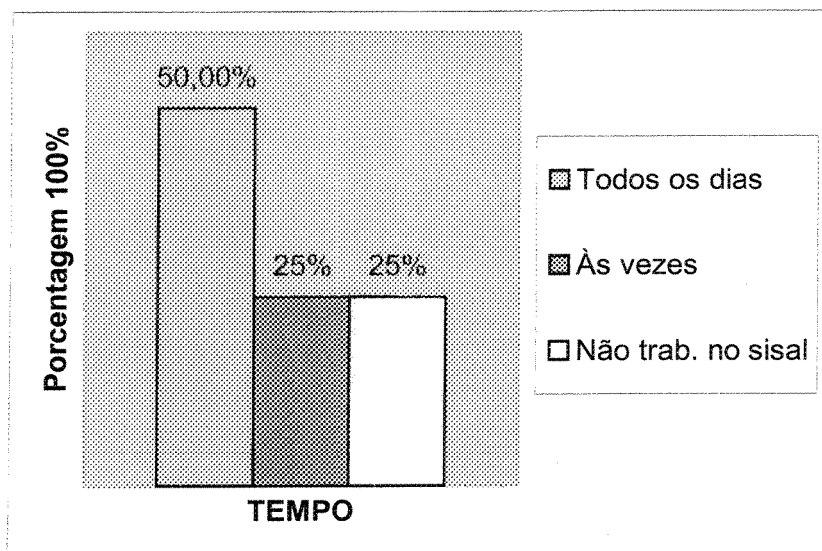


FIGURA 4.39 - HORÁRIO DE TRABALHO

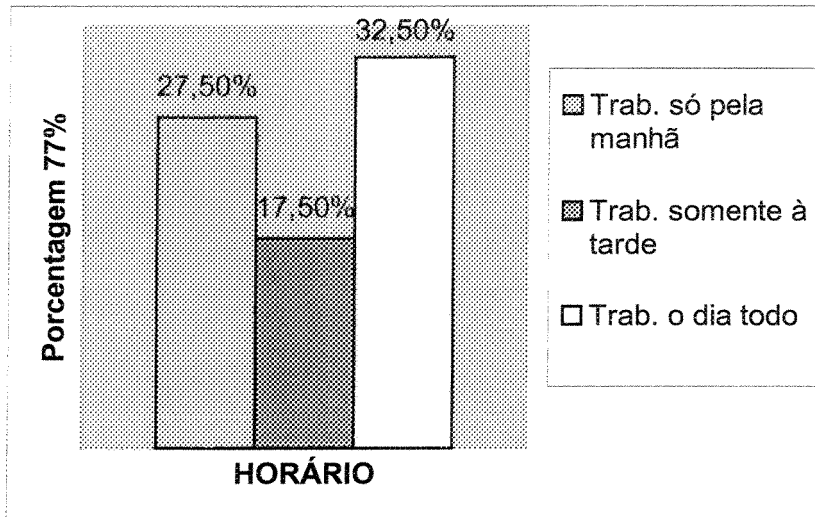


FIGURA 4.40 - REMUNERAÇÃO SEMANAL

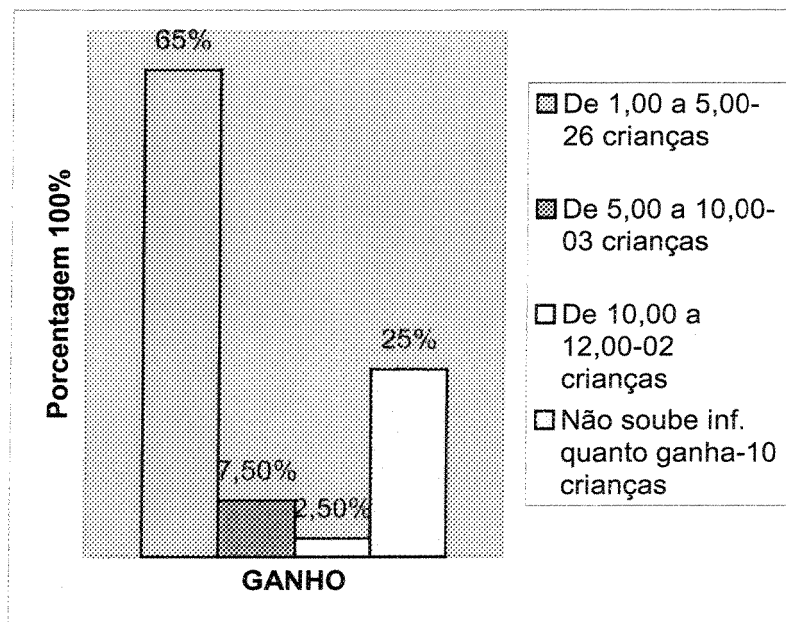


FIGURA 4.41- DISTÂNCIAS MÉDIAS ENTRE AS RESIDÊNCIAS E A ESCOLA

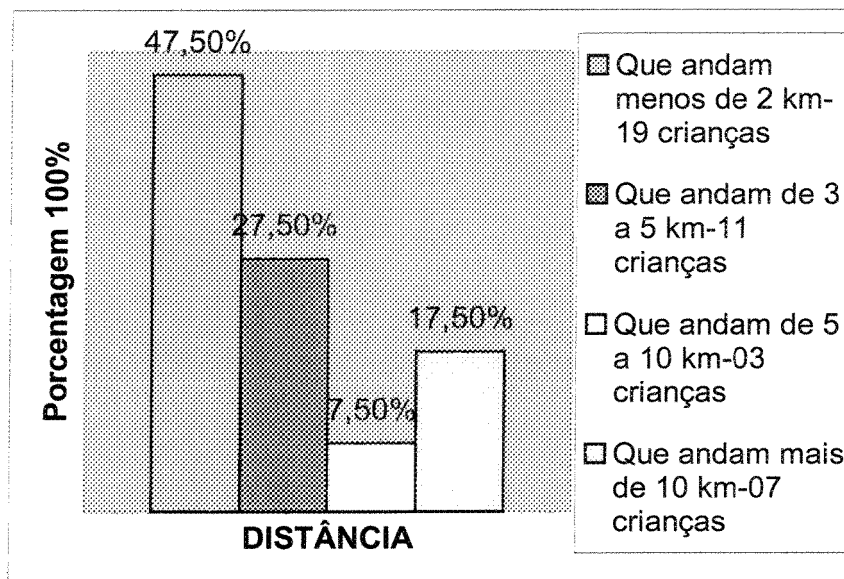


FIGURA 4.42 - À FREQUÊNCIA A ESCOLA

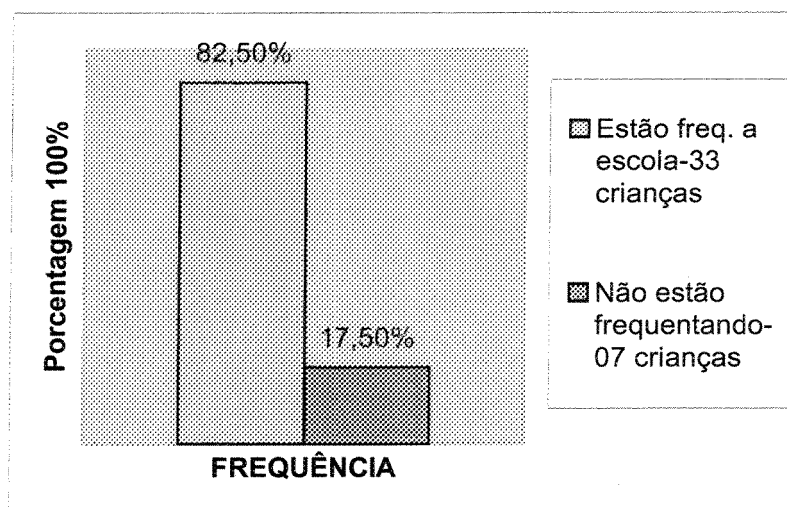


FIGURA 4.43 - NÍVEL DE REPETÊNCIA

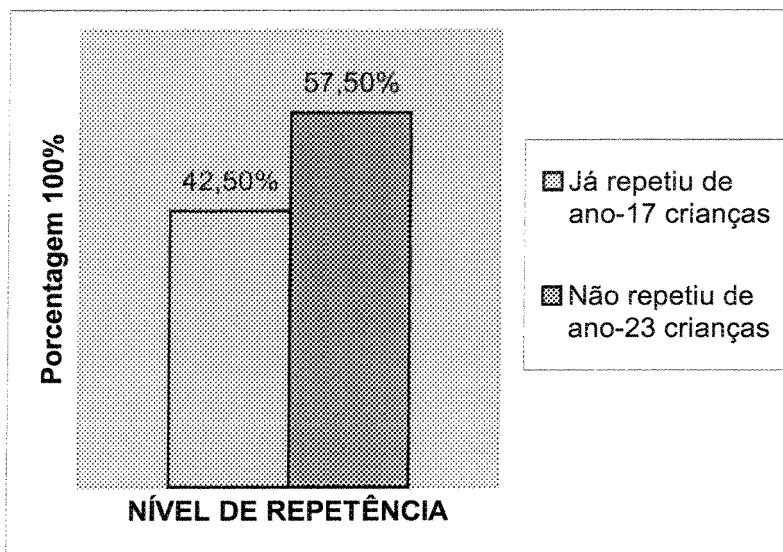
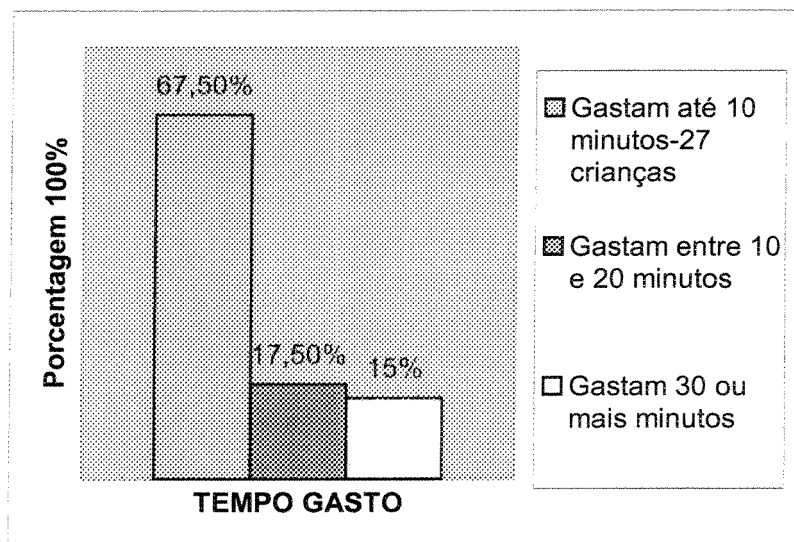


FIGURA 4.44 - TEMPO GASTO PARA CHEGAR ATÉ A ESCOLA



## BIBLIOGRAFIA

ABRANCHES, S. Henrique. *Os despossuídos: Crescimento e Pobreza no País do Milagre*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

ADORNO, Sérgio. A experiência precoce da punição, in MARTINS, José de Souza. *O massacre dos inocentes*. São Paulo: Hucitec, 1991.

ANTUNIASSI, Maria Helena Rocha. *Trabalho infantil e escolarização no meio rural*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

AZEVEDO, Jô e HUZAK, Iolanda. *Serafina e a criança que trabalha*. São Paulo: Ática: 1996.

BAHIA. Anuário Estatístico da Educação, 1993. Salvador: Sec. da Educação/SEI, vol. 3.

\_\_\_\_\_ Diagnóstico Sócio-Econômico da Região Sisaleira, Secretaria do Trabalho e Ação Social, Salvador 1996.

BARREIRO, Iraíde Marques de F. *Educação Rural Capitalista*. Campinas: Fac. de Educação da Universidade de Campinas, 1989.

BENJAMIN, César. *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988 Título VII Capítulo III da Educação, da Cultura e do Desporto Art. 208.

\_\_\_\_\_ CUT – Central Única dos Trabalhadores. *A CUT Contra o Trabalho Infantil*. São Paulo: Relatório da Secretaria Nacional de Políticas Sociais. 1995.

\_\_\_\_\_ Banco do Nordeste. *Relatório sobre a situação do sisal*. 1957.

\_\_\_\_\_ IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1989.

\_\_\_\_\_ IBGE, Pesquisa Nacional por amostragem de domicílio, 1983.

\_\_\_\_\_ Ministério do Trabalho. Decreto Lei 5.889/73 (Artigos 2º e 3º).

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo. Brasiliense, 1984.

BUARQUE, Cristovam. *O colapso da modernidade brasileira*. 2a Ed. Rio

de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

CARVALHO, in CAMARGO, Maria Cândida S. *Fatores sócio econômicos que afetam a escolaridade na zona rural de São Paulo*. São Paulo 1980.

CAMPOS, Rogério Cunha de. *A Escola Integrada: um projeto no agreste setentrional de Pernambuco*. Secretaria Estadual de Educação. Recife, 1983.

CRUZ, Ozelito Souza. *A cultura do sisal: relações de trabalho no processo de produção de fibras*: Comissão Pastoral da Terra de Campo Formoso, 1985.

DAL ROSSO, Sadi e RESENDE, Maria Lúcia S. *As condições de emprego do menor trabalhador*. Ipameri (GO): 1985.

DEMO, Pedro. *Pobreza Política*. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1988.

DIAKOV, V e KOVALEV, S. *A sociedade primitiva*. 2. ed. São Paulo: Global, 1985.

FERNANDES; Florestan. *Educação e Sociedade*. São Paulo. Dominus, 1996.

FLEURY, Paulo Jorge dos Santos. Transformações e qualificação: *Revista tempo e presença*, n. 306 julho/ agosto 1999.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

GOMES, Cândido Alberto. *Trabalho do menor: que sabemos e o que precisamos saber*. Transformação: ano III, nº 4, janeiro de 1987.

GRAZIANO NETO, Francisco. *Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura*. 2ª ed. Barcelona: Ediciones Península, 1994.

GUERRA, Rosângela. Infância perdida, *Revista Nova Escola*, ano IX, nº 75 maio de 1994.

HADDAD, Sérgio. *A escola para o trabalhado: uma experiência de ensino supletivo para trabalhadores*. São Paulo: USP, 1982.

HAGUETTE, Tereza Mª Frota. *Metodologia Qualitativa na Sociologia*. Petrópolis: Vozes. 1987.



IANNI, Otávio. Relações de produção e proletariado rural, in TAMAS, Szmrecsányi e QUEDA, Oriowaldo. *Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural*. 3ª ed.. São Paulo: Nacional, 1979.

IPEA/PNUD, Relatório sobre desenvolvimento humano no Brasil, 1996. *Revista tempo e presença*, novembro de 1997.

JAGUARIBE, Hélio. *Brasil reforma ou caos*. 3ª Ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

LAKATOS, Eva Mª. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 3ª ed. revisada e duplicada. São Paulo. Atlas, 1991.

MARQUES, Nonato. *O Sisal na Bahia*. V Convenção Regional do Sisal. Salvador – Ba, 1978.

MARTINS, José de Souza. *O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARINI, Joel Orlando. O Trabalho Infante-Juvenil na Agricultura de Goiás. *Caderno do Ceas* nº 185, p. 59 Janeiro/fevereiro 2000.

MARX, Karl. Para a crítica da Economia Política. In: CIVITA, Vitor. *Os Pensadores*, 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

OIT. “A exploração do Trabalho Infantil”, in O Globo, 10 de janeiro de 1996, p. 24.

OLIVEIRA, Oriz de. *Projeto alternativo de atendimento aos meninos de rua: o menino, o trabalho e a lei*. Rio de Janeiro, 1987.

OLIVEIRA, Edístia Maria A. Pereira de. *O único caminho para mim é aprender a trabalhar*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1994.

PESSOA, Jadir Morais. *A revanche Camponesa*. Goiania: Editora da UFG, 1999.

*Revista Veja*, nº 1.467, 23.10.1996. São Paulo: Abril Cultural.

RODRIGUES, Marlene. *Cartilhas da Dominação: a ideologia das primeiras letras nos campos do Brasil*. Curitiba: Ed. da UFPR, 1991. xv 152.

SEGATTO, José Antônio. *A formação da classe operária no Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto 1987.

SELLTIZ, Clarice e outros. *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. Edição revisada e tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: EPU. Ed. da Universidade de São Paulo, 5ª reimpressão, 1975.

SILVA, José Graziano da. A pequena produção e as transformações da agricultura brasileira. *Caderno do CEAS*. Centro de Estudos e Ação Social, Salvador, nº 69, outubro de 1980.

SINGER, Paul. *Economia Política do Trabalho*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1979.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa II: A maldição de Adão*. 29ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

UNICEF - Situação Mundial da Infância (Relatório), 1996, Brasília, 1997.

VITA, Olavo de. *Sociologia da Sociedade Brasileira*, São Paulo: Ática. 1989.

WANDERLEY; Maria de Nazareth Baudel. *O camponês: um trabalhador para o capital*. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 1979.

WEFFORT, Francisco. O Caráter Autoritário do Desenvolvimento Capitalista no Brasil In VITA, Olavo de. *Sociologia da Sociedade Brasileira*. São Paulo: Ática. 1989.